

CADERNOS DO CEOM

Revista do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina Ano 31 - n. 48 - Jun. 2018 - ISSN 2175-0173

saúde e
meio ambiente

48


UNOCHAPECÓ

CEOM

CADERNOS DO CEOM

Saúde e Meio Ambiente

v. 31, n. 48

(Jun/2018)

<http://dx.doi.org/10.22562/2018.48>

Cadernos do CEOM

Revista do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina em parceria com os programas de pós-graduação em Ciências Ambientais e em Educação da Universidade Comunitária da Região de Chapecó
Pró-Reitoria de Pesquisa, Extensão, Inovação e Pós-Graduação

Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina

Rua Líbano, 111-D, CEP: 89805-510, Chapecó-SC (Brasil)

Fone: (49) 3323-4779

E-mail: ceom@unochapeco.edu.br

Webpage: www.unochapeco.edu.br/ceom

Responsável pelo CEOM: Mirian Carbonera

Editores

Mirian Carbonera – Universidade Comunitária da Região de Chapecó

André Luiz Onghero – Universidade Comunitária da Região de Chapecó

Conselho Editorial Nacional

Alda Lucia Heizer – Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro

Arlene Renk – Universidade Comunitária da Região de Chapecó

Celeida Maria Costa de Souza e Silva – Universidade Católica Dom Bosco

Elison Antônio Paim – Universidade Federal de Santa Catarina

Luciana Gonçalves de Carvalho – Universidade Federal do Oeste do Pará

Mario de Souza Chagas – Universidade Federal do Rio de Janeiro

Mariana Batista Sampaio – Universidade Federal do Pará

Sérgio Monteiro – Universidade Federal do Pernambuco

Sibeli Viana – Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Conselho Editorial Internacional

Antoine Lourdeau – Muséum National d'Histoire Naturelle, Paris (França)

Daniel Loponte – Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y

Técnicas/Instituto Nacional de Antropología y Pensamiento Latinoamericano

(Argentina)

Jorge Santos – Universidad de Buenos Aires (Argentina)

Avaliadores

Os editores agradecem a todos os avaliadores que emitiram pareceres para as submissões editadas em 2017:

Ademir Miguel Salini – Universidade Comunitária da Região de Chapecó

Aline Lazarotto – Universidade Comunitária da Região de Chapecó

Alexandre Maurício Mattiello – Universidade Federal da Fronteira Sul

Ana Laura Vianna Vilella – Universidade Comunitária da Região de Chapecó

Anna Siebel – Universidade Comunitária da Região de Chapecó

Arlene Renk – Universidade Comunitária da Região de Chapecó

Claiton Marcio da Silva – Universidade Federal da Fronteira Sul

Delmir Valentini – Universidade Federal da Fronteira Sul

Douglas Satirio da Rocha – Universidade Comunitária da Região de Chapecó

Edivaldo Bortoletto – Universidade Comunitária da Região de Chapecó

Eliana Almeida de Souza Rezende – ER Gestão de Informação

Elisandra Forneck – Centro de Memória Alfa/MaxiCrédito

Elison Antônio Paim – Universidade Federal de Santa Catarina

Elton Luiz Nardi – Universidade do Oeste de Santa Catarina

Henrique Kujawa – Faculdade Meridional

José Carlos Radin – Universidade Federal da Fronteira Sul

Leonel Piovezana – Universidade Comunitária da Região de Chapecó

Márcia de Souza – Universidade Comunitária da Região de Chapecó

Marlise Meyrer – Universidade de Passo Fundo

Paulo Ricardo Bavaresco – Universidade do Oeste de Santa Catarina

Sandra Cristina Donner – Faculdades Integradas de Taquara

Silvana Winckler – Universidade Comunitária da Região de Chapecó

Tania Andrade Lima – Universidade Federal do Rio de Janeiro

Tânia Zimmermann – Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul

Telmo Marcom – Universidade de Passo Fundo

Revisão de textos e diagramação: Editora Tribo da Ilha

Capa: CEOM/Unochapecó

Fotografia de capa: Karl Pfeifer – ajudante de Fritz Plaumann. Autor: Fritz Plaumann, 1929. Acervo CEOM/Unochapecó

905

Cadernos do CEOM [recurso eletrônico] / Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina – Dados eletrônicos. --

Vol. 28, (jan./jul. 2008) -, - Chapecó :
Unochapecó, 2008-

Semestral.

Modo de acesso: Internet

<<http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/issue/view/54> >

Título da página da web (acesso em 20 ago. 2013)

ISSN: 2175-0173

1. História – Periódicos. I. Universidade Comunitária da Região de Chapecó.

Catálogo Biblioteca Central da Unochapecó

CDD 905



REITOR: Claudio Alcides Jacoski

PRÓ-REITORA DE GRADUAÇÃO E VICE-REITORA: Silvana Muraro Wildner

PRÓ-REITOR DE PESQUISA, EXTENSÃO, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO: Leonel Piovezana

PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO: Márcio da Paixão Rodrigues

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO: José Alexandre de Toni

Indexadores:

ICAP – Indexação Compartilhada de Artigos de Periódicos

LATINDEX - Sistema Regional de Información para las Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal

SUMÁRIOS.ORG – Sumários de Revistas Brasileiras

WORLD WIDE SCIENCE – The Global Science Gateway

SUMÁRIO

- 7** **Apresentação**
Claiton Marcio da Silva

Artigos

- 10** **A fabricação de uma cidade tóxica: A Tribuna de Santos e os desastres tecnológicos de Cubatão (Brasil) na década de 1980**
The fabrication of a toxic city: tribuna de Santos newspaper, and technological disasters in the 1980s
Jo Klanovicz, Clayton Barbosa Ferreira Filho
- 21** **A região dos desejos e das aventuras: diálogos sobre grandes projetos de integração e desenvolvimento na Amazônia nos séculos XIX e XX**
The region of desires and adventures: dialogues on major projects of integration and development in the Amazon in the nineteenth and twentieth centuries
César Martins de Souza
- 30** **Diminui a araucária e a saúde enfraquece: extração madeireira e saúde kaingang**
Decrease the araucária and health fills: the wood extraction and health kaingang
Bruna Gama Gavério
- 41** **Doença e cura na etnomedicina guarani nhandéva: o médico e o rezador**
Disease and cure in the etnomedicine guarani nhandéva: the doctor and the shaman
Ernelo Schallenberger, Jovane Gonçalves dos Santos
- 50** **Higienismo e ações de remodelamento urbano no Recife (1900-1929)**
Hygiene and actions of urban remodeling in Recife (1900-1929)
Marcos Alessandro Neves
- 60** **Modelos agropecuários no oeste catarinense: dos povos tradicionais aos integrados das agroindústrias**
Agricultural models in western of Santa Catarina-Brazil: from traditional people to integrated agroindustries
Daniel Scheren da Cruz, Sacha Arielle Branco, Ivo Dickmann

71

O venturoso sumo de limão: orientações voltadas ao tratamento do cólera no semanário O Araripe em meados do oitocentos

The fortunate lemon juice: guidelines to the cholera treatment published on the weekly O Araripe newspaper in the middle of the 18th century

Juciêdo Ferreira Alexandre

83

Saúde e ambiente como pautas de interesse do Movimento de Mulheres Camponesas

Health and environment as guidelines of interest of the Peasant Women's Movement

Andressa Bertoncetto Valandro, Rosana Maria Badalotti, Maria Elisabeth Kleba

Apresentação

Claiton Marcio da Silva*

A relação entre saúde e meio ambiente é um tema bem conhecido nas ciências humanas; mas permite amplas possibilidades de pesquisa e de ampliação das abordagens. Ainda durante o Império, a preocupação em se estabelecer no Brasil um modelo de nação à maneira europeia, influenciou a produção de teses sobre a viabilidade – ou não – de uma civilização nos trópicos. A nascente academia, influenciada, sobretudo pelo pensamento racial europeu, forjou certa imagem sobre os brasileiros a partir das características raciais – indesejadas, diga-se de passagem – em parte influenciadas pela natureza e pelo clima. As populações brasileiras – sobretudo aquelas marginalizadas nos centros urbanos, somada à grande parcela daqueles que viviam nos sertões – dificultavam a “marcha da civilização” pretendida pelas elites de origem europeia, não apenas por sua pretensa inferioridade racial, mas também porque a saúde pública enfrentava grandes desafios. No processo de construção da nação, neste sentido, o período de transição entre Império e República fixou uma imagem por décadas emoldurada onde os brasileiros eram representados como racialmente inferiorizados e doentes. E a mestiçagem, neste contexto, foi considerada uma importante causa da degeneração moral e física dos brasileiros.

No século XX, cada vez mais a questão racial afastou-se da relação entre saúde/doença. Com a ascensão do pensamento médico-sanitarista através de instituições como o Instituto Oswaldo Cruz, e com a construção de políticas públicas interdependentes entre as unidades da federação entre a Primeira República e a Era Vargas, o grande desafio para a construção de uma agenda de saúde orientou-se pelo saneamento dos sertões. Para formar uma

nação com pessoas saudáveis e civilizadas, neste sentido, seria necessário controlar determinados aspectos do meio ambiente, principalmente no que se refere à proliferação de doenças: desde os tempos coloniais, febre amarela, malária, peste bubônica, ancilostomose, doença de chagas ou a varíola, moldaram não apenas uma agenda voltada à construção de instituições de pesquisa e prevenção daqueles patógenos que nos trópicos se encontravam em situação de vantagem sobre os processos civilizadores, como também políticas de controle dos vastos sertões onde se proliferavam os hospedeiros e difusores destes males. Controlar o ambiente – ou sanear os sertões – significou empreender uma política de cuidados e de crescente controle sobre as populações brasileiras através de um combate sistemático às moscas e mosquitos, roedores, piolhos, carrapatos, micróbios e/ou uma infinidade de agentes até então pouco conhecidos. No Brasil republicano, portanto, emoldurou-se outro quadro: o brasileiro não era um degenerado “por natureza” – ou melhor, pela raça – mas um povo abandonado por seus governantes junto aos inóspitos sertões.

A literatura sobre estes processos encontra alguns marcos fundantes tanto em clássicos organizadores da ideia de nação, como *Casa Grande e Senzala* de Gilberto Freyre (1933), quanto em clássicos recentes como os livros *Um sertão chamado Brasil* e *A Era do Saneamento*, de Nísia Trindade Lima e Gilberto Hochman, respectivamente. Embora a relação entre saúde e meio ambiente não seja o foco principal destes trabalhos, seus argumentos inspiram a realização de pesquisas voltadas ao entendimento da relação saúde/doença e o mundo que nos cerca. Nesta perspectiva, este número dos

* Pós-Doutor em Science, Technology and Society (STS) no Massachusetts Institute of Technology (MIT), em Cambridge, Massachusetts, Estados Unidos e bolsista de post-doctoral fellowship no Rachel Carson Center for Environment and Society, em Munique, Alemanha. Doutor em História das Ciências pela Casa de Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz). Professor Adjunto da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). E-mail: <claiton@uffs.edu.br>.

Cadernos do Ceom apresenta uma importante contribuição, propondo estudos de caso onde os processos de nacionalização e modernização do Brasil mostram muitas contradições.

Dois dos artigos presentes nesta coletânea abordam justamente a relação entre saúde, doença e meio ambiente junto às populações indígenas. Em *Diminui a araucária e a saúde enfraquece: extração madeireira e saúde Kaingang*, Bruna Gama Gavério demonstra como políticas desenvolvimentistas transformaram a dieta alimentar e, por consequência, a saúde dos habitantes da Terra Indígena Xaçecó após a instalação do Posto Indígena em 1941. Em *Doença e cura na etnomedicina guarani nhandéva: o médico e o xamã*, Erneldo Schallenberger e Jovane Gonçalves dos Santos discutem a concepção de saúde-doença para os Guarani do subgrupo Nhandéva, da aldeia Tekohá Añetete. Para os autores, a pesquisa revelou que o adoecimento de um sujeito está ligado ao afastamento de sua alma; a cura é feita pelo rezador (karaí), não pelos remédios, que, no máximo, podem aliviar os sintomas. A alma de um enfermo só se reaproxima dele através do karaí, que promove a cura e restabelece a saúde.

Outros dois artigos discutem a relação entre saúde e meio ambiente na região Nordeste do Brasil. Em sua abordagem sobre o século XIX, Jucieldo Ferreira Alexandre demonstra em seu artigo intitulado *O venturoso sumo de limão: orientações voltadas ao tratamento do cólera no semanário O Araripe em meados do oitocentos*, como as orientações e receitas publicadas no referido jornal cearense a respeito do cólera-morbo demonstram a circularidade de saberes que permeou a conjuntura epidêmica. Já em *Higienismo e ações de remodelamento urbano no Recife (1900-1929)*, Marcos Alessandro Neves demonstra como as mudanças paisagísticas na Recife do início do século XX fortaleceram um discurso modernizante, com o intuito de promover obras de viés higienistas, que almejavam a exclusão da população que ocupava esses espaços, atendendo aos anseios de uma elite local que clamava por uma cidade tida como moderna para os seus conceitos.

Os grandes projetos do pós-Segunda Guerra Mundial são o foco de dois artigos, um sobre o Sudeste brasileiro e outro sobre a região Amazônica. Em *A fabricação de uma cidade tóxica: A Tribuna de Santos e os desastres tecnológicos de Cubatão (Brasil) na década de 1980*, Jó Klanovicz e Clayton Barbosa Ferreira Filho discutem a fabricação do município de Cubatão, Brasil, como espaço tóxico e de poluição na década de 1980. Para os autores, a toxicidade é uma construção ao mesmo tempo material e discursiva, baseada nas ansiedades da sociedade industrial. O texto discute o tema levando em consideração a relação entre desastres ambientais e perspectivas desenvolvimentistas articuladas durante o mais recente regime autoritário brasileiro. Por sua vez, César Martins de Souza discute em *A região dos desejos e das aventuras: diálogos sobre grandes projetos de integração e desenvolvimento na Amazônia nos séculos XIX e XX*, como desde o período colonial a região amazônica se constituiu em um desafio aos conquistadores e aventureiros que muitas vezes desapareciam ou morriam na floresta, em sua busca de novas riquezas. Nos séculos XIX e XX, por sua vez, a Amazônia tornou-se um espaço de grandes projetos que visavam o progresso do Brasil, a partir da exploração das riquezas da região. Este processo conduziu a região amazônica ao centro da cena nacional em políticas e projetos de integração e desenvolvimento, transformando a região em produtor de matéria-prima para o capitalismo nacional e mundial, o que provocou fortes impactos socioambientais.

Sobre a região Sul do Brasil, dois artigos relacionam saúde, meio ambiente e o doloroso processo de modernização da agricultura na região Oeste de Santa Catarina, através de seus modelos agropecuários, promotores de “desenvolvimento”, exclusão social e degradação ambiental. Em *Modelos agropecuários no oeste catarinense: dos povos tradicionais aos integrados das agroindústrias*, Ivo Dickmann enfoca três diferentes aspectos do povoamento e sua relação com os distintos modos de produção agropecuária. O primeiro enfoque é direcionado aos nativos desta região, os quais já a povoavam muito antes da vinda dos europeus;

em seguida os caboclos, que eram de origem luso-brasileira. Por último a vinda dos descendentes de europeus com as suas técnicas de cultivo e formas de organização, assim como, a influência das empresas colonizadoras na divisão das terras. Por sua vez, o artigo intitulado *Saúde e Ambiente como Pautas de Interesse do Movimento de Mulheres Camponesas*, de Andressa Bertoncello Valandro, Rosana Maria Badalotti, Maria Elisabeth Kleba, demonstra como o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), tem acumulado importantes conquistas no que se refere a garantia de direitos para as mulheres do campo. O artigo em questão discute as articulações entre os temas saúde e ambiente estabelecidas como pautas

de interesse no interior do MMC, considerando que o movimento defende um projeto de agricultura camponesa, agroecológica e feminista, que exige repensar as relações entre os seres humanos e destes com o ambiente, compreendendo que suas escolhas e atitudes implicam diretamente na saúde humana.

Este número dos Cadernos do CEOM cobre praticamente toda a extensão (bio)regional brasileira, abordando muitas de suas chagas – da cólera ao “desenvolvimento”. Contando com um quadro bastante qualificado de autores, fornecemos um quadro otimista em relação à pesquisa sobre saúde e ambiente no Brasil. Aproveite, reflita e pesquise!

A fabricação de uma cidade tóxica: A *Tribuna de Santos* e os desastres tecnológicos de Cubatão (Brasil) na década de 1980

The fabrication of a toxic city: A Tribuna de Santos newspaper, and technological disasters in the 1980s

Jo Klanovicz*

Clayton Barbosa Ferreira Filho**

Palavras-chave:
Cubatão (cidade brasileira)
Desastres
Imprensa

Resumo: Este artigo discute a fabricação do Município de Cubatão, Brasil, como espaço tóxico e de poluição na década de 1980. Entende-se a toxicidade como uma construção ao mesmo tempo material e discursiva, baseada nas ansiedades da sociedade industrial. Para discutir a questão, utiliza-se o jornal *A Tribuna de Santos*, que foi o principal espaço de publicação de matérias sobre desastres ambientais na região. O texto discute o tema levando em consideração a relação entre desastres ambientais e perspectivas desenvolvimentistas articuladas durante o mais recente regime autoritário brasileiro.

Keywords:
Cubatão (Brazilian city)
Disasters
Press

Abstract: This article stresses the fabrication of Brazilian city of as a toxic place in the 1980s. Toxicity is taken as a material and discursive construction, based on anxieties of industrial society. To discuss the issue, we use the newspaper *A Tribuna de Santos*, which was the main publisher of environmental discussions on disasters in the region of Cubatão. We discuss this issue observing the relationship between environmental disasters and development perspectives articulated by the later Brazilian authoritarian regime.

Recebido em 22 de setembro de 2017. Aprovado em 22 de dezembro de 2017.

Neste artigo, buscamos discutir, do ponto de vista de uma história voltada às questões ambientais, o trabalho de denúncia e problematização da poluição em Cubatão, São Paulo, por parte da imprensa na década de 1980, entre os últimos anos do regime militar e o movimento de redemocratização e a emergência de novas ou diferentes posturas públicas acerca de temas ambientais que envolvem diretamente a saúde das populações humanas.

A partir do segundo pós-guerra, o Brasil tem sido palco de inúmeros projetos de modernização, imersos num universo muito característico e vigoroso na história recente do país: o desenvolvimentismo. Muitos dos projetos iniciados nos anos 1950 já indicavam, duas décadas depois, o que o historiador Warren Dean (2000) veio a qualificar como exemplos de “desenvolvimentos

insustentáveis”, ou seja, “projetos que atingiram um clímax que não resultou apenas em crise econômica, mas também em uma tempestade conjunta de desastres ambientais” (DEAN, 2000, p. 307). Em meio às teias de relações funcionais das peças da modernização, tais como industrialização, a urbanização acelerada, as migrações e as novas relações entre cidade e desenvolvimento, Cubatão/SP acabou simbolizando o sucesso do desenvolvimento industrial, mas também os dilemas do desenvolvimentismo, especialmente aqueles ligados à tecnologia de força bruta. Representada de diversas maneiras ao longo do tempo, Cubatão conseguiu ser descrita como “locomotiva do Brasil” nos anos 1950, “marco do desenvolvimento” e “cidade técnica” nos anos 1970. Nos anos 1980, o município passou a ser descrito como um

* Docente e orientador no Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário e no Programa de Pós-Graduação em História, da Unicentro. Coordenador do Laboratório de História Ambiental e Gênero (LHAG), bolsista produtividade CNPq. E-mail: <klanov@gmail.com>.

** Mestre em História (Unicentro, 2015). Professor do Colégio Estadual Campo Magro, Paraná. E-mail: <claytonbfilho@gmail.com>.

território tóxico e espaço de desenvolvimento e progresso perdidos. A brutalidade das políticas desenvolvimentistas veio a ser questionada na imprensa regional em termos específicos, como nos casos de nascimento de crianças anencéfalas (O ESTADO DE SÃO PAULO, ESP, 4 de fevereiro de 1981) ou natimortas (ESP, 18 de fevereiro de 1982), a ocorrência contínua de chuvas ácidas (FOLHA, 12 de junho de 1984), explosões e incêndios (A TRIBUNA DE SANTOS, TS, 26 de fevereiro de 1984), enxurradas, vazamentos de resíduos tóxicos, contaminação de rios, lençóis freáticos, intoxicação de animais (TS, 1º de março de 1986) ou chaminés cuspidos gases tóxicos 24 horas por dia durante décadas (FERREIRA, 1991, p. 79).

As máscaras colocadas pela imprensa sobre Cubatão não estão distantes do contexto de onde emergiram os discursos de toxicidade, de contaminação, de poluição e de morte nas sociedades industriais tardias do século XX. Lawrence Buell (2011) observa que a toxicidade é um conjunto interconectado de temas cuja força deriva em parte das ansiedades da cultura industrial e em parte de hábitos profundamente enraizados de pensamento e expressão (BUELL, 2011, p. 30). O tóxico, o contaminante, o poluente, dessa forma, emergem dos pânicos individuais e sociais e de uma base evidencial nos fenômenos ambientais (BUELL, 2011, p. 31).

Pensar desastres ambientais como os de Cubatão, nesse sentido, significa entender como ao longo do tempo segmentos sociais, por meio de suas relações com o ambiente, tem produzido ou intensificado a ocorrência de eventos dessa natureza (ESPÍNDOLA; NODARI; LOPES, 2013; 2015). Escapando aos embates epistemológicos nas Ciências Sociais acerca da categorização de desastres, porém sem deixar de observar os gatilhos que desastres tecnológicos acionam (OLIVER-SMITH, 1999, p. 19), eventos como os de Cubatão permitem visualizar, também, a “política na história, a partir da intersecção tecnologia-natureza-sociedade, ponto onde as temáticas sociais, ambientais, científicas e políticas são marcadamente híbridas” (KLANOVICZ, 2013, p. 294).

Entende-se que esses desastres ambientais ocorrem devido a configurações que condicionaram

os processos sócio-históricos da industrialização brasileira, fruto da política desenvolvimentista, que no anseio de inverter a política econômica importadora para exportadora investiram pesado na industrialização do país (FERREIRA FILHO, 2015, p. 16).

O *momentum* ambiental da emergência de Cubatão como espaço tóxico na imprensa precisa também ser pensado à luz das relações entre estado autoritário, populações humanas e mundo natural, sua violência com relação às pessoas e ideias, e sua voracidade com relação aos recursos naturais e ao controle de paisagens.

A TS exerceu papel crucial na exposição dos problemas ambientais em Cubatão/SP. Entre as páginas do jornal, buscamos interpretar as percepções sobre os problemas ambientais, tomando-os como discursos que verbalizam as ansiedades contemporâneas sobre a relação entre humanos, mundo natural, cidade e desenvolvimento. Paulatinamente, o periódico foi construindo uma crítica pontual sobre a cidade técnica, sobre o uso de tecnologia, sobre o desenvolvimentismo na sua versão autoritária a partir da exposição de casos de contaminação ambiental, tratados como problemas de saúde pública. Nesse sentido, argumentamos que o jornal, ao tratar desastres ambientais a partir do foco da saúde pública, proporcionou a emergência e algumas bases do que veio a se constituir como uma imprensa ambientalmente preocupada no Brasil da segunda redemocratização.

Este artigo foi construído a partir de uma pesquisa documental amparada em exemplares do jornal em foco, a TS, cotejado com outras produções acerca de desastres e ligados à história da modernização e do desenvolvimentismo no país. Buscamos apresentar o tema contextualizando Cubatão/SP na perspectiva ideológica do desenvolvimentismo brasileiro para depois darmos atenção às maneiras que a imprensa constrói sua visão acerca dos fenômenos ambientais marcantes do município.

Cubatão e o desenvolvimentismo

A partir da década de 1910, algumas fábricas começaram a habitar a cidade, tais como

a Companhia Curtidora Marx (1912-1914), adquirida pela empresa Costa Moniz em 1919, a Companhia Santista de Papel (em funcionamento a partir de 1922), que demandava energia proveniente da primeira hidrelétrica brasileira (a Henry Borden), construída pela São Paulo Light and Power Company (1926), ou ainda a Companhia de Anilinas, Produtos Químicos e Material Técnico (fundada em 1913 e maior empresa do estado de São Paulo em 1928). A partir do final da década de 1940, uma nova realidade industrial regional, marcada pelo petróleo e pelas indústrias de base, criou um surto de desenvolvimento renovado (GOLDENSTEIN, 1972, p. 113), favorecido pelo lançamento do Plano Nacional Rodoviário (1945) e a subsequente inauguração da rodovia Anchieta (1947), a instalação da Comissão de Estudos do Oleoduto Santos-São Paulo-Campinas, com posterior construção do mesmo entre 1948 e 1952, e a criação da Refinaria Presidente Bernardes – Cubatão (RPBC), inaugurada em 1955 e primeira refinaria de petróleo do país. Papel decisivo na instalação da refinaria em Cubatão foi atribuído ao coronel Arthur Levy (1902-1993).¹

O incremento da industrialização brasileira, a partir dos anos 1960, fez com que o governo federal fosse obrigado, de um jeito ou de outro, a incrementar a produção e distribuição de energia, de combustíveis, bem como incentivos à metalurgia, siderurgia e indústria química, o que aumentou a ferocidade das chaminés que alimentavam o ideal desenvolvimentista. Cubatão passou a ser Área de Segurança Nacional (Lei 5.449/1968), o que, se não inviabilizou intervenções e influências de políticos locais na região, serviu à construção de um novo discurso sobre a cidade, baseado na indústria pesada legitimada pelos ideários do crescimento e progresso econômicos do país. Nascia, a partir da área de segurança nacional, o que alguns setores sociais chamaram de “cidade técnica”.

Esse cenário só foi se agravando durante a década de 1970, quando empresas multinacionais, como a francesa Rhodia, descartavam resíduos industriais da fábrica de pentaclorofenato de sódio em rios, em loteamentos e áreas de Mata Atlântica da Baixada Santista, prática também

adotada pela norte-americana Union Carbide, que fabricava o pesticida Temik 10G, a base do carcinogênico isocianato de metila. Essas e outras empresas escreviam uma história de contaminação de áreas que estavam distantes até 70km do polo industrial de Cubatão, o que veio a ser verificado posteriormente. No entanto, estas mesmas razões de interesse geopolítico e militar foram também as condicionantes para a proliferação e que acionaram os desastres em Cubatão. Sendo assim, estas mesmas razões que levaram Cubatão se tornar Área de Segurança Nacional – como a “defesa natural” imposta pela serra e a proximidade com o Porto de Santos – também acabaram por fazer de Cubatão ser vista como uma “área de insegurança nacional” (TS, 24 dez. 1984), fazendo com que se questionassem todos os frutos da política desenvolvimentista.

Em uma região que está no pé da serra geral, com ventos fracos vindos do mar em direção à serra, bem como a baixa velocidade dos rios que conectam o continente ao mar a partir de extenso mangue, Cubatão é local peculiar de acumulação de gases poluentes que não se dissipam com facilidade. Por outro lado, no mangue, as condições faziam com que aumentasse a concentração de resíduos sólidos, que não são levados ao mar facilmente devido, entre outros fatores, à ação das marés, à presença de aterros, à interrupção de fluxos naturais e à modificação da paisagem (HOGAN, 1988, p. 344).

É nesse ambiente (tomado aqui o termo como uma mútua dimensão natural e construída do mundo palpável) que, entre os anos 1970 e 1980, diversos eventos desastrosos, mas também resistências sociais fizeram vir à tona uma agenda ambiental que, obrigatoriamente, transbordou na política e como a poluição foi sendo atrelada a problemas de saúde pública, não tardaria muito para que o mito de uma cidade técnica, em um governo militar que se pretendia igualmente técnico, começasse a ruir.

Pensar desastres significa discutir seletividades. Um dos pontos fundantes da imagem de Cubatão como espaço de desastres foi o Vale da Morte. Foi o “fim do silêncio sobre o que acontecia em Cubatão” (FERREIRA, 1991, p. 32). Dessa forma, não há elemento mais fundamental para

verbalizar as ansiedades em torno da toxicidade e da exposição das cidades aos agentes nocivos da modernização industrial no Brasil contemporâneo, do que a imprensa que começava a percorrer o itinerário dos problemas ambientais ainda em meio à ditadura militar. Embora a grande imprensa tivesse um interesse primordial no trato de questões ambientais, qual seja o interesse econômico em detrimento da mensagem ambiental (RAMOS, 1995).

Elenita Malta Pereira (2016) pontua, por exemplo, o papel determinante da imprensa escrita gaúcha no início de uma campanha contra a poluição causada pela Celulose Borregaard, empresa norueguesa que se instalou nas margens do rio Guaíba, em Porto Alegre. Juntas, *Folha da Tarde*, *Correio do Povo*, *Jornal do Comércio*, *Zero Hora* e *Folha da Manhã* não pouparam criatividade e matérias e articulavam preocupações públicas e entidades como a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN) contra a empresa, em 1972, simultaneamente à realização da Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente (5-16 de junho de 1972). Pereira (2016) reproduz em seu trabalho documento de uma das reuniões preparatórias de políticos brasileiros para a conferência, uma comunicação interna, de Eleazar Savio, posição do Ministério das Relações Exteriores: “(...) que não nos interessa água pura e ar puro se não temos emprego e, conseqüentemente, dinheiro para comprar o que comer. O Brasil prefere ter um ar menos puro, um solo menos puro, águas menos puras, mas uma indústria que dê condições econômicas ao povo e ao governo para se desenvolver. Esse é o ponto básico.”

É por meio dessa imprensa que as condições de vida em Cubatão vêm à tona desde os anos 1970, em um processo de problematização da contaminação e da poluição, que já estava sendo pautado, porém sem que se questionasse suas bases econômicas. Isso pode ser percebido, por exemplo, quando lemos o Decreto 76.389, de 1975, que dispõe sobre medidas de controle da poluição industrial no Brasil.

Depois de conceituar poluição industrial a partir de uma leitura estreita e de caráter físico-químico, o decreto estabelece que a adoção de medidas

de prevenção ou controle da poluição deveria levar em conta a “capacidade autodepuradora da água, do ar e do solo, bem como a necessidade de não obstar indevidamente o desenvolvimento econômico e social do País” (Decreto 76.389, art. 3, parágrafo único). O decreto já pontuava Cubatão como área crítica de poluição no âmbito do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND).² Foi justamente no âmbito do II PND que o próprio governo federal foi obrigado a constatar a desaceleração econômica do país, especialmente entre os anos de 1976 e 1977, o que veio a colocar o modelo de crescimento em crise (FARO, 2010, p. 81).

Histórias nefastas da cidade “técnica”: e o fim do “silêncio” da imprensa sobre os problemas ambientais

Dean (2000) pontuou que a perspectiva desenvolvimentista brasileira era muito mais do que uma política; ela penetrava a consciência da cidadania, justificando cada ato de governo e até de ditadura, e de extinção da natureza, e quase a totalidade das ações de desenvolvimento entre as décadas de 1950 e 1970 estavam confinadas a regiões da Mata Atlântica (DEAN, 2000, p. 281).

Ao longo da história do desenvolvimentismo no Brasil, Cubatão perfaz um caminho de encontros e desencontros entre política, ciência, tecnologia e controle da natureza, com conseqüências socioambientais profundas e internacionalmente debatidas. Momento fundamental para se pensar o aprofundamento dos problemas ambientais da cidade foi a sua transformação em Área de Segurança Nacional, como já mencionado. O primeiro prefeito de Cubatão após o decreto de segurança nacional foi o engenheiro sanitário Aurélio Araújo para prefeito de Cubatão (HALLISON, 1970, p. 8), descrito como “um técnico para administrar uma cidade de técnica” (HALLISON, 1970, p. 8), especialista em urbanismo público.

É interessante notar que se tratava de uma cidade técnica, “marco do desenvolvimento”, mas que não tinha sequer rede de esgoto ou rede de canais de drenagem dos rios urbanos. Como uma cidade descrita como técnica carecia dos

próprios mecanismos técnicos que serviam como denominadores comuns do que se pode chamar um processo de modernização? É no âmbito de uma crise instalada no modelo de desenvolvimento que Cubatão/SP precisa ser vista no que tange à escala de desastres ambientais entre as décadas de 1970 e 1980, cujas consequências vieram a despertar atenção da comunidade científica, de movimentos e associações populares e da imprensa.³

As fissuras na barreira que enfraquecia a problematização das questões ambientais do município começaram a aparecer quando o Instituto de Oceanografia da Universidade de São Paulo detectou, em 1975, nível exorbitante de mercúrio na região (2µg/l a 5µg/l de água, ou seja, 25 vezes maior do que o máximo recomendado pela Organização Mundial de Saúde). Às constatações técnicas seguiram-se apropriações políticas, mesmo considerando que Cubatão não desfrutava de um cenário favorável ao embate político por ser Área de Segurança Nacional. Em 1978 foi criada uma Comissão Especial de Vereadores para apurar denúncias de possíveis relações entre a poluição e a saúde de trabalhadores da cidade (FERREIRA, 1991, p. 62). A comissão teve importante papel ao expor a contaminação de trabalhadores da multinacional francesa Rhodia por pentaclorofenato de sódio (Pó da China), produzido pela Unidade Química de Cubatão (UQC).

A repercussão do problema fez com que a Assembleia Estadual de São Paulo criasse uma Comissão Especial de Inquérito para “apurar possíveis irregularidades no município de Cubatão e dar soluções aos problemas da poluição ambiental” (FERREIRA, 1991, p. 64; COUTO, 2003, p. 168), tendo por base a exposição dos casos de anencefalia da Vila Parisi (FERREIRA, 1991, p. 70-74). Depoimento do jornalista Randáu Marques, que à época trabalhava no *Jornal da Tarde* e que cunhou o termo “Vale da Morte” para qualificar a situação contemporânea de Cubatão, descrevia à comissão o cenário catastrófico do município e da Vila Parisi, salientando os danos que a COSIPA causou ao lotear o mangue que acabou dando lugar a barracos (FERREIRA, 1991, p. 102). Em 2 de dezembro de 1981, a revista *Veja* publicava a matéria “O inferno

de Cubatão”, na qual os casos de anencefalia da Vila Parisi ganhavam repercussão nacional (Veja, 2 de dezembro de 1981, p. 50).

Diante dos problemas advindos da acelerada industrialização, por meio de uma declaração pública da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), onde, a pedido da promotoria da 1ª Vara de Cubatão, esta primeira reconhece a possibilidade de ocorrer uma catástrofe em Cubatão por meio de um relatório sobre a qualidade do ar (FERREIRA, 1991, p. 79; COUTO, 2003, p. 168). Com o reconhecimento da CETESB de que a poluição do ar comprometera a vegetação da Serra do Mar, e consequentemente tornara a vida da população que habita as encostas e vales ainda mais vulnerável a deslizamentos, a relação entre desenvolvimento econômico e desastres ambientais começou a deixar de ser um discurso contra a soberania nacional e passou a ter mais atenção por parte de diversos segmentos sociais e setores do estado brasileiro.

Na madrugada de 24 para 25 de fevereiro de 1984, um vazamento de 700 mil litros de gasolina do Oleoduto Santos-São Paulo causou a explosão da tubulação que passava por baixo das palafitas que sustentavam uma favela chamada de Vila Socó, na altura do km 57 da Rodovia Anchieta, ocasionando o incêndio de 470 moradias e provocando a morte de 93 pessoas, de acordo com dados oficiais da época, ainda controversos. A tragédia talvez seja o maior dos desastres de Cubatão e teve repercussão nacional e internacional.⁴ Um dia após o desastre, *TS* dá início a uma série especial de reportagens sobre a Vila Socó, intitulada *Tragédia em Cubatão*. Várias matérias foram publicadas até 4 de março de 1984. O jornal afirmava que metade da vila fora destruída pelo fogo, que teve início entre 24 e 25 de fevereiro, e que durou sete horas (*TS*, 26 de fevereiro de 1984). O jornal criticava autoridades locais, estaduais e nacionais, lembrando que a Petrobrás não podia justificar o evento com o argumento da imprevisibilidade, haja vista a falta de manutenção dos oleodutos e os casos anteriores de vazamento de gasolina neles e as próprias declarações do presidente da empresa à época, Shigeaki Ueki (*TS*, 26 de fevereiro de 1984). Um

advogado da região, Vicente Cascione, afirmava que o governo apenas dava voz a “técnicos, entre aspas, a dar explicações e desculpas repugnantes. Chefes buscando fugir às responsabilidades. Autoridades, entre aspas e entre pelotões de segurança, a vistoriar o que resta dos escombros” (TS, 26 de fevereiro de 1984). E continuava: “Amaldiçoada Cubatão, das soluções adiadas, das embromações e do abandono. Quantas tragédias ainda se escondem, na espreita, na perspectiva de cada madrugada? Mesmo esta catástrofe, que se anunciava desde horas antes, não foi evitada” (TS, 26 de fevereiro de 1984).

Em depoimento ao jornal, o chefe do Instituto Médico Legal, Carlos Afonso de Figueiredo, disse que em 33 anos de serviço nunca havia visto nada igual. Segundo o legista: “o maior problema para a identificação dos corpos é por estarem totalmente carbonizados. [...] Geralmente a identificação é feita pelo antebraço e dedos, mas nem isso restou” (TS, 26 de fevereiro de 1984). Diante do drama dos familiares para identificar os corpos dos parentes, o jornal afirmava que o que mais sensibilizava no centro comunitário (local onde estavam sendo recolhidos os corpos) era a imagem dos corpos das mães abraçadas aos filhos, além de enfatizar que, entre estes corpos de mães com seus filhos era possível ver o crânio de um bebê no ventre da mãe (TS, 26 de fevereiro de 1984).

Na capa da edição de 27 de fevereiro, a narrativa do pós-desastre em Vila Socó produzida pelo jornal manteve a retórica de sofrimento dos sobreviventes na tentativa de identificar os corpos de seus familiares. Nesta retórica de sofrimento dos familiares no pós-desastre, o jornal *A Tribuna de Santos* faz uma metáfora do desastre de Vila Socó com filme *O Dia Seguinte* (MEYER, 1983). Estreado no ano anterior ao desastre de Vila Socó (portanto, ainda recente na memória coletiva), o filme do diretor americano Nicholas Meyer explora os acontecimentos de uma guerra nuclear entre os Estados Unidos da América e a União Soviética durante a Guerra Fria. A metáfora feita pelo jornal foi de que os restos de Vila Socó na manhã de 25 de fevereiro só se comparavam a um ataque nuclear. Eram “tochas humanas na cidade-bomba” (TS, 27 de fevereiro de 1984). O governador de

São Paulo, Franco Montoro declarou que “este município está condenado desde que foi declarado Área de Segurança Nacional. O fato de o povo [...] estar impedido de participar das soluções de seus problemas também levou a isso” (TS, 26 de fevereiro de 1984). O presidente da Petrobrás, Shigeaki Ueki, afirmava não afastar a possibilidade de a culpa ser da empresa (TS, 26 de fevereiro de 1984). Embora admitisse a possibilidade de culpa, Ueki declarou que “não passou pela cabeça de nenhum técnico que isso pudesse ocorrer”. O jornal contrapôs a declaração de Ueki baseando-se no testemunho de moradores, que denunciavam a negligência e a tentativa de acobertar o vazamento (TS, 26 de fevereiro de 1984).

Já na matéria *Técnicos da Petrobrás não previram incêndio*, o engenheiro da Petrobrás, Mário de Freitas Esteves, dizia que a culpa também era da prefeitura de Cubatão. Segundo ele, “a existência de barracos, de uma favela, sobre o oleoduto faz suspeitar que o fogo tenha começado por uma vela, algum foco de ignição. O local não tem luz” (TS, 26 de fevereiro de 1984). Por um lado, os técnicos da Petrobrás tinham razão em afirmar que a população não deveria habitar áreas próximas aos dutos por serem locais de risco. Mas a autonomia do município era extremamente relativizada por conta de ser Área de Segurança Nacional.

Na matéria do dia 29 de fevereiro, o jornal confirmou a negligência da Petrobrás através de uma manchete no topo da página a qual afirmava categoricamente “Petrobrás sabia do vazamento” (TS, 29 de fevereiro de 1984). Na matéria de 2 de março, o promotor público responsável pela investigação, Marcos Ribeiro de Freitas, relacionou cinco formas de culpa direta da Petrobrás: erro de alinhamento, negligência, mau estado da tubulação, ausência de manômetro e ausência de extintor (TS, 2 de março de 1984). Em 4 de março, nova denúncia, dessa vez afirmando que houve erro de comunicação entre as equipes do oleoduto na operação de bombeamento (TS, 4 de março de 1984).

Se por um lado o jornal *A Tribuna* não discutia a contaminação do mangue com gasolina em Vila Socó, buscando trabalhar mais com a ideia do erro humano, o jornal não deixava de criticar a

política desenvolvimentista, entendendo-a como um grande perigo para toda a região da Baixada Santista (TS, 9 de março de 1984). O risco residia na qualidade da balneabilidade das praias de São Vicente e Santos, ao abastecimento de água potável em toda a região, especialmente depois da decisão do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE) de retomar o despejo das águas poluídas dos Rios Pinheiros e Tietê (São Paulo/SP) no lago da Represa Billings para abastecer a Usina Henry Borden em tempos de estiagem (TS, 9 mar. 1984). Nesse e em outros editoriais da *Tribuna* é possível perceber o aumento da frequência de discussões acerca de problemas ambientais da região. Em 28 de fevereiro, por exemplo, o jornal afirma que não apenas Cubatão sofria com os efeitos de uma industrialização desenfreada, e que, “na estrada de Santos, há outro vulcão que pode explodir a qualquer momento”: o Terminal da Alemoa, onde eram armazenados diversos produtos químicos utilizados pelas indústrias de Cubatão (TS, 28 de fevereiro de 1984).

O gás da Índia chega à baixada santista

Na madrugada de 3 de dezembro de 1984, um vazamento do gás isocianato de metila em uma fábrica de fertilizantes da multinacional norte-americana Union Carbide, em Bhopal, Índia, matou 3 mil pessoas diretamente. O desastre de Bhopal é o maior desastre tecnológico ocorrido na indústria química e acabou sendo construído como um dos principais pontos de discussão sobre a governança ambiental contemporânea (RAJAN, 2002).

O evento deflagrou questionamentos globais acerca dos processos de industrialização e das políticas econômicas praticadas especialmente por países subdesenvolvidos na década de 1980. O jornal *A Tribuna de Santos* não só produziu reportagem sobre o tema, como também criou uma espécie de campanha após Bhopal, ainda mais porque a mesma empresa fabricava, em Cubatão, o fertilizante Temik, a base de isocianato de metila, importado dos EUA. O produto chegava à unidade da empresa pelo Porto de Santos (TS, 6 de dezembro

de 1984). Com uma matéria de capa em 4 de dezembro, a edição de 4 de dezembro noticiava na manchete que o desastre de Bhopal havia provocado a morte de 350 pessoas (TS, 4 de dezembro de 1984). No dia seguinte, nova capa com a manchete “Mortos na Índia podem chegar a 2 mil”, seguida de fotografia de corpos (TS, 5 de dezembro de 1984). A edição foi uma ótima oportunidade para retomar o tema da Vila Socó. Agora, o caso da vila interessava às autoridades estrangeiras que participavam do Simpósio sobre Emergências Causadas por Agentes Químicos, realizado pela CETESB (TS, 5 de dezembro de 1984).

O jornal assemelhava Bhopal e Vila Socó devido aos perigos do pós-desastre, às mortes, à amplitude e à intensidade dos desastres, às denúncias de negligência por parte das indústrias. Tal como no Brasil, no caso da Petrobrás, o jornal pontuava que desde 1982 as autoridades indianas eram informadas sobre os riscos de segurança da fábrica da Union Carbide (TS, 6 de dezembro de 1984). O Sindicato dos Petroquímicos de São Vicente, Santos e Cubatão afirmava que o risco existente em Bhopal não existia no Brasil, porque o isocianato de metila não era fabricado aqui (TS, 6 de dezembro de 1984). Contudo, estudo realizado por Pedro Tosta de Sá, em 1974, afirmava que os produtos que se destacavam em Cubatão pela alta toxicidade eram o pentachorofenol, da Rhodia, e o isocianato de metila, da Union Carbide (COUTO, 2003, p. 167).

Apartir de 7 de dezembro de 1984, o periódico começou a pautar o armazenamento e o transporte do produto do porto de Santos para a *Union Carbide* de Cubatão. A empresa havia recebido 60 toneladas do produto e o jornal afirmava que os trabalhadores do porto sentiam-se inseguros e desinformados sobre os procedimentos a serem adotados com a carga, uma vez que não havia identificação adequada e clara sobre o isocianato de metila nas cargas. Segundo um dos portuários em depoimento ao jornal, “Vemos em muitos contêineres emblemas conhecidos e dizeres alarmantes, como inflamável, e desenhos aterradores como a tradicional caveira ou o emblema da espiga de milho com um x”. O jornal ainda afirmara que os portuários estariam convictos

de que a carga era de pó da china, provavelmente por ter ocorrido um evento semelhante, noticiado pela imprensa em 1982 (ÉPOCA, 24 de março de 1982 apud FERREIRA, 1991, p. 63).

Sob a manchete *Carga química pode ter acesso ao centro urbano* foi noticiado na página 8 da mesma edição de 7 de dezembro, que qualquer caminhão transportando produtos químicos como “nafta, benzeno, amônia, ou isocianato de metila (o produto que matou 1.200 pessoas na Índia) poderá circular pelas ruas de Cubatão”. Segundo o vereador do PT, Dojival Vieira, ele próprio criou o projeto de lei que admitia a circulação de caminhões na área urbana de Cubatão, revogando assim uma lei municipal do prefeito, que proibia o estacionamento de caminhões com produtos inflamáveis explosivos, líquidos ou gasosos, mas permitia o estacionamento de caminhões transportando gasolina e gás liquefeito de petróleo (GLP) (TS, 7 de dezembro de 1984).

Ao que tudo indica, Dojival Vieira tinha como objetivo não prejudicar os caminhoneiros mas, segundo o discurso do jornal, a atitude da câmara dos vereadores de Cubatão em revogar a lei que proibia a circulação de caminhões na área urbana da cidade colocava em risco a população, pois tal lei havia sido criada devido a um vazamento de gás cloro ocorrido na Rua São Paulo, no centro de Cubatão (TS, 7 de dezembro de 1984).

No editorial do dia seguinte, intitulado “Baixada continua sob grave ameaça”, o jornal *A Tribuna de Santos* continuou a propagar um discurso de que o risco ultrapassasse as fronteiras político-administrativas das cidades da Baixada Santista. No editorial, o jornal questionava que em meio a tantos protestos contra a degradação do meio ambiente e à necessidade gritante de haver uma maior segurança quanto ao transporte de produtos químicos, as tragédias não paravam de ocorrer. Novamente, as fronteiras político-administrativas são transpostas para além da área urbana e industrial de Cubatão.

O jornal citava o desastre que aconteceu havia menos de um mês na estatal mexicana Petróleos Mexicanos (PEMEX) que, de maneira semelhante ao desastre de Vila Socó, provocou a morte de aproximadamente 650 pessoas devido à problemas no sistema de operações no transporte

do Gás Liquefeito de Petróleo (GLP, além de ter ocorrido nas instalações de uma estatal como a Petrobrás (TS, 8 de dezembro de 1984). Após discorrer acerca do desastre no México, fazendo uma relação entre este último evento, os desastres de Vila Socó o desastre de Bhopal – considerando-o uma das maiores catástrofes de todos os tempos – o jornal indaga se a morte dos peixes e animais na Praia de Hermenegildo, no Rio Grande do Sul (1978), também não tenha sido provocada pelo isocianato de metila (TS, 8 de dezembro de 1984). Dizia o jornal: “O que está em jogo é a sobrevivência de aproximadamente um milhão de pessoas. [...] É exatamente a questão ambiental o problema vital pois trata exatamente da raiz de todos os males modernos: a insanidade do homem, que não pouca esforços para destruir sua própria fonte de vida” (TS, 8 de dezembro de 1984).

Apesar da sucessão de desastres tecnológicos que ocorreram desde o final dos anos 1970 até 1984 em Cubatão, noticiados pelo jornal *A Tribuna de Santos*, é importante salientar o peso simbólico desse ano como clímax de um momento em que muitos brasileiros apostavam nas mudanças políticas para reverter o quadro autoritário imposto havia duas décadas (KUSHNIR, 2004, p. 70).

Na edição de 1º de janeiro de 1985 o jornal *A Tribuna de Santos* encerrava uma série de reportagem iniciada no dia 16 de dezembro de 1984, intitulada “Roteiro da Insegurança”, trazendo na última página da edição de 1º de janeiro de 1985, o título “Insegurança é reflexo da opressão. Não se pode separar a questão ambiental do modelo político”, o jornal mais uma vez apresentava uma crítica ao regime político que estava se encerrando, atribuindo a ele também os problemas ambientais de Cubatão e da Baixada Santista.

A Tribuna de Santos e uma imprensa ambiental

Cubatão era responsável, no início dos anos 1980, pela produção de 47% do hidrogênio brasileiro, 40% do aço, 38% dos fertilizantes, 32% do ácido fosfórico, 30% do polietileno, 18% do gás de cozinha e 12% da gasolina consumidos em

território nacional, além de exportar alguns desses produtos (CARVALHO, 2017).

O cenário de desenvolvimento marcado pela industrialização, com todas as suas idiossincrasias regionais, especialmente quando nos referimos a desastres, serviu para a construção de muitos registros sobre eventos que foram acontecendo desde a década de 1970 e que vieram a transbordar em inúmeras narrativas de desastres, especialmente na década seguinte. No caso de Cubatão, enquadrada aqui como uma sociedade industrial marcada pela distribuição desigual da riqueza, é preciso pensar, também, na distribuição desigual dos riscos e a imprensa acabou construindo espaço peculiar de visibilidade e problematização dessa temática em um momento em que a atenção ao ambiente na imprensa nacional não era primordial (BELMONTE, 2015; RAMOS, 1995), especialmente porque os jornalistas precisavam sempre amparar suas leituras em cientistas e, pelo fato de existir um controle sobre o que produzir e o que publicar, tanto jornalistas quanto cientistas eram coagidos a não se pronunciar (CARVALHO, 2017).

A construção de uma “cidade técnica”, na concepção do governo autoritário que enquadrava Cubatão como área de segurança nacional e, logo em seguida, tirou a liberdade do município de proibir a instalação de empresas poluentes, em 1975, a ênfase na tecnicidade serviu, também, para permitir a emergência da circulação não só de culturas industriais (a instalação de empresas multinacionais na região desde os anos 1960), mas também a circulação dos riscos tecnológicos a elas vinculados.

Na pretensão de adotar e controlar sistemas tecnológicos, os acidentes industriais na região passavam, pelo menos até os anos 1970, como eventos “normais” de uma sociedade industrial. Um dos aspectos da normalidade residia especialmente nos reflexos da confiança demasiada na tecnologia como agente de controle e transformação positiva de problemas advindos do próprio processo de modernização (PARROW, 1984).

Os desastres de Cubatão na década de 1980 foram sendo construídos discursiva, social e materialmente e a imprensa desempenhou papel

fundamental no processo por permitir a leitura das experiências desastrosas, em meio às práticas políticas e científicas em torno deles. A *TS*, nesse sentido, foi-se constituindo e sendo reconhecida pela cobertura e pela construção de uma nova narrativa de desastres, na medida em que termos como insegurança, poluição, aliança entre poluição e desenvolvimento desenfreado foram adentrando suas páginas.

Ao considerar o espaço de construção discursiva dos desastres pela Tribuna, podemos pensar que a base “técnica” (FERREIRA, 1991, p. 62), que sustentava o regime, que na verdade era política e econômica com fragilidades ambientais fundamentais serviram como esteio para a emergência de questionamentos acerca de uma racionalidade tecnocrática acerca das decisões tomadas em âmbito regional de Cubatão.

O cenário da redemocratização, o enfraquecimento do poder do regime autoritário, as mobilizações em torno das “Diretas Já”, em 1984 e o vislumbamento de novas questões a serem discutidas na esfera pública e que diziam respeito ao bem-estar da população, tais como poluição, contaminação e segurança alimentar, típicas de sociedades modernas convivendo com processos de industrialização ou desindustrialização, ditariam o compasso dos debates que começavam a surgir, na imprensa, em torno do progresso, do desenvolvimento, da tecnologia e da ciência, e de diferentes regimes de verdade nos quais a tônica não seria mais apenas a política por si mesma, mas a política entremeada pela temática ambiental.

Notas

1 O militar Arthur Levy era graduado em engenharia, tendo sido conselheiro do Conselho Nacional do Petróleo (1945-1954), diretor da Petrobrás (1953-1954), presidente da Petrobrás (1954-1956), superintendente geral da Refinaria Duque de Caxias (1961-1962) e Presidente da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) (1967 e 1969). Além disso, foi membro da Comissão do Anteprojeto de Legislação do Petróleo (1947); membro no setor de combustíveis da Missão ABBINK (1948); chefe da construção da rede de oleodutos Santos-São Paulo (1948/1952); membro da Comissão de Localização da refinaria de Cubatão (1952/1953); presidente da Comissão de Estudos da Rede de Oleodutos Nacionais

(1953); presidente da I Comissão Especial das Indústrias Petroquímicas (1952-1954). No campo da iniciativa privada trabalhou como diretor da Empresa de Construção e Pavimentação (ECOPA) e da Betanil Indústrias Químicas (1973). Fonte: Fundação Getúlio Vargas. Guia dos Arquivos do CPDOC-FGV. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/guia/detalhesfundo.aspx?sigla=AL>>. Acesso em: 21 jul. 2017.

2 As áreas críticas em termos de poluição eram as regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Salvador, Porto Alegre e Curitiba, as regiões de Cubatão e Volta Redonda e as bacias hidrográficas do Médio e Baixo Tietê, Paraíba do Sul, Jacuí, Pernambuco e o estuário do Guaíba.

3 Para Ferreira (1991), o elemento catalisador do debate sobre Cubatão foi “a divulgação de casos de anomalias congênitas e sua possível correlação com os índices elevados de saturação ecossistêmica” (FERREIRA, 1991, p. 100). Além da CEV e da CEI, outras entidades que funcionavam como articuladores políticos para promover o debate sobre Cubatão eram o Partido dos Trabalhadores (PT), a Pastoral Operária, as igrejas Católica, Metodista e Anglicana, a Sociedade Beneficente de Vila São José (Vila Socó), o Comitê de Defesa de Vila Parisi, a Associação das Vítimas da Poluição e das Más Condições de Vida de Cubatão (AVPMCV), a Sociedade Brasileira de Ecologia (SBE) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), informalmente representada pelo jornalista Randau Marques (FERREIRA, 1991, p. 112-113).

4 O incêndio em Vila Socó foi noticiado por *The New York Times* (EUA) e *La Vanguardia* (Espanha), em 26 de fevereiro de 1984; *Le Monde* (França) e *Camberra Times* (Austrália), em 28 de fevereiro de 1984, além da *Times Magazine*, do jornal *The Washington Post*, entre outros.

Referências

A FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, edição de 12 jun. 1984.

A TRIBUNA DE SANTOS. Santos, edições de 24 fev. 1984; 27 fev. 1984; 29 fev. 1984; 1º mar. 1984; 2 mar. 1984; 4 mar. 1984; 9 mar. 1984; 5 dez. 1984; 6 dez. 1984; 7 dez. 1984; 8 dez. 1984 e 24 dez. 1984.

ASSOCIAÇÃO DE COMBATE A POLUENTES (ACPO). Disponível em: <http://www.acpo.org.br/caso_rhodia.htm>. Acesso em: 12 set. 2017.

BELMONTE, R. V. História do jornalismo ambiental brasileiro. **10º Encontro Nacional de História da Mídia, 2015**. Disponível em: <[\[ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/10o-encontro-2015/gt-historia-do-jornalismo/historia-do-jornalismo-ambiental-brasileiro/at_download/file\]\(http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/10o-encontro-2015/gt-historia-do-jornalismo/historia-do-jornalismo-ambiental-brasileiro/at_download/file\)>. Acesso em: 15 set. 2016.](http://www.</p></div><div data-bbox=)

BRASIL. Secretaria do Planejamento. **II Plano Nacional de desenvolvimento: 1975-1979**. Brasília, DF, 1974.

BRASIL. **Decreto n. 76.389, de 1975**. Dispõe sobre as medidas de prevenção e controle da poluição industrial, de que trata o Decreto-Lei nº 1.413, de 14 de agosto de 1975, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-76389-3-outubro-1975-424990-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

BRASIL. **Lei 5.449/1968**. Declara de interesse da segurança nacional, nos termos do art. 16, § 1º, alínea b, da Constituição, os Municípios que especifica, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5449-4-junho-1968-359221-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

BUELL, L. **Writing for an endangered world**. Boston: Harvard University Press, 2011.

COUTO, J. M. **Entre estatais e transnacionais: o polo industrial de Cubatão**. 2003. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

CARVALHO, R. E. de. **Cubatão e o jornalismo ecológico: estudo de três momentos**. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/4f0dd33b95cdc4902f09df7e41b4e7e4.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2017.

DEAN, W. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ESPÍNDOLA, M. A.; NODARI, E. S.; LOPES, A. R. S. História Ambiental e Interdisciplinaridade

na análise de desastre. In: Simpósio Internacional sobre Interdisciplinaridade no Ensino, na Pesquisa e na Extensão Região Sul, 2013, Florianópolis. **Anais do Simpósio Internacional sobre Interdisciplinaridade no Ensino, na Pesquisa e na Extensão Região Sul**. Florianópolis: PPGICH/UFSC, 2013. v. 1.

ESPÍNDOLA, M. A.; NODARI, E. S.; LOPES, A. R. S. (Orgs.) **Desastres socioambientais em Santa Catarina**. São Leopoldo: Oikos, 2015.

FARO, Diego do Prado. **II Plano Nacional de Desenvolvimento e Modelo de Substituição de Importações**. 2010. (Monografia) Graduação em Ciências Econômicas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

FERREIRA, L. C. **Os fantasmas do vale: representações e modos de ação social em Cubatão**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.

FERREIRA FILHO, C. **A (toxi)cidade de Cubatão: história ambiental, desastres tecnológicos e a construção do imaginário ambiental da cidade tóxica na década de 1980**. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Centro Oeste. Irati, 2015.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Guia dos Arquivos do CPDOC-FGV**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/guia/detalhesfundo.aspx?sigla=AL>>. Acesso em: 21 jul. 2017.

GOLDENSTEIN, L. **A industrialização da Baixada Santista: estudo em centro industrial satélite**. 1972. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972.

HALLISON PUBLICIDADE LTDA. **Cubatão, ontem e hoje: um marco do desenvolvimento**. São Paulo: Hallison Publicidade, 1970.

HOGAN, D. J. Condições de vida e morte em Cubatão. In: **Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Olinda: Abep, 1988.

KLANOVICZ. História ambiental e desastres: encontros entre política, tecnologia e sociedade. **História Unisinos**, v. 17, p. 293-302, 2013.

KUSHNIR, B. **Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à constituição de 1988**. São Paulo: Boitempo/FAPESP, 2004.

OLIVER-SMITH, A. What is a Disaster: Anthropological perspectives on a persistent question. In: _____. (Ed.) **The Angry Earth: Disaster in Anthropological Perspective**. London: Routledge, 1999.

O ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo, edição de 4 de fevereiro de 1981.

_____. São Paulo, edição de 18 de fevereiro de 1982.

RAJAN, R. Disaster, development and governance: reflections on the 'lessons' of Bhopal. **Environmental Values**, v.11, n. 3, p. 369-394, 2002.

PARROW, C. **Normal accidents: living with high risk technologies**. New York: Basic Books, 1984.

PEREIRA, E. M. **A ética do convívio ecossustentável: uma biografia de José Lutzenberger**. 2016. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

RAMOS, L. F. A. **Meio ambiente e meios de comunicação**. São Paulo: AnaBlume, 1995.

VEJA. **O inferno de Cubatão**. São Paulo, ed. 691, p. 50-54, 2 dez. 1981.

A região dos desejos e das aventuras: diálogos sobre grandes projetos de integração e desenvolvimento na Amazônia nos séculos XIX e XX*

The region of desires and adventures: dialogues on major projects of integration and development in the Amazon in the nineteenth and twentieth centuries

César Martins de Souza**

Palavras-chave:
Amazônia
Grandes projetos
Desenvolvimento

Resumo: Desde o período colonial a região amazônica se constituiu em um desafio aos conquistadores e aventureiros que muitas vezes desapareciam ou morriam na floresta, em sua busca de novas riquezas. Ao final do século XIX, sobretudo ao longo do XX, a Amazônia se tornou em base de projetos que visavam o progresso do Brasil a partir da exploração das riquezas da região. Neste sentido, um mergulho na literatura e nos debates da historiografia permite refletir sobre o processo que levou a região amazônica ao centro da cena nacional em políticas e projetos de integração e desenvolvimento, transformando a região em produtor de matéria-prima para o capitalismo nacional e mundial, o que provocou fortes impactos socioambientais.

Keywords:
Amazonia
Great projects
Development

Abstract: Since the colonial period the Amazonia region was a challenge to settlers and adventurers that used to either disappear or die in the forest, in their search for wealth. At the end of the 19th century, and mainly throughout the 20th, Amazonia became the basis for projects that sought to reach Brazilian progress through the exploitation of the region's natural wealth. In this manner, an in-depth study in the literature and in debates from historiography allows us to reflect about the process that took the Amazonia region into the national center stage regarding integration and development projects and policies. All this resulted in the transformation of the region into a raw material producer for national and global capitalism, causing serious socio-environmental impacts.

Recebido em 3 de novembro de 2017. Aprovado em 27 de dezembro de 2017.

Um sentido para a História da Amazônia?

Uma das atividades curriculares básicas e fundamentais dos cursos de graduação em História é Teoria da História, na qual o não iniciado adentra o universo da historiografia e é levado a compreender teorias que embasam a disciplina e ao mesmo tempo indagam sobre o possível sentido para História. O sentido da História é um tema abordado por diversos teóricos da disciplina ao se indagarem sobre uma possível direção nos caminhos temporais trilhados pelas sociedades humanas.

Klein discute como Kant pensava o progresso da história humana, como sendo a história do desenvolvimento da liberdade (KLEIN, 2013). Para Kanaan, Fukuyama acreditava que uma série de eventos até a Queda do Muro de Berlim encaminharam o fim da História, não da vida e da morte no planeta, mas dos conflitos e desenvolvimentos, porque sem a divisão que marcou a Guerra Fria, passaria a haver estabilidade no mundo desenvolvido. Nos países subdesenvolvidos, a democracia não se afirmaria em um primeiro momento, ficando a cargo dos países desenvolvidos, como afirma Kanaan, em um artigo sobre Fukuyama:

* O presente artigo foi desenvolvido a partir dos estudos e diálogos realizados durante atividades de Investigador Visitante no Instituto de Ciências Sociais/Universidade de Lisboa e de projetos de pesquisa desenvolvidos na Universidade federal do Pará (UFPA), sob a coordenação do autor.

**Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense, Mestre em Antropologia pela UFPA, Licenciado e Bacharel em História pela UFPA. Professor Adjunto da Universidade Federal do Pará (UFPA), desenvolvendo atividades docentes no Campus de Altamira e no Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes da Amazônia. E-mail: <cesar@ufpa.br>.

A democracia apenas seria possível para os países desenvolvidos economicamente com um processo de industrialização já consolidado. Os demais países, pobres e ‘atrasados’, estariam vulneráveis aos regimes totalitários, ao socialismo, ou ainda, aos regimes democráticos dependentes dos países desenvolvidos.

O ‘fim da História’, último estágio de avanço econômico, não significaria o fim da história social ou fim dos acontecimentos naturais como vida ou morte, mas sim, uma sociedade tecnológica que pudesse suprir todas as necessidades humanas. Atingindo este estágio, ocorreria o fim do desenvolvimento dos princípios e das instituições básicas, pois todas as questões realmente importantes estariam resolvidas.

Não haveria precedente para os níveis de desenvolvimento proporcionados, tanto para os países industrializados quanto para os países pobres. Estes últimos receberiam uma série de investimentos sociais visando uma igualdade de oportunidades a todos os cidadãos do mundo. (KANAAN, 2005, p.1-2).

Os estudos de Klein e Kanaan problematizam como Kant e Fukuyama acreditavam que a História avança rumo ao desenvolvimento, garantindo uma vida melhor para a humanidade. O que vem a ser desenvolvimento? A crença no processo de industrialização como motor do desenvolvimento provocou, no fim do século XIX, visões otimistas de que a humanidade caminhava para um período de paz e estabilidade, na virada do século XIX para o XX (HOBSBAWM, 2008).

A crença no desenvolvimento baseado na industrialização, sob o comando das grandes potências, que promoveria então a melhoria da humanidade é um tema que marca os séculos XIX e XX. Thomas (2010) analisa como, desde a industrialização do século XVIII, se tornou forte na Inglaterra a ideia de que países desenvolvidos promoveriam a industrialização e a partir dela o aprimoramento da humanidade. Desta forma, valores ético-morais, como o respeito à natureza e a relação mais próxima dos humanos com o meio ambiente teriam se consolidado no século XIX,

baseados em uma releitura de tradições religiosas e na busca pelo aprimoramento das pessoas e das sociedades.

Na virada do século XIX para o XX, portanto, o desenvolvimento está relacionado com a paz e a relação mais próxima dos humanos com o meio ambiente e no XX em investimentos sociais, tecnologias universais e igualdade de situações aos cidadãos de todo o globo. Para além dos discursos sobre a aproximação dos humanos com o meio ambiente ou em investimentos sociais para a superação da desigualdade, desde o século XIX a Amazônia passou a ser vista como palco de grandes projetos que ignoram suas populações, visando apenas fornecer matéria-prima para as grandes indústrias.

Mesmo entre pessoas nascidas na região amazônica, como o Barão de Santa Anna Nery, vigora, desde o século XIX a visão de que a floresta amazônica deve ser analisada como uma região com grande potencial para proporcionar lucros ao capital internacional:

Já começa a faltar madeira na velha Europa, despojada de suas florestas pré-históricas; não está longe o tempo em que seremos forçados a buscar no Novo Mundo novas reservas florestais. A Amazônia conserva em depósito, para séculos, uma reserva de madeira capaz de alimentar todas as indústrias locais e estrangeiras. Há tesouros que dormem e esperam a passagem dos corajosos pioneiros: estamos certos que estes não se farão esperar por muito tempo. O homem sempre se dirige para onde haja dinheiro para ganhar e força de trabalho para ser utilizada. (NERY, 1979, p. 78).

Esta forma de conceber a região como um território a ser desbravado e ocupado em busca de riquezas, contradiz a ideia de que a História, no fim do XIX e também no fim do XX, caminhava para um período de melhoria da condição humana e de respeito às naturezas não humanas. A tese sobre a caminhada da História rumo ao aperfeiçoamento das sociedades humanas entra em contradição com a condição imposta à Amazônia e parece confirmar as visões de Euclides da Cunha (2006), que pensa a região como “fora” do tempo histórico.

Apenas enxergando a Amazônia como fora do tempo histórico torna-se possível conceber que os países desenvolvidos estejam conduzindo o mundo a condições melhores enquanto usam a Amazônia para garantir este “desenvolvimento”, ignorando sua fauna e flora e as sociedades humanas. O lugar da região amazônica na História da humanidade é um tema importante porque permite refletir sobre como diversos países e mesmo aqueles que possuem a região dentro de seus territórios, veem e se posicionam sobre a região. As obras literárias também se constituem em uma fonte importante sobre o assunto, pois a partir delas se pode problematizar olhares sobre diferentes momentos da História da Amazônia. Esta reflexão permite analisar como a ideia de desenvolvimento da humanidade surge como ideologia que impõe valores, se apropria das riquezas da região e provoca impactos ambientais grandes e, em muitos casos, definitivos para a imensa floresta tropical.

O escritor paraense Dalcídio Jurandir (1997) em *Chove nos campos de Cachoeira*, publicado originalmente em 1940, retrata em diversas passagens a natureza amazônica, o movimento dos rios, o tempo da chuva, os campos alagados, as frutas, os animais e os seres humanos construindo suas vidas entrelaçados à natureza. O tempo narrativo parece correr mais lentamente porque tenta seguir a lógica da natureza, sem que o narrador interrompa para pensar em formas de fazer progredir as pequenas cidades ou colocar uma visão utilitarista da floresta. A prosa de Jurandir, ao colocar o tempo da natureza em primeiro plano, segue um caminho contrário ao dos grandes empreendimentos implementados na região, porque pensa a partir da natureza amazônica e não sobre ela.

Ao longo dos séculos, as árvores centenárias, os rios e os animais se constituem em desafio a escritores, viajantes naturalistas, ensaístas, políticos e grandes capitalistas. Muitas vezes, os rios gigantes, árvores de até cinquenta metros de altura, diversificada fauna e flora foram vistos como obstáculos ao desenvolvimento e em outros momentos como o epicentro do desejo do grande capital. Ao mesmo tempo em que a floresta movimentou a imaginação, muitos aventureiros

se embrenharam nas matas amazônicas em busca de alcançar lugares fantásticos relatados por missionários e viajantes.

Inferno, paraíso, lugar de monstros ou de criaturas celestiais. A floresta amazônica vista como um enclave, uma espécie de entrave ao progresso do país, por muitos ensaístas, veio a ser, no século XIX, vista como um espaço a ser explorado para garantia de desenvolvimento. Como se lhe coubesse um lugar especial no capitalismo mundial, como fornecedor de matéria-prima, eletricidade e laboratório ao ar livre para as biotecnologias, a região amazônica deixou de ser o paraíso perdido para se constituir em um espaço que alimenta desejos ao redor do globo.

Em todas as minhas atividades de pesquisa, desde que ainda era estudante de graduação, tenho desenvolvido pesquisas sobre ciclos econômicos e grandes projetos de integração e desenvolvimento que tiveram a região amazônica como foco e eixo central. Assim, desenvolvi pesquisas sobre A borracha na Amazônia, a construção da Rodovia Transamazônica e da Hidrelétrica de Belo Monte, além de ter estudado diversos outros trabalhos e conhecido *in loco* projetos hidrelétricos, rodoviários, minerais e agropecuários implementados em diferentes lugares da região, o que me leva a problematizar os impactos socioambientais da exploração das riquezas amazônicas pelo grande capital internacional, bem como os prejuízos permanentes experimentados pelas populações locais, sobretudo em relação a transformação profunda em seus modos de vida e a desagregação de suas bases socioeconômicas.

No presente artigo, busco, portanto, fazer uma reflexão sobre o lugar que a Amazônia ocupa na História do planeta, sobretudo diante do grande capital internacional. Para construir o texto, mergulho em minha própria trajetória como pesquisador, dialogando com a teoria sobre grandes projetos, a historiografia e com as obras literárias sobre os diferentes momentos da História, em que a Amazônia foi transformada em objeto e foco de debates que visavam explorar as riquezas da região e inseri-la na rota dos grandes centros econômicos do mundo.

Do “uso” da Amazônia aos impactos socioambientais

Em meados do século XIX, a tranquilidade de diversas populações amazônicas sofreu profundas transformações com a descoberta em 1840 do processo de vulcanização, por Goodyer e posteriores incorporações da borracha no rol de uma das matérias-primas fundamentais para a crescente industrialização no mundo. A árvore que chora, como definiu Gondim (2007), foi tema de muitas obras literárias consagradas no Brasil e no mundo, como também de dezenas de pesquisas e ensaios acadêmicos. A economia da borracha se constituiu em um dos temas mais importantes da História da Amazônia, de forma que é muito presente na historiografia e em obras literárias sobre a região. Em 1880, o conhecido escritor francês de ficção científica, Júlio Verne, publicou uma obra ambientada na Amazônia, na qual expressa um otimismo com as possibilidades de desenvolvimento para Manaus:

O comércio de Manaus deve aumentar sensivelmente com a escala dos vapores. Efetivamente, as madeiras de construção ou de marcenaria, o cacau, a borracha, o café, a salsaparrilha, a cana-de-açúcar, o anil, a noz moscada, o peixe salgado, a manteiga de tartaruga, todos esses diversos artigos encontram ali numerosos cursos de água para os transportar: o rio Negro para norte e oeste, o Madeira para o sul e oeste, o Amazonas, finalmente, para leste, até o litoral do Atlântico. A situação desta cidade é, portanto, magnífica, e deve contribuir poderosamente para sua prosperidade. (VERNE, 1966, p.148).

A prosperidade com a exploração das chamadas drogas do sertão e com os animais e madeira, animavam o narrador de *A jangada*, que prevê um ciclo de prosperidade para Manaus. O ciclo chegou logo após a publicação da obra, pois as principais cidades amazônicas cresceram rapidamente e viram suas economias sofrerem grande movimentação, a partir da extração de borracha. A borracha provocou transformações

profundas nas duas maiores cidades da Amazônia, Belém e Manaus, que experimentaram o fausto de ver surgir grandes teatros no interior da floresta, Teatro da Paz e Teatro Amazonas, possibilitou a abertura de largas avenidas, a importação de roupas da Europa, pelos barões da cidade e o surgimento de palacetes e residências suntuosas (DIAS, 2007).

Outras cidades amazônicas também prosperaram na segunda metade do século XIX, como Óbidos e Porto Velho, palco da ferrovia Madeira-Mamoré, bem como novas cresceram e/ou surgiram, como Altamira, Parintins, Rio Branco, entre tantas outras. Vapores chegavam com frequência do Rio de Janeiro, trazendo novidades. Óperas partiam da Europa para se apresentar em Belém e Manaus, a imprensa divulgava os suntuosos bailes promovidos pela burguesia que vivia na euforia de um cotidiano marcado por valores parisienses. Em Belém, uma loja de tecidos até hoje existente denominada Paris n'América traduz em seu nome e em sua estrutura o fausto do período.

Manaus, Belém e outras cidades possuem diversos monumentos à memória do tempo em que as riquezas da borracha conduziram a Amazônia ao fausto da *belle époque* (SARGES, 2002). Enquanto as riquezas faziam prosperar estas cidades, havia uma sociedade que cada vez mais era expulsa para as periferias, onde pudesse ficar invisível aos olhares de visitantes e das elites.

Belém e Manaus abriam grandes avenidas e praças, em um processo de amplo reordenamento urbano, mas provocavam a expulsão das pessoas mais pobres para lugares afastados e escondidos. Se a economia da borracha é baseada no extrativismo que, quando comparado aos futuros ciclos econômicos da região, provoca menos impactos ambientais, os impactos sociais são grandes, como a exclusão social urbana ou a forma de trabalho conhecida como aviamento, que escravizava migrantes nordestinos e até mesmo ribeirinhos e indígenas ao fazê-los devedores permanentes dos barracões dos seringais. Este processo de escravidão por dívidas ficou consagrado na literatura universal, sob a pena do escritor português Ferreira Castro, na obra *O seringal*:

Dum dia para o outro, o seringueiro de ‘saldo’, que suportara uma dezena de anos na selva, em luta com a natureza implacável, para adquirir os dinheiros necessários ao regresso, via-se sem nada – e sem saber até como o haviam despojado. De novo pobre, com a família e a terra, preocupação constante do seu exílio, a atraírem-no de longe, ele sufocava uma vez mais, as saudades, a dor do tempo perdido, e regressava ao seringal, tão miserável como a primeira hora em que lá aportara. (CASTRO, 1956, p. 39).

A escravidão levava os seringueiros a uma vida degradada e espoliada de seus direitos básicos, como narrado na obra de Castro. Enquanto as indústrias mundiais prosperavam com a economia da borracha (SANTOS, 1980), as pessoas eram escravizadas no interior da floresta, por um sistema opressor e desumanizador. Ao analisar a obra de Castro, Menezes Neto (2011) afirma que este sistema provocou visões negativas sobre a floresta, percebida por seringueiros como um inimigo despótico que tudo fazia para expulsar os humanos e manipulá-los como se fossem títeres.

Diante dos problemas na exploração da borracha, o alvo das críticas foca na floresta amazônica ao invés dos coronéis da borracha que enriqueciam em Belém, Manaus e a partir deles em várias partes do mundo. A economia da borracha abriu e expandiu cidades na Amazônia, aumentou a ocupação humana e iniciou um período de ciclos econômicos, projetos desenvolvimentistas e impactos ambientais. A pergunta não apenas sobre este período quanto em relação aos projetos desenvolvimentistas do século XX é: quais as melhorias vivenciadas pelas populações amazônicas com a exploração da borracha? A economia gomífera trouxe em seu bojo ainda novos desdobramentos, sob a forma de grandes obras de impacto implementadas na região, visando explorar o látex, transportar as riquezas amazônicas e integrar esta região.

A construção da ferrovia Madeira-Mamoré é um momento que explicita uma visão sobre a região como um lugar de passagem. A rodovia passa pela Amazônia, mas não foi pensada para a

Amazônia e nem pela Amazônia. Não apenas índios e ribeirinhos foram atingidos pelo empreendimento, como também os operários que tiveram dificuldades em lidar com a floresta.

A floresta também apareceu na construção da Madeira-Mamoré como uma grande inimiga das atividades econômicas humanas e dos grandes projetos de integração, como se agisse com vontade própria para expulsar os operários. As doenças vitimaram números elevados de operários e ainda provocaram impactos durante a construção (HARDMAN, 2005). Quando as árvores caíam para abrir clareiras ao empreendimento, era como se o grande capital obtivesse vitória contra a natureza até então indomável. O escritor amazonense Márcio Souza, em *Mad Maria*, descortina o universo cotidiano da ferrovia em uma obra que ficou conhecida na literatura nacional. Ao narrar os problemas na construção da ferrovia, aponta que os engenheiros consideravam que a natureza precisava ser vencida, pois agia por “uma espécie de transe não premeditado e sua fúria ascendia rapidamente até a destruição” (SOUZA, 2005, p.106).

A ferrovia marcou o início de um século desenvolvimentista para a região amazônica, entretanto, naquele momento as memórias sobre o empreendimento ressaltam a vitória da floresta contra os “invasores”. Os milhares de trabalhadores mortos em conflitos ou por doenças, destacam, de forma dramática, que novos grandes projetos de integração da Amazônia ou exploração de suas riquezas enfrentariam a marca da derrota para a natureza.

Os resultados negativos da construção da Madeira-Mamoré não levaram em consideração os indicadores sobre agressões às populações tradicionais da região e à natureza. A floresta supostamente venceu, mas assistiu a chegada de uma enxurrada de operários, engenheiros e aventureiros, movidos pelo desejo de estabelecer um grande empreendimento de integração, uma ferrovia, o que provocou impactos ao longo do século XX. Ao mesmo tempo, o narrador de *Mad Maria* considerava que o empreendedor e engenheiro da ferrovia, o estadunidense Farquhar:

Tinha a maior veneração pela instituição do lucro e chegava a acreditar que o lucro era a maior criação de Deus. Na natureza tudo era fonte de lucro e ele tinha certeza que um Deus esperto não teria agido assim por nada. (SOUZA, 2005, p. 91).

Polanyi argumenta que o avanço da ação do grande capital no mundo transformou o significado da natureza e do trabalho humanos em mercadoria fictícia. Em meados do século XIX, segundo o autor, ocorreu uma *grande transformação* que permitiu ao capital industrial transformar o globo terrestre em mercado consumidor, mão de obra e matéria-prima. Desta forma, “o homem, sob o nome de mão de obra, e a natureza, sob o nome de terra, foram colocados à venda” (POLANYI, 2012, p. 146). A dessacralização da natureza e dos seres humanos iniciou um longo período ainda vigente em que a transformação da natureza em mercadoria é mais importante do que os impactos negativos que as ações sobre ela possam proporcionar ao planeta.

A narrativa de Souza destaca que ferrovia Madeira-Mamoré terminou “ligando nada com lugar nenhum”. A afirmação em *Mad-Maria* se encontra com a visão de Polanyi que expressava uma crítica ao fato de a natureza e os seres humanos haverem sido transformados em mercadoria fictícia. A natureza vista como fonte de lucro ao capital internacional, colocou cada vez mais a região amazônica no centro da cena e deixou vulnerável a existência da gigantesca floresta tropical.

Na construção de Fordlândia, permaneceram os debates sobre a necessidade de vencer a floresta, o mesmo ocorrendo na construção de rodovias como Belém-Brasília, Perimetral Norte e Transamazônica. Da mesma forma foram desenhados também, nos séculos XX e XXI, a construção de hidrelétricas enfocando a necessidade da vitória sobre a selva e provocando danos irreparáveis ao meio ambiente e às vidas das pessoas que vivem no entorno das áreas alagadas, como ocorreu na construção da Hidrelétrica de Tucuruí, no Pará (MAGALHÃES, 1994).

Em seu estudo sobre *Fordlândia*, Grandin (2010) conclui que o industrial estadunidense Henry Ford enxergava o Brasil e principalmente a Amazônia, com um olhar colonizador. A região

do rio Tapajós, onde a Ford Company instalou uma cidade, plantação de seringueiras e fábrica de exploração de látex seria, segundo a lógica de Henry Ford, libertada pela chegada do progresso. A lógica utilizada ignora natureza e as práticas culturais de populações locais, para colocar a indústria de borracha como algo necessário para a Amazônia, por promover o progresso.

A floresta, conforme descrita em *A selva* (CASTRO, 1956), escravizava e diminuía as capacidades dos seres humanos, por isso deveria ser confrontada pela massiva chegada de migrantes e de projetos para integrar e desenvolver a região. A dominação da floresta sobre os humanos está no centro da preocupação com os impactos que poderiam ser provocados pelos novos grandes empreendimentos em curso na segunda metade do século XX. Um pouco antes, durante a Segunda Guerra Mundial, para abastecer os aliados nos combates de guerra, foram enviadas centenas de homens à selva amazônica, objetivando extrair borracha. As memórias dos “soldados da borracha”, como ficaram conhecidos os seringueiros deste período, relatam um elevado número de mortes, devido às doenças, insetos e animais selvagens (CAMPOS, 2006), o que reforça o argumento de que a natureza é inimiga do progresso.

Drummond, em seu estudo sobre a indústria de extração de manganês na Serra do Navio, no Amapá, considera que as atividades de mineração desenvolvidas pelo capital transnacional no Amapá, geraram, em consequência, mais impactos ambientais que sociais, remodelando espacialmente a região em que foi instalada (DRUMMOND, 2000). No mesmo sentido, Carvalho (1994), ao analisar a *Industrialização tardia e grandes projetos* na Amazônia, problematiza os impactos causados por diversos empreendimentos econômicos e conclui que pecuária, garimpo e mineração, além dos problemas sociais que ocasionam aos lugares onde ocorrem, provocam impactos ambientais de amplo alcance e por um longo período.

Como vimos, um processo histórico iniciado na virada do século XIX para o XX, deu início a uma série de ciclos econômicos de exploração dos recursos da Amazônia que foi transformada em

mercadoria para o grande capital internacional. Entretanto, durante o *boom* da economia da borracha e nos demais projetos implementados, a região amazônica não se torna em foco de uma reestruturação social, tampouco se percebe uma preocupação com a garantia da manutenção de seu patrimônio biológico, cada vez mais presente em debates sobre a garantia da qualidade de vida no planeta.

Na segunda metade do século XX ocorreu a intensificação de projetos de exploração mineral, como a já referida neste texto, indústria de manganês no Amapá, ou a extração diversificada de minerais no Sul e Sudeste do Pará. Com o crescimento da produção mineral e indústria madeireira, cresceu a necessidade de integrar a Amazônia ao restante do país, a partir de pontes, ferrovias e rodovias, visando a exportação dos minerais, produtos agropecuários e madeira. Nesse contexto, no governo de Juscelino Kubistchek foi construída a rodovia Belém-Brasília que provocou impactos ambientais, com o crescimento de cidades às suas margens e também a expulsão de populações tradicionais que viviam no trajeto da estrada, devido a ação de grandes empresas, frente à valorização das terras (HEBETTE; MARIN, 1977).

Dando prosseguimento a agenda das obras de integração, durante a ditadura foram construídas diversas rodovias, para assinalar a nova cartografia desenvolvimentista que se estabelecia na Amazônia, na qual se destaca, como a mais propagandeada e mais extensa, a rodovia Transamazônica. Martins de Souza (2015) afirma que, quando se construiu a rodovia Transamazônica, na década de 1970, vários escritores, ensaístas e articulistas temiam que a intervenção na floresta pudesse provocar impactos à saúde pública. As memórias da ferrovia Madeira-Mamoré foram evocadas com frequência como uma referência dos riscos de a Transamazônica vir a se tornar cenário para propagação de epidemias, pelo fato de os operários e colonos que migraram para os projetos oficiais de agricultura ao longo da rodovia não conhecerem a floresta.

O mesmo fenômeno ocorrera em outros momentos, como na exploração da borracha

durante a Segunda Guerra Mundial, quando os trabalhadores, em sua maioria naturais do nordeste do Brasil, não sabiam lidar com a selva, o que os tornou mais expostos aos ataques de animais e às dificuldades com a natureza.

O migrante isolado, enfrentando a natureza, é um tema recorrente nos relatos sobre o cotidiano dos grandes projetos e faz parte de um discurso que retira da natureza sua condição como fundamental a existência da vida no globo terrestre, para colocá-la na condição de obstáculo ao progresso. O progresso e desenvolvimento são um tema recorrente em trabalhos de articulistas, ensaístas e escritores sobre a Amazônia. O físico Albert Einstein em uma obra sobre suas principais ideias, *Como vejo o mundo*, demonstra uma visão pessimista sobre o progresso e a exploração das riquezas:

Todas as riquezas do mundo, ainda mesmo nas mãos de um homem inteiramente devotado à ideia do progresso jamais trarão o menor desenvolvimento moral para a humanidade. Somente seres humanos excepcionais e irrepreensíveis suscitam ideias generosas e ações elevadas. Mas o dinheiro polui tudo e degrada sem piedade a pessoa humana. (EINSTEIN, 1997, p. 13-14).

A busca pelas riquezas amazônicas, defendida por Nery (1979), na virada do século XIX para o XX, transformou a Amazônia em uma grande mercadoria para o capital transnacional. A mercadoria fictícia, como argumenta Polanyi (2012), é uma forma de buscar dominar humanos e o meio ambiente, atribuindo-lhes valor de uso.

Goodland e Irwin, ao comentarem frentes agropecuárias e grandes projetos implementados na Amazônia, pela ditadura, expressam a preocupação de que em breve a floresta viesse sofrer danos definitivos:

O desflorestamento e a agricultura em vasta escala planejados como parte integral e resultado direto da implantação do sistema rodoviário da Amazônia irão, sem dúvida, causar maiores danos ao ambiente do que as próprias estradas.

(...) Quando, porém, é rompido o equilíbrio ecológico nem sempre é possível restabelecê-lo, já que algumas alterações são irreversíveis. (GOODLAND; IRWIN, 1975, p. 45).

Os autores expressam a preocupação com os rumos do desenvolvimentismo brasileiro e os riscos ambientais. A construção de estradas como a Transamazônica e a Belém-Brasília foi planejada como parte de projetos agropecuários para ocupar e desenvolver a Amazônia, os quais, para os autores, geram impactos muito maiores do que a própria construção das rodovias. Em todo o livro provocam os leitores a pensar nos impactos definitivos que se poderia estar provocando naquele momento, com empreendimentos na gigantesca floresta tropical que cada vez mais são desenhados e instalados na região amazônica.

A região do futuro?

Na década de 1970, a região foi colocada no centro da cartografia desenvolvimentista, como o eixo de uma série de projetos que possibilitariam alçar o Brasil à condição de potência mundial. Rodovias, hidrelétricas e projetos de extrativismo mineral foram implementados na segunda metade do século XX e apontavam a concretização dos sonhos de ensaístas e escritores, mas também como argumentam Goodland e Irwin, um risco ao equilíbrio ecológico da região e do planeta:

Não obstante as florestas amazônicas estão sendo rapidamente destruídas e suas terras submetidas à exploração irracional para obtenção de lucros em curto prazo, o que acabará por se transformar, com igual rapidez, em desastrosos problemas futuros. (1975, p. 63).

Os lucros na exploração da Amazônia foram pensados em curto prazo, como na extração de borracha, na exploração mineral e na construção de grandes obras de impacto e integração. Apesar de ser retratada constantemente em veículos de comunicação como relacionada ao futuro da vida no planeta, a região amazônica encontra no passado

e no presente a explicação para as dificuldades em efetivamente viabilizar a sobrevivência de populações locais, bem como dos animais e da flora. Após o encerramento de cada novo empreendimento, como vimos ao longo deste texto, fica como saldo uma série de problemas e poucos benefícios para a região.

A intervenção na floresta, inserida no contexto internacional como algo que pode ser explorado e consumido pelo grande capital, não pensa em benefícios para a própria região. Quando alguma vantagem surge, ocorre como efeito colateral da exploração de riquezas e não como a razão do empreendimento, porque estes, desde o século XIX, visam garantir infraestrutura e matéria-prima para o grande capital, podendo vir, contudo, a gerar impactos socioambientais irreparáveis a Amazônia e ao globo terrestre.

Referências

- CAMPOS, André Luiz Vieira de. **Políticas internacionais de saúde na Era Vargas: o Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.
- CARVALHO, David Ferreira. Industrialização tardia e grandes projetos. In: D'INCAO, Maria Ângela; SILVEIRA, Isolda Maciel (Orgs.). **A Amazônia e a crise da modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994. p. 427-446.
- CASTRO, Ferreira de. **A selva**. Lisboa: Guimarães Editores, 1956.
- CUNHA, Euclides da. **A margem da História**. São Paulo: Martin Claret, 2006.
- DIAS, Edinéia Mascarenhas. **A ilusão do fausto: Manaus, 1890-1920**. Manaus: Valer, 2007.
- DRUMMOND, Investimentos privados, impactos ambientais e qualidade de vida num empreendimento mineral amazônico: o caso da mina de manganês de Serra do Navio (Amapá). **História, Ciências, Saúde**, Rio de Janeiro, v. 6 (suplemento), p. 753-792, set. 2000.

- EINSTEIN, Albert. **Como vejo o mundo**. São Paulo: Círculo do Livro, 1997.
- FUKUYAMA, F. **O fim da História e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- GONDIM, Neide. **A invenção de Amazônia**. Manaus: Valer, 2007.
- GOODLAND, Robert; IRWIN, Howard. **A selva amazônica: do inferno verde ao deserto vermelho**. São Paulo: Itatiaia/USP, 1975.
- GRANDIN, Greg. **Fordlândia: ascensão e queda da cidade esquecida de Henry Ford na selva**. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.
- HARDMAN, Francisco Foot. **Trem fantasma: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- HEBETTE, Jean; MARIN, Rosa Acevedo. Saúde e colonização. In: HEBETTE, Jean et al. **Colonização, desenvolvimento e modelos econômicos**. Belém: NAEA/UFPA, 1977. p. 7-43.
- HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- JURANDIR, Dalcídio. **Chove nos campos de Cachoeira**. Belém: CEJUP, 1997.
- KANAAN, Hanen Sarkis. O fim da História e o último homem (Francis Fukuyama). **Percursos**, Florianópolis, v. 6, n. 1, p. 1-10, 2005. Disponível em: <<http://www.revistas.udesc.br/index.php/percursos/article/view/1451/1224>>. Acesso em: 27 out. 2017.
- KLEIN, Joel Thiago. Kant sobre o progresso na História. **Ética**. Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 67-100, jun. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ethic/article/viewFile/1677-2954.2013v12n1p67/25273>>. Acesso em: 27 out. 2017.
- MAGALHÃES, Sônia Barbosa. As grandes hidrelétricas e as populações camponesas. In: D'INCAO, Maria Ângela; SILVEIRA, Isolda Maciel (Orgs.). **A Amazônia e a crise da modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994. p. 447-456.
- MARTINS DE SOUZA, César. Morte, saúde e ditadura na construção da Transamazônica. **Tempos históricos**. Cascavel-PR, v. 19, p. 65-91, 2º sem. 2015.
- MENEZES Neto, Geraldo M. História ambiental e literatura: o seringal nas obras de Ferreira de Castro e Firmino Teixeira do Amaral. **Tempos históricos**, Cascavel-PR, v. 15, p. 155-178, 2º sem. 2011.
- NERY, Barão de Santa Anna. **O país das amazonas**. São Paulo: Itatiaia/USP, 1979.
- POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- SANTOS, Roberto. **História econômica da Amazônia (1800-1920)**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.
- SARGES, Maria de Nazaré. **Belém: riquezas produzindo a belle-époque (1870-1912)**. Belém: Pakatatu, 2002.
- SOUZA, Márcio. **Mad Maria**. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

Diminui a araucária e a saúde enfraquece: extração madeireira e saúde Kaingang

Decrease the araucária and health fills: the wood extraction and health Kaingang

Bruna Gama Gavério*

Palavras-chave:
Terra Indígena
Xaçepó
Kaingang
Extração Madeireira

Resumo: Habitada majoritariamente pelo povo Kaingang, a Terra Indígena Xiaçepó/SC está localizada no oeste do estado de Santa Catarina. A região passou por grandes mudanças socioeconômicas, culturais e ambientais desde a chegada de imigrantes europeus. As políticas desenvolvimentistas efetuadas pelo Estado no decorrer do contato estabelecido com as populações indígenas e transformações nas suas práticas culturais cotidianas ocorreram principalmente na dieta alimentar e na saúde do povo, isso em conjunto com a dinamicidade das culturas, sobretudo quando elas estão em constante interação. Na Terra Indígena Xiaçepó este contexto se dá após o ano de 1941 com a instalação do Posto Indígena, por meio do intervencionismo de estado com o Serviço de Proteção ao Índio.

Keywords:
Indigenous Land
Xaçepó
Kaingang
Wood Extraction

Abstract: Largely inhabited by the Kaingang people, the Xiaçepó/SC Indigenous Land is located in the western part of the state of Santa Catarina. The region has undergone great socio-economic, cultural and environmental changes since the arrival of European immigrants. Based on developmental policies carried out by the State in the course of established contact with indigenous populations, transformations in their daily cultural practices occurred mainly in the diet and health of the people, in conjunction with the dynamicity of cultures, especially when they are in constant interaction. In the Xiaçepó Indigenous Land this context occurs after the year 1941 with the installation of the Indigenous Post, through state interventionism with the Indian Protection Service.

Recebido em 31 de outubro de 2017. Aprovado em 26 de fevereiro de 2018.

A saúde indígena no Brasil: um breve contexto

Este artigo visa identificar a influência da exploração da madeira no cotidiano da vida dos Kaingang da Terra Indígena Xiaçepó, interesse que surgiu a partir de saídas de campo para a Terra Indígena pelo financiamento do projeto OBEDUC/CAPES¹, tendo como foco principal o impacto na saúde e nas práticas cotidianas desse povo. Para tanto é necessário apresentar de forma introdutória um breve histórico sobre a saúde indígena no Brasil.

A situação de saúde dos povos indígenas no Brasil foi e é tratada na maioria das vezes com descaso pelo governo de estado brasileiro. Inicialmente com as políticas de concentração das populações indígenas, os chamados aldeamentos e/ou aldeias multiétnicas, eram utilizadas por missionários e pelo Estado (CUNHA, 1992, p. 13) sem qualquer diálogo com as especificidades culturais das práticas cotidianas que cada povo possui. Causando assim uma série de epidemias que desde o período colonial devastou aldeias gerando impactos na saúde dos indígenas, o que Almeida

* Acadêmica do curso de História da Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC. Atualmente estagiária do Museu do Judiciário - Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Bolsista de Iniciação científica nos anos de 03/2013 até 07/2016, dentro do projeto OBEDUC "Ensinos, saberes e tradição: elementos a compartilhar nas escolas da Terra Indígena Xiaçepó/SC", financiado no âmbito da CAPES/DEB/INEP. No Laboratório de História Indígena/LABHIN/UFSC. E-mail: <bruna_gaverio@yahoo.com.br>.

apresenta como “um verdadeiro intercâmbio de doenças” (2012, p. 3). Deste modo a concentração de um grande número de pessoas em um espaço limitado e ainda a enorme falta de estrutura e recursos, favoreceu a amplificação dos contágios.

Posteriormente, foi criado um órgão de Estado que ficou responsável pela saúde das populações indígenas. O Serviço de Proteção ao Índio (SPI) criado em 1910, inicialmente como Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN), logo passou a tratar exclusivamente das “questões indígenas”, sendo que em grande parte do século XX as relações com os povos ameríndios eram tratadas como um problema, e então em 1918 o governo se viu na necessidade de um órgão direcionado somente aos povos indígenas nacionais (RIBEIRO, 1996, p.147-148).

Com advento da república, há um afloramento do nacionalismo entre as classes dominantes em conjunto a seus interesses econômicos. As elites nacionais que detinham controle das estruturas de poder nesse período criaram uma visão do indígena, como o atraso ao desenvolvimento da nação. Esta linha de pensamento tornou-se determinante para os rumos das políticas desenvolvimentistas realizadas pelo Governo na época. Então a existência desse tipo de pensamento foi o ponto condutor para toda “a formulação da nova política indigenista, baseada no evolucionismo humano, onde os positivistas acreditavam que os índios estivessem na etapa ‘fetichista’ do desenvolvimento do espírito humano” (RIBEIRO, 1996, p. 154) e para que essa política funcionasse era necessário que o indígena fosse incorporado nos meio de produção. Na tentativa de transformar o indígena em trabalhador rural, para que esse produzisse em prol do desenvolvimento do Estado Nacional. Em vista disso este foi o direcionamento dado às ações indigenistas o que ocasionou uma forte opressão/repressão sobre os povos indígenas. Portanto, com esses ideais de civilização embutido nos sentidos republicanos que

o Serviço via no sanitário/higienização um instrumento para impor padrões de moralidade,

comportamentos e ainda incutir na mentalidade dos índios a ideia do trabalho. Nesse sentido, muitos convênios foram estabelecidos entre o Serviço e instituições científicas ligadas a medicina durante todo o período de existência do SPI. Contudo, as medidas propostas por estas instituições não levavam em conta a especificidade da questão indígena, culturalmente distinta, não somente entre si, mas diante da população não indígena do país. (OLIVEIRA, 2011, p. 1)

No entanto, entre a teoria e a realidade da ação governamental nos territórios indígenas há um grande distanciamento. As visitas dos profissionais de saúde eram feitas de formas esporádicas, embora diversos convênios fossem fixados como vimos acima, e somente quando as doenças passassem a atrapalhar a produção do trabalho indígena, passamos a ver aqui um projeto de sociedade voltado aos povos ameríndios, direcionado para a tentativa de transformação objetificando uma imagem de trabalhador nacional visto que “em geral, a ideia do sanitário acompanha as propostas de trabalho e civilização” (OLIVEIRA, 2011, p. 3)². E que somente assim os mesmos não seriam um empecilho ao desenvolvimento nessa corrente de pensamento.

Envoltos por esta lógica de sociedade desenvolvimentista a mão de obra indígena passou a ser explorada compulsoriamente pelos funcionários e chefes de postos indígenas, que foram criados em diversas aldeias.

Os problemas do SPI tornaram-se públicos ainda na década de 1950, com denúncias de corrupção, transgressões e desmandos administrativos da agência. Foi entre 1962 e 1967 que inquéritos foram instaurados no Ministério da Agricultura para averiguar irregularidades. (ALMEIDA; NÖTZOLD, 2013, p. 4-5).

Surgem no contexto da década de 1960, diversas CPIs e os relatórios produzidos por Jader Figueiredo, em que inúmeros crimes cometidos por funcionários do SPI³ são denunciados. Inclusive na mídia da época, o jornal *O País* na edição de 12 de

abril de 1968 (RELATÓRIO FIGUEIREDO, v. 29, p. 6635) apresenta essas denúncias de corrupções administrativas, dando ares para o aparecimento de uma nova gestão institucional que vem a surgir com a extinção do Serviço de Proteção ao Índio, a Fundação Nacional do Índio, FUNAI.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a saúde passa a ser um direito universal. Advinda de um contexto recheado de reformas sanitárias, que foram iniciadas através de uma grande movimentação por parte dos movimentos sociais organizados nos anos de 1970 e 1980, que reivindicavam a função do estado de levar saúde a todos os segmentos da sociedade objetivando uma cobertura universal (GARNELO, 2012, p. 22-23). Do momento em que a saúde se tornou um direito universal, passa a ser um dever e responsabilidade da União a garantia do direito a saúde indígena também, como estabelecido pela Constituição, no artigo 22, onde estão determinados quais as competências a serem cumpridas.

Logo na década de 1990 surge o Sistema Único de Saúde/SUS, que possui como seus princípios promover a inclusão social, a prevenção de doenças, entre outros. Nessa conjuntura é criada a Fundação Nacional de Saúde/FUNASA (1991)⁴.

Percebe-se então a necessidade de um subsistema específico para as populações indígenas. Partindo desta necessidade foi criado o projeto de lei Arouca (nº 9.836)⁵, aprovada no Congresso Nacional no ano de 1999. Na mesma década diversos decretos presidenciais retiraram da FUNAI algumas atribuições nas questões indígenas, que então foram repassadas para seus respectivos ministérios, como as ações de saúde, por exemplo, que ficaram ao encargo do Ministério da Saúde.

Esta proposta foi regulamentada pelo decreto nº 3.156, (...), que dispõe sobre as condições de assistência à saúde dos povos indígenas, e pela Medida Provisória nº 1.911-8, que trata da organização da Presidência da República e dos Ministérios, onde está incluída a transferência de recursos humanos e outros bens às atividades de assistência à saúde da FUNAI para a FUNASA, e pela Lei nº 9.836/99, (...), que estabelece o Subsistema de Atenção

à Saúde Indígena no âmbito do SUS. (MAGALHÃES, 2005, p. 279-280).

A responsabilidade pela saúde indígena da FUNAI é então transferida para a FUNASA o que acabou “ocasionando um aumento na burocracia para aquisição de materiais utilizados nas unidades de saúde pelos profissionais” (GARNELO, 2012, p. 48). Isso ocorreu devido a uma série de políticas de descentralizações que foram costumeiras durante o governo que se estabeleceu na década de 1990, que por sua vez, culminou em uma rede de hierarquização dos serviços que passou a resultar na precarização do atendimento à saúde das populações indígenas.

Buscando o conceito de saúde utilizado para a criação de políticas públicas para os Povos Indígenas do país, a formulação do mesmo passa pelas condições de moradia/habitação/lazer, assim sendo, é necessário reconhecer as especificidades culturais indígenas no momento da criação e na direção dos projetos para as populações indígenas.

Os Kaingang – corpo e natureza

Os nossos sujeitos presentes neste trabalho, o povo Kaingang, pertence ao Tronco Linguístico Macro-Jê. No Brasil, atualmente existe uma diversidade muito grande de línguas indígenas⁶, essas por sua vez são classificadas em troncos e famílias linguísticas, é possível acessar esta informação no site do instituto socioambiental, onde há periodicamente atualização de acordo com os senso aplicados.

Seus territórios históricos tradicionalmente ocupados encontram-se nas partes mais altas de quatro estados brasileiros, que são eles São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, localizados nas regiões de planaltos (D'ANGELIS, 2006, p. 268), onde havia a predominância das matas de Araucárias nas paisagens.

Pesquisas arqueológicas realizadas nos lugares de ocupação Kaingang, abordadas acima, desnudam que a passagem de povos falantes da língua Jê sobre as regiões de planalto são muito antigas.

A relação constituída entre homem e natureza é fundamental para a compreensão da organização social e da visão de mundo desse povo. A cosmovisão Kaingang está cercada pelas relações que foram estabelecidas por eles com seu território, sendo assim, “apresentam papel significativo na existência dos universos humanos, natural e sobrenatural” (ALMEIDA, 2012, p. 319).

O contato com o não indígena e o povo Kaingang ocorreu de forma mais intensa no século XIX e início do século XX, devido aos “estudos etnográficos que passaram a ser prática no Brasil naquele momento” (ALMEIDA; NÖTZOLD, 2012, p. 281) e as imigrações europeias destinadas para as regiões habitadas pelos mesmos, como Borba (1908) que coletou o mito de origem do povo, na etnografia a qual ele escreveu. O nascimento do povo no mito é o elo que estabelece a relação entre homem e meio ambiente que o circunda, caracterizado pela terra. No mito, os Kaingang, após um dilúvio em que se afogaram e morrerem, e em seguida nascem da terra. Quando as águas foram diminuindo ouviam o canto das saracuras. Posteriormente os animais que ali estavam ensinaram (BORBA, 1908, p. 20-22) as práticas, o modo de vida, que fazem parte de sua cultura tradicional Kaingang. Estas relações criadas entre sociedade e ambiente indica o que Almeida (2012) coloca em sua narrativa como *habitus* social do povo (p. 319).

Baseada no dualismo, as metades clânicas fazem parte da organização social deste povo, que regem diversas dimensões da vida, principalmente no que toca às questões da sociabilidade Kaingang. A classificação da categoria de natureza para o povo é o que determina o vínculo com seu ambiente físico, espaço de sobrevivência e de reprodução cultural (TOMMASINO, 2002, p. 81).

Dentro de sua lógica cultural, os Kaingang possuem suas concepções de tempo e espaço da qual diferem da visão ocidental de mundo, ou seja:

Território, para os Kaingang, também é o espaço onde habitam os espíritos de seus ancestrais e outros seres sobrenaturais. É onde estão enterrados os seus mortos e onde os vivos pretendem ‘enterrar os seus umbigos’. (...) A concepção indígena de território tem,

assim, uma dimensão sociopolítico-cosmológica muito mais ampla do que na concepção do branco. Pode-se afirmar que os Kaingang dependem, na construção de sua identidade (...), dessa relação mitológica com seu território. (TOMMASINO, 2002, p. 84).

Na construção do sujeito social Kaingang, os vínculos com o território são fundamentais para a constituição e fabricação dos corpos, físico e cultural. Assim como as metades clânicas Kaingang, Kamé e Kainhru, a noção de pessoa funciona como produto das relações estabelecidas entre natureza e sociedade, trabalhando os elementos em complementaridade e reciprocidade.

A categoria da pessoa para os Kaingang (...) o modelo proposto por Viveiros de Castro (2002), onde a divisão entre o corpo e a alma manifesta uma polaridade que (...) traduz o cerne da questão sobre a concepção de tal categoria para grupos ameríndios. Assim, a noção de pessoa Kaingang é o conjunto dos elementos práticos e simbólicos que envolvem a construção do corpo e a nomeação. O nome, relacionado ao espírito, indica o caráter e atuação do corpo, expressa em suas práticas, as relações também de afinidade. Seria o nome, assim, o elo que materializa a relação entre o *socius* e o cosmos. (ROSA, 2008, p. 23).

Contudo, não podemos deixar de lado os processos históricos vivenciados por esse povo. Com o início das missões jesuíticas e as políticas de aldeamentos dos povos indígenas, já mencionado, estes aldeamentos, em um primeiro momento, foram administrados pelos missionários jesuítas e “tinham como objetivo fazer com que os indígenas se adequassem aos costumes dos não índios” (NÖTZOLD; ROSA, 2011, p. 18). Esses objetivos de “branqueamento” não se limitaram somente no momento em que a administração dos aldeamentos era função dos missionários, mas também quando a administração passou a ser feita por órgãos do estado, naquela lógica de transformar o indígena em um trabalhador rural nacional.

Tendo em mente esse contexto, como formas de resistência e sobrevivência os Kaingang

realizaram (re)significações em suas práticas culturais. O que, por conseguinte, não impediu que esses indígenas continuassem dentro de sua própria lógica cultural, o corpo continua sendo “entendido enquanto um conjunto de sentidos que congrega os aspectos sociais, biológicos e culturais, constituindo uma identidade social no qual ele é o produto e produtor da estrutura e da cosmologia” (ROSA, 2008, p. 31-32). Portanto, ao pensarmos o modo de vida Kaingang, não podemos deixar de lado a importância dos recursos fornecidos pela natureza e como influenciam nas práticas sociais cotidianas, os sentidos e representações expressadas por meio do corpo e como este é constituído.

Extração de madeira e a saúde Kaingang

Conforme mencionado no tópico anterior, os territórios históricos do povo Kaingang foram locais com abundância de recursos naturais, principalmente as Matas de Araucárias, despertando assim interesses econômicos de terceiros. Torna-se ainda mais evidente o interesse pelas localizações quando a coroa, na época do império, decide pelo “avanço das frentes pastoris, buscando novos campos para a criação de gado” (D’ANGELIS, 2006, p. 275). Assim, como parte da geopolítica adotada pelo governo imperial por demanda de terras (BRINGMANN, 2015, p. 58), a colonização do oeste catarinense também foi impulsionada por políticas expansionistas, principalmente das frentes pastoris e extrativistas. Essas frentes foram usadas como justificativas das chamadas “guerras justas”, marcada por muitos conflitos com os povos indígenas.

Como abordado pela grande maioria dos autores utilizados neste trabalho, durante todo o processo histórico pelo qual o país passou, um dos maiores problemas que permeou essa trajetória foram as questões de fronteiras, devido às proporções continentais do Brasil.

O oeste catarinense e parte do território do oeste paranaense, terras que fazem parte da extensão habitada pelas populações Kaingang, a questão de fronteira desenvolveu-se em disputas

intensas com a vizinha Argentina. “Após uma decisão por meio do arbitramento internacional que foi favorável ao Brasil, utilizando do argumento de que a região em disputa continha em sua maioria habitantes brasileiros” (FERRARI, 2010, p. 72-73), amenizando assim mais um problema fronteiriço. Em vistas de diversos conflitos nesse quesito, sejam conflitos internacionais ou nacionais “a soberania brasileira ameaçada na região, o governo brasileiro resolve levar a cabo o projeto idealizado pelo Decreto Imperial nº 2.052 (...) que tratava da criação de (...) colônias militares no território da então Província do Paraná” (BRINGMANN, 2015, p. 61), após um bom período desse decreto de 1859 surgem instalações de Colônias militares do Xapecó e Chopim. Medidas como essas foram tomadas pelo governo com fins protecionistas de suas terras.

Em ambos os países, esses locais desenvolveram economias exploratórias da extração de erva-mate e também da madeira.

As empresas colonizadoras claramente foram favorecidas por medidas governamentais, que visavam o aclamado desenvolvimento da nação. O “governo do estado de Santa Catarina repassou essas terras para as empresas colonizadoras (...)” (BRIGHENTI, 2012, p. 113) visando à ocupação das terras por colonos europeus, como as empresas as citadas pelos autores D’Angelis (2006) e Brighenti (2012) em seus trabalhos, a Empresa Luce, Rosa & Cia e outras companhias colonizadoras que também lucraram com essas medidas. Além de atuarem em territórios Kaingang também operaram em territórios Xokleng na mesma lógica de exploração, alcançando assim lucros exorbitantes com a exploração a partir da retirada da madeira e dessas terras após a máxima extração de seus recursos naturais (ver também em BRIGHENTI, 2012).

Ao enraizarem o discurso pejorativo construído sobre as sociedades indígenas, suas terras foram diretamente atacadas com o intuito de produção agrícola extensiva. A extração da erva-mate foi uma produção “extremamente importante [economicamente], sobretudo na região sul do Brasil a partir da segunda metade do século XIX, até aproximadamente 1930” (FERRARI, 2010, p. 135).

Com o propósito de dar continuidade às políticas que eram de caráter desenvolvimentistas

direcionadas às populações indígenas, o SPI instalou o Posto Indígena Xapecó em 1941. Na mesma década em que há valorização do comércio da madeira devido ao contexto econômico mundial de uma grande guerra.

Nötzold e Almeida (2012) abordam como os postos indígenas ficavam sob tutela do SPI e que as atividades eram exercidas de acordo com as ideias pressupostas por este órgão. O chefe de posto fazia parte desta estrutura tendo sua função designada para [sic] “em todos os postos manter os índios aldeados por meio de normatização e ‘proteção’ e ainda ser responsável pela organização e promoção do trabalho agrícola e pecuária” (ALMEIDA; NÖTZOLD, 2012, p. 293). O posto deveria assim atingir sua autossuficiência. Em busca dessa subsistência, o comércio da madeira foi uma via utilizada por diversas administrações que passaram pelo PI como forma de economia extrativista dentro da TI Xapecó. Em proveito desta forma administrativa exercida pelo órgão indigenista, muitas empresas colonizadoras no oeste catarinense lucraram de maneira exorbitante em diversos setores de exploração da área indígena.

Antonio Selistre de Campos, juiz de Direito da cidade de Chapecó/SC, “começou a manifestar-se a favor dos Kaingang por meio da publicação de artigos de jornais” (MANFROI, 2008, p. 12). A *Voz de Chapecó*, jornal onde ficou registrada a atuação do juiz, foi um mecanismo importante de denúncias direcionadas às diversas fases de administração do órgão indigenista dentro da TI Xapecó, como os casos das serrarias e a péssima condição de saúde vivenciada dentro da terra indígena.

Em outro momento também podemos observar outros interessados reivindicando terras dentro dos perímetros indígenas para extração dos recursos naturais, tendo essa atividade como forma de obtenção de seus lucros particulares:

Os interesses sobre as terras indígenas, neste caso de estudo de Xapecó, não se resumiam apenas à reivindicação de Eleutério Lemos, dos herdeiros de José Joaquim Gonçalves e de Berthier de Almeida. As terras Kaingang passaram a ser normatizadas, seja pelo SPI por meio do desenvolvimento da agricultura

(plantio de trigo, feijão, milho e outras lavouras) e da pecuária (bovinos, equinos, muares e suínos), como também exploradas economicamente pelo intrusamento de não indígena que buscava arrendar lotes de terra e/ou extrair erva-mate e madeiras de lei por meio de contratos com os Kaingang e com a chancela dos chefes de posto. (ALMEIDA; NÖTZOLD, 2012, p. 290).

As economias de extração dos recursos naturais geraram impactos acentuados nos modos de vida dos Kaingang, tanto que “Selistre de Campos escreveu artigos fazendo diversas denúncias sobre o estado de saúde em que a comunidade se encontrava e os modos como os indígenas eram tratados pelos agentes que trabalhavam no posto” (MANFROI, 2008, p. 88). A visão administrativa empreendedora capitalista dominou a perspectiva adotada pelo órgão indigenista, na década de 1960, que o próprio abriu concorrência em forma de licitação para extração e venda de pinheiros, o que acabou principiando a entrada de serraria dentro da área indígena cada vez mais (D’ANGELIS, 2006, p. 328). Mesma década onde o SPI é substituído pela FUNAI, que por sua vez, dá a continuidade nas políticas adotadas dentro das Terras Indígenas no Brasil e na década seguinte desenvolve o “Projeto Pinho” e passa a dar segmento à extração, mesmo que realizada de outra maneira, atestando o “aproveitamento de madeiras mortas, mas a prática demonstrou um projeto empresarial de esgotamento” (SANTOS, 1970, p. 65-66).

Esses impactos afetam diretamente as “relações criadas entre homem e natureza como forma de relação estabelecida pelo povo com o território” (ALMEIDA, 2012, p. 320), esse vínculo estabelecido com a terra é ainda mais fortalecido pela mitologia do povo Kaingang nos relatos etnográficos já abordados. Para esse povo, o pertencimento a terra e o uso dado ao meio que circunda sua vivência fazem parte de sua cosmovisão, principalmente ao construírem sua identidade como Kaingang.

Como podemos perceber na Figura 1, que mostra a transformação na cobertura floresta da TI Xapecó.

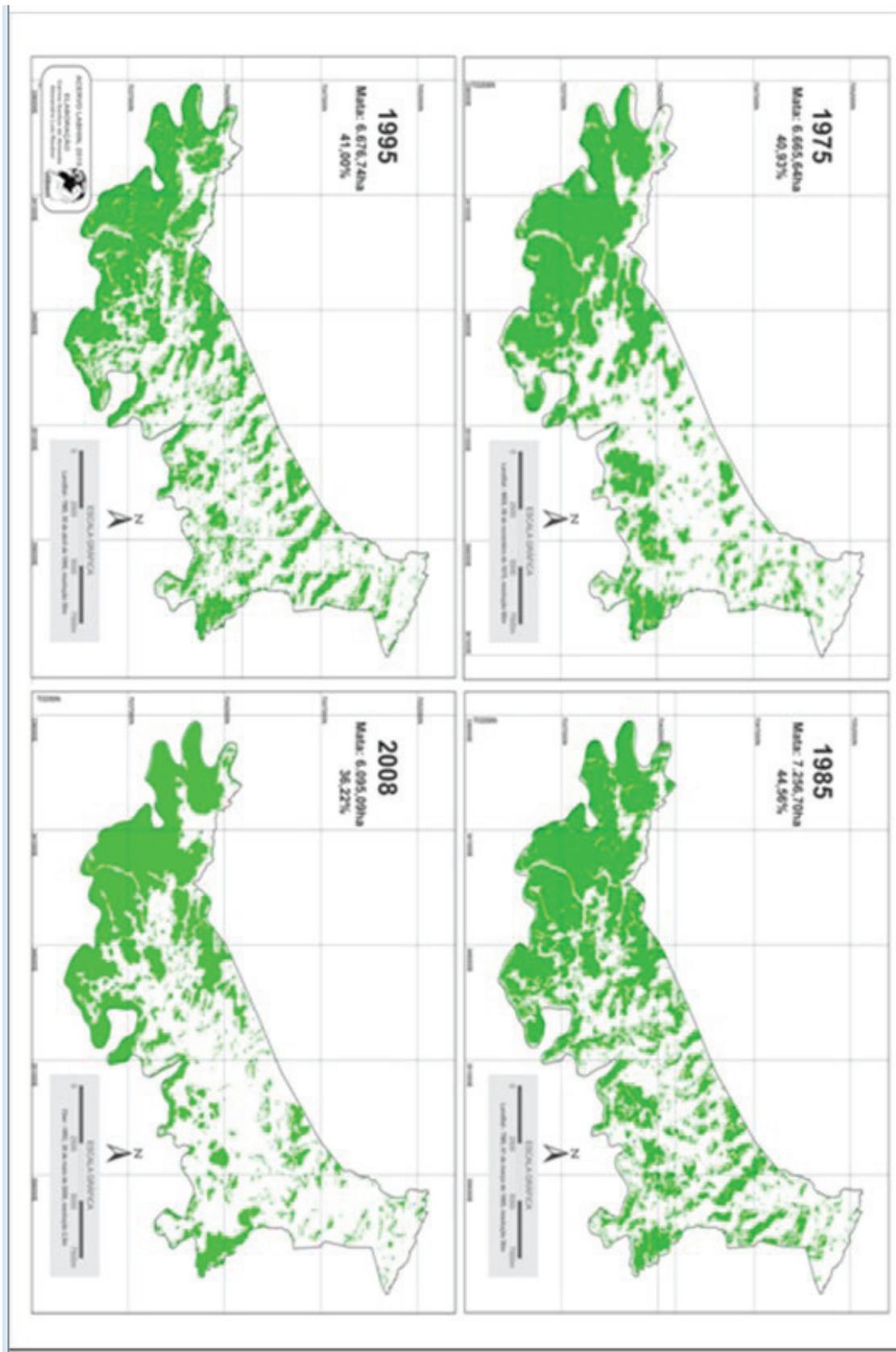


Figura 1: Perspectiva da cobertura florestal da Terra Indígena Xaçepó e Glebas A e B para os anos de 1975, 1985, 1995 e 2008.

Fonte: Elaborado pelo geógrafo Alexandre L. Rauber e por Carina S. de Almeida a partir das imagens de satélites LandSat – MSS, 1975. LandSat – TM5, 1985. LandSat – TM5, 1995. Cbers – HRC, 2008, todas disponibilizadas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais/INPE. Acervo LABHIN/UFSC, 2015.

Com os esgotamentos da fauna e da flora, um dos principais alimentos que se constitui como uma importante fonte nutricional para o dia a dia, o pinhão, fruto das árvores de araucária, tornou-se escasso na dieta Kaingang. A coleta desse alimento “era umas das práticas fundamentais dos Kaingang” (OLIVEIRA, 2009, p. 60), onde a concentração de nutrientes no alimento é necessária para as épocas mais frias, sendo também realizada a colheita nesse mesmo período do ano, e em consequência da falta dessa fonte nutricional começou gradualmente uma ocidentalização das refeições com o aumento das compras alimentícias feitas nos comércios da região.

O consumo de alimentos industrializados chamados de “comida fraca” por Oliveira (2009, p. 60) passa a afetar diretamente a saúde e a como é pensada a configuração dos corpos do povo Kaingang, ou seja, por terem baixas cargas nutricionais, os alimentos industriais podem e muitas vezes são prejudiciais à saúde, causando assim um déficit nutricional que acaba se tornando inevitável pelo esgotamento dos recursos naturais.

Tendo em vista que dentro da TI Xapecó muitos possuem uma pequena roça e/ou horta para o cultivo de sua alimentação básica (Dados extraídos do instrumento 2/2013 e 3/2013, aplicado no âmbito do OBEDUC 2012 “Ensino, Saberes e Tradição: elementos a compartilhar nas Escolas da Terra Indígena Xapecó/SC”: Doc. LABHIN/UFSC, 2013.) e aqueles que detêm uma maior porção de terra cultivada para vender o que foi produzido, em forma de arrendamento. A forte exploração da madeira resultou na escassez de diversas matérias-primas e da biodiversidade local, que por sua vez interfere diretamente na maneira Kaingang de se alimentar. Sendo “no tempo dos antigos”, onde há relatos dos próprios indígenas (CADERNO DE CAMPO, 2013), existia uma abundância de alimentos que anteriormente eram provenientes das matas locais e, portanto pouca coisa era comprada nos comércios vizinhos. Os proprietários eram colonos, o que muitas vezes acaba causando conflito devido toda à carga histórica de preconceito e exclusão, criada e tensionada desde o instante da chegada dos primeiros colonos.

Não, aquele tempo era pior. Hoje em dia o índio tá...tá...tá ruim de vivê. Tem que vivê só no comprado, aquele que não pranta né? Tem muitos que não gostam quase de prantá. Naquele tempo os índio prantavam, tudo que era coisa. Hoje é difícil cruzá numa casa que tenha um pé de mio prantado mesmo. (RODRIGUES, 2012, p. 238. Entrevista realizada por BRINGMANN, ALMEIDA E SILVA. Acervo LABHIN/UFSC).

As atividades para fins de pesca, coleta e caça passaram a ser realizadas em menores escalas, algumas chegam a ser quase nulas, sendo que a proteína do peixe não faz parte da alimentação central dos Kaingang. Atualmente esses tipos de atividades viraram práticas para fins de lazer devido à escassez das carnes de caça.

O desmatamento que aconteceu em larga escala originou a “necessidade de o indígena vender sua mão de obra para garantia de uma renda” (SANTOS, 1970, p. 49), o que acaba influenciando diretamente nos hábitos alimentares e de saúde em geral praticados por eles. Assim, o trabalho na agricultura tornou-se muito comum, pois iam trabalhar na roça do colono, o que muitas vezes impedia esses indígenas de cultivarem sua própria horta a fim de conseguir sua subsistência.

É nós quando viemo aqui sofremo muito. Eu sofri porque eu tinha só essa menina, quando eu vim morar aqui. E daí eu tinha que trabaia fora, custei a trabaia fora nós vivia no mato. Que nós aquele tempo a gente não tinha banha, não tinha nem o sal, tinha que trabaia fora pa comprar o sal né. Dai eu comprava, nós comprava de bojo de sal porque ninguém tinha. (ANTUNES, EVA, 2014, p. 03. Entrevista realizada por ROSA. Acervo do entrevistador).

Dona Eva Antunes, mora na aldeia Linha Limeira dentro da TI pertence à etnia Guarani, mas seu relato expressa bem a realidade dos trabalhos fora da aldeia, nos cultivos de terceiros, especialmente de colonos, impossibilitando cultivo próprio.

Em consequência desta violência simbólica, que se traduz em uma forma de impedimento da realização de práticas cotidianas do modo de vida dos povos indígenas, a ocidentalização da dieta de determinadas famílias ocorreu de maneira mais acentuada, o que causou o aumento considerável de doenças crônicas desenvolvidas pela população conforme uma entrevista realizada por Manfroi com agentes do posto da saúde da TI com Silvana Sequinato (2008, p. 3).

Além das doenças crônicas, outro item considerável é a desnutrição, doenças essas que foram adquiridas pelos indígenas durante as mudanças ocorridas em seu cotidiano no contato com o não indígena, modificando assim a constituição das diversas estruturas da vida indígena. O desenvolvimento das doenças crônicas, desnutrição e por sequência a obesidade são comuns por todo país dentro das áreas indígenas (LEITE, 2012, p. 161-163), doenças que são mais frequentes nas famílias que não têm o costume do plantio de roça, por exemplo, aquelas famílias que moram em aldeias mais populosas tendem a ter menos espaço para o plantio e há também o fator de uma certa estabilidade econômica de alguns núcleos familiares que acabam comprando quase que toda a alimentação consumida nos mercados da região (OLIVEIRA, 2009, p. 51).

Seguindo a lógica proposta por Oliveira em sua dissertação, citada acima, há famílias onde a renda mensal não é estável e o cultivo das hortas e roças se dá com maior frequência, porque estas irão realizar as compras nos mercados em volta da TI e somente de produtos de primeira necessidade, os mais comuns como: açúcar, sal e banha etc., tirando o restante da alimentação diária da sua agricultura de subsistência e que de modo geral é plantada nos fundos de suas casas.

Considerações finais

No decorrer dos anos desde o período de imigração dos colonos, final do século XIX e início do XX, até os dias atuais podemos perceber que as formas de políticas adotadas e direcionadas aos povos indígenas em território brasileiro sempre

foram (em suas diversas formas e aplicabilidades) violentas tanto de maneira física quanto simbólica.

A Terra Indígena Xaçapó/SC é um exemplo das maneiras abusivas e intrusivas de atuação do Estado, intervenções diretas e indiretas das ações realizadas por órgãos governamentais que possuíam aquela mentalidade de progresso da nação advinda de um nacionalismo crescente. A questão do sentimento de progresso foi um meio de justificativa para a execução de diversas políticas de cunho desenvolvimentista e os indígenas não eram vistos como parte deste progresso causando discussões intensas: integração à sociedade nacional ou o extermínio desses povos indígenas? Se tirarmos um breve instante de reflexão há momentos em que vemos esse pensamento ainda inserido no ideário do senso comum da sociedade brasileira contemporânea.

Ao visualizar esses processos históricos, pelos quais as populações indígenas passaram ao longo da história do país, podemos perceber essas práticas dentro da TI Xaçapó/SC, afetando diretamente o modo tradicional de vida Kaingang e suas práticas cotidianas. O que nos leva ao foco desta pesquisa, onde as profundas marcas deixadas na paisagem local com a intensa extração dos recursos naturais a necessidade da resignificação, das transformações e também de resistência nos mais variados âmbitos desse dia a dia Kaingang, pois as trocas entre homem e natureza estabelecem as formas com que os sujeitos sociais foram construídos na cultura Kaingang.

A saúde deve ser vista de modo universalizante e como base fundamental da sobrevivência e da própria vivência dos povos, sejam eles indígenas ou não, isso deve ocorrer principalmente com atenção aos cuidados básicos de saúde. Em ambos os casos (indígenas e não indígenas) existem fatores econômicos, sociais, culturais e de poder que possuem gigantescas influências e que por vezes determinam o meio de vida das pessoas, o que finda também a maneira pela qual a saúde pode ou não ser vista por membros de uma sociedade e/ou comunidade, o que irá determinar os contornos da aplicabilidade de suas políticas. Muitas vezes são os contornos dos interesses políticos e econômicos

que sobressaem no momento de formulações e planejamentos dos projetos voltados para a saúde pública em geral e acabam afetando o modo como isso chegará às populações indígenas, onde existem especificidades que não podem e nem devem ser ignoradas nas horas decisivas, pois as decisões refletem diretamente dentro dessas comunidades por todo o país.

Notas

1 O projeto Ensino, Saberes e Tradição: elementos a compartilhar na Terra Indígena Xaçepó/SC – OBEDUC/CAPES, realizado pelo Laboratório de história Indígena/UFSC, abriu possibilidades de pesquisa durante a graduação de história pela UFSC, resultando em um Trabalho de conclusão de curso e desdobrando neste artigo, tirando como base inicial anotações no caderno de campo utilizado durante as saídas realizadas.

2 No trabalho da autora citada é possível observar algumas representações das relações entre trabalho e sanitarismo elaboradas pelo Serviço de Proteção ao índio, como o uso de roupas brancas por exemplo.

3 A partir deste momento passarei a referir ao Serviço de Proteção ao Índio pela sigla SPI.

4 Para maiores informações sobre a história e origem do órgão governamental acessar: <<http://www.funasa.gov.br/site/museu-da-funasa/cronologia-historica-da-saude-publica/>>.

5 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9836.htm>. Acesso em: 25 jun. 2014.

6 Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/c/no-brasil-atual/linguas/troncos-e-familias>>. Acesso em: 10 jul. 2017

Referências

ALMEIDA, Carina dos Santos de. Tempo e narrativa: os Kaingang na etnografia e etnologia e as relações entre homem e natureza. Contribuições para a etno-história e história indígena. In: NÖTZOLD, A L V.; ROSA, H A; BRINGMANN, S F(Orgs.). **Etno-história, história indígena e educação: contribuições ao debate**. Porto Alegre: Pallotti, 2012, p. 319-345.

_____. NÖTZOLD, Ana Lúcia V. A luta pela terra em território Kaingang: os conflitos na Terra Indígena Xaçepó (SC/Brasil) ao longo do século

XX. **Anos 90** (Online), Porto Alegre, v. 18, 2012, p. 279-303. Acesso em: 5 set. 2017.

_____. COMO “CIVILIZAR” O ÍNDIO?! O Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e a integração Kaingang no sul do Brasil: o Posto Indígena Xaçepó (SC) entre práticas de desenvolvimento e controle social. In: **Anais eletrônicos do XXVII Simpósio Nacional de História da ANPUH: Conhecimento histórico e diálogo social**. Natal/RN, 2013, p. 1-17.

_____. O impacto da colonização e imigração no Brasil Meridional: contágios, doenças e ecologia humana dos povos indígenas. **Tempos Acadêmicos**. América do Norte, dez. 2010.

ANTUNES, Eva. 77 anos. **Entrevista concedida a Helena Alpini Rosa, Aldeia Linha Limeira, TI Xaçepó**. Transcrição de Bruna Gama Gavério, 2014. Acervo do Entrevistador, 2014.

BORBA, Telémaco M. **Actualidade Indígena (Paraná, Brasil)**. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1908.

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. **Lei Arouca: a Funasa nos 10 anos de saúde indígena/Fundação Nacional de Saúde**. Brasília: Funasa, 2009.

BRASIL. Ministério do Interior. **Relatório Jader Figueiredo 1967-1968**. 10/09/1968. Disponível em: archive.org/search.php?query=creator%3A%22Jader+de+Figueiredo+Correia%22 Acesso em: 10 maio 2014.

BRIGHENTI, Clovis A. **O movimento indígena no oeste catarinense e sua relação com a igreja católica na diocese de Chapecó/SC nas décadas de 1970 e 1980**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, PPGH 2012.

BRINGMANN, Sandor Fernando. **Entre os índios do Sul: uma análise da atuação indigenista do SPI e de suas propostas de desenvolvimento educacional e agropecuário nos postos indígenas Nonoai/RS e Xaçepó/SC (1941-1967)**. 2015. 452 p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, PPGH, 2015.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Introdução a uma história indígena. In: _____. **História dos Índios do Brasil**. São Paulo: Cia das letras, 1992, p. 9-24.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Para uma história dos índios do oeste catarinense. In: **Cadernos do CEOM: CEOM 20 anos de memória e Histórias do Oeste de Santa Catarina**. Chapecó: Argos, 2006. Ano 19, n. 23.

FERRARI, Maristela. **Conflitos e povoamento na fronteira Brasil-Argentina: Dionísio Cerqueira (SC), Barracão (PR) e Bernardo de Irigoyen (Misiones)**. Florianópolis: Ed da UFSC, 2010.

GARNELO, Luiza. Política de saúde indígena no Brasil: notas sobre as tendências atuais do processo de implementação do subsistema de atenção à saúde. In: GARNELO, Luiza; PONTES, Ana Lúcia. **Saúde Indígena: uma introdução ao tema**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação continuada, alfabetização, diversidade e inclusão, 2012, p. 18-58.

LEITE, Mauricio S. Nutrição e Alimentação em Saúde Indígena: notas sobre a importância e situação atual. In: GARNELO, Luiza; PONTES, Ana Lúcia. **Saúde Indígena: uma introdução ao tema**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação continuada, alfabetização, diversidade e inclusão, 2012, p. 156-183.

MAGALHÃES, Edvard Dias (Org.). **Legislação indigenista brasileira e normas correlatas**. Brasília: FUNAI/CGDOC, 2005.

MANFROI, Ninarosa Mozzato da Silva. **A história dos Kaingang da terra indígena Xaçapó (SC) nos artigos de Antônio Selistre de Campos: jornal a Voz de Chapecó 1939-1952**. Florianópolis, SC. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, PPGH, 2008.

OLIVEIRA, Philippe Hanna de Almeida. **Comida forte e comida fraca: alimentação e fabricação dos corpos entre os Kaingang da terra indígena Xaçapó (Santa Catarina, Brasil)**. Florianópolis, SC. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, PPAS, 2009.

OLIVEIRA, Priscila E. de. Ideias, escopetas e bacilos: política de saúde do SPI e a experiência da IR7. In: **XXVI Simpósio nacional de história, São Paulo – USP**, 2011, p. 1-16.

_____. Transformar o índio em um índio melhor: saúde e doença no contexto do indigenismo (1914-1967). In: FREIRE, Carlos Augusto Rocha (Org.). **Memória do SPI: textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967)**. Rio de Janeiro: Museu do Índio-FUNAI, 2011, p. 191-200.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RODRIGUES, Noé. 89 anos. **Entrevista concedida a Sandor F. Bringmann, Carina S. de Almeida e Luana M. da Silva, Aldeia Sede, TI Xaçapó**. Transcrição de Sandor F. Bringmann. 9 de maio de 2012. Acervo LABHIN/UFSC, 2015.

ROSA, Patrícia C. A noção de Pessoa e a Construção de Corpos Kaingang na sociedade Contemporânea. In: **Espaço ameríndio**, Porto Alegre, v. 2, n. 1, jan./jun. 2008.

SANTOS, Sílvio Coelho do. **A integração do índio na sociedade regional: a função dos Postos Indígenas em Santa Catarina**. Florianópolis: Ed da UFSC, 1970.

TOMMASINO, Kimiye. A ecologia dos Kaingang da Bacia do Rio Tibagi. In: MEDRI, Moacyr E. Et al. **A Bacia do Rio Tibagi**. Londrina, PR: M.E. Medri, 2002, p. 81-100.

Doença e cura na etnomedicina Guarani Nhandeva: o médico e o xamã

*Disease and cure in the etnomedicine Guarani Nhandeva:
the doctor and the shaman*

Ernelo Schallenger*
Jovane Gonçalves dos Santos**

Palavras-chave:
Saúde-doença
Etnomedicina Guarani
Tekohá Añetete

Resumo: Este artigo discute a concepção de saúde-doença para os Guarani, do subgrupo Nhandeva, da aldeia Tekohá Añetete. Adotando método da observação participante, buscou-se responder a questões como: O que é saúde e o que é doença para os Guarani? Para que servem os remédios industrializados? Estas questões assumem centralidade frente à necessidade de se considerar o pensamento nativo na formulação da Política Nacional de Atenção à Saúde Indígena. O estudo revelou que o adoecimento de um sujeito está ligado ao afastamento de sua alma; a cura é feita pelo rezador (karai), não pelos remédios, que, no máximo, podem aliviar os sintomas. A alma de um enfermo só se reaproxima dele através do karai, que promove a cura e restabelece a saúde.

Keywords:
Health-disease
Ethnomedicine Guarani
Tekohá Añetete

Abstract: This article discusses the concept of health and illness for the Guarani, the Nhandeva subgroup, the village Tekohá Añetete. Adopting method of participant observation, we tried to answer questions such as: What is health and what is illness for the Guarani? What are the industrialized remedies? These issues are central front of the need to consider the native thought in the National Policy of Attention to Indigenous Health. The study revealed that the condition of a subject is linked to the remoteness of his soul; the curing is performed by the religious leader prayer (Karai), not by drugs, these can at most alleviate the symptoms. The soul of a sick person only reconnecting it through Karai work; This rather promotes healing and restores health. The soul of a sick person only reconnecting it through Karai work; This rather promotes healing and restores health.

Recebido em 22 de dezembro de 2017. Aprovado em 27 de dezembro de 2017.

Introdução

Nos últimos anos, o debate acerca da saúde indígena vem ganhando relativa visibilidade na esfera das políticas públicas. Nas discussões, são ouvidos diversos técnicos e especialistas ligados à medicina dos “brancos”. É pertinente e necessário dar atenção, também, às teorias nativas. Nesse sentido, o presente artigo propõe-se discutir o que é saúde e doença na perspectiva dos indígenas Guarani, pertencentes ao subgrupo *Nhandeva*, moradores da Comunidade *Tekohá Añetete*, no Município Diamante do Oeste, no Estado do Paraná.

Ao longo dos anos, a Política Nacional de Atenção à Saúde Indígena implantou, dentro das aldeias, os postos de saúde com equipe básica composta por médico, enfermeiro, técnico em enfermagem, agente de saúde e odontólogo. Tais postos estão referenciados a um “Polo Base” e são apoiados pelas Casas de Saúde do Índio.

Essa organização facilitou o acesso dos indígenas aos serviços médicos, bem como aos medicamentos industrializados, fato que é bastante elogiado pelos Guarani do Oeste do Paraná. Contudo, a organização dessa estrutura centrou os holofotes do debate na logística da política de saúde

* Doutor (2001) em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, com Pós-Doutorado em História, Cultura e Poder pela Universidade Federal do Paraná (2008-2009). Professor sênior na Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: <erneldo@uol.com.br>.

** Antropólogo; Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

e deixou na sombra o pensamento nativo. O que é saúde para os indígenas? O que é doença? Para que servem os remédios nas sociedades tradicionais? Os remédios podem estragar o corpo dos indígenas? São questões que ainda não foram suficientemente respondidas e que o presente estudo responderá a partir de pesquisa desenvolvida junto a uma comunidade Guarani *Nhandeva*.

Eliana Elisabeth Dihel (2001) destaca que na formulação da política de saúde o entendimento dos povos indígenas não foi suficientemente considerado. Existem estudos clássicos como os desenvolvidos por León Cadogan (1948), Moisés Santiago Bertoni (1927 e Pedro Montenegro (2007), que já se debruçaram sobre o tema da saúde e das doenças entre os Guarani, destacando a higiene, os conhecimentos científicos e as práticas medicinais cultivadas entre eles. Não houve, entretanto, um aprofundamento acerca dos diversos fatores que influenciam o acesso e o consumo dos medicamentos e, tampouco, uma reflexão por parte dos planejadores e executores das políticas de saúde sobre as práticas e a simbologia que envolve a etnomedicina Guarani. O presente estudo vem dar visibilidade a esse saber, até agora marginalizado, e pretende contribuir para as futuras análises e avaliações das políticas de saúde no contexto das sociedades indígena.

O trabalho é produto de pesquisa etnográfica realizada na aldeia Guarani *Tekohá Añetete*, localizada no município de Diamante do Oeste, no Estado do Paraná. Convivendo pelo período de seis meses nessa comunidade e participando do dia-a-dia dos indígenas, procuramos entender o modo de pensar dessa sociedade para captarmos e “levarmos a sério”, segundo expressão de Viveiros de Castro (2000), as teorias nativas.

Quem são os Guarani?

Os indígenas Guarani compõem etnias pertencentes à família linguística tupi-guarani, do tronco Tupi; geograficamente falando, concentram-se nos territórios hoje identificados como pertencentes aos estados nacionais da Argentina, do Brasil, da Bolívia, do Paraguai e do Uruguai do Uruguai. Eles, os Guarani, não reconhecem os limites territoriais impostos por esses estados. Percebem

tais espaços a partir de uma lógica própria; daí ser tão comum observar seus deslocamentos para além das fronteiras embandeiradas pelos países em questão.

No Brasil, os Guarani se dividem, segundo Egon Schaden (1962), nas parcialidades *Mbyá*, *Nhandeva* e *Kaiowá*; sendo que os *Mbyá* se subdividem ainda em *Chiripá*, *Tambeopé* e *Paim* (MELLO, 2007).

No oeste do Paraná a grande maioria dos indígenas são *Nhandeva*, alguns poucos *Mbyá Chiripá* e outros, em menor quantidade, *Mbyá Paim*. No entanto, no discurso “pra fora”, construído para os “brancos”, eles dizem que integram apenas comunidades *Nhandeva*. É assim que os identificamos ao longo deste trabalho, por sabermos que é assim que esses sujeitos querem ser identificados e por percebermos que a maioria numérica deles é, de fato, *Nhandeva*, mesmo que nas relações cotidianas fique claro que não se trata de um grupo capaz de expressar a identificação de todos os indivíduos.

A diferença entre esses subgrupos é estabelecida especialmente através da linguagem e dos hábitos que julgam corretos (*nhanderekó*). De um grupo para o outro variam os sentidos das palavras, a pronúncia e, principalmente, as normas que orientam a vida.

Como a maioria dos demais povos indígenas contemporâneos, esses Guarani não correspondem ao estereótipo de “índio” (despido, selvagem e com penas no corpo) presente no imaginário de boa parte da população brasileira. Os sujeitos com quem essa pesquisa se constrói são indígenas que estão em muitos lugares; estão nas escolas urbanas, nos transportes coletivos, nas praças, nas rodoviárias, nos estabelecimentos comerciais; consomem produtos industrializados, têm acesso a tecnologias, convivem diariamente com “brancos” sem, no entanto, deixarem o modo “indígena” ser e de conceber o mundo. A forma como pensam e teorizam as questões de saúde-doença é uma evidência disso.

Embora convivendo com a sociedade envolvente e consumindo os remédios produzidos pela farmacologia ocidental, os Guarani teorizam

sobre saúde e doença de um jeito muito particular. Essa teoria “nativa” em nada lembra a concepção médica convencional. Na etnomedicina guarani a doença tende a ser vista como uma categoria cultural e como um conjunto de eventos culturais relacionados, como já tem assinalado Horácio Fabrega (1971). É possível perceber, no convívio com estes sujeitos, uma simbolização que permite estabelecer uma relação entre doença, comportamento individual e social e adaptação ao meio. Para explicar as patologias, a alma é um elemento essencial nessa cultura, conforme veremos a seguir.

A alma na percepção da saúde e da doença

Para os Guarani *Nhandeva*, os homens possuem uma alma que é denominada pelo conceito *nheè*. Ela é responsável pela condução do indivíduo a viver de maneira correta a vida (*nhanderekó*); tal maneira também é condição para que a alma permaneça junto do sujeito. O afastamento da *nheè* leva a pessoa ao adoecimento ou, até mesmo, à morte.

Quando o feto está sendo gestado, a *nheè* da criança começa a ser preparada por *Nhanderu*, o Deus, para vir acompanhá-la na terra. À medida que se aproxima o nascimento, a alma começa a “caminhar” do seu local de origem em direção ao sujeito que deverá nascer. Ela provém de muitos lugares: da morada de Tupã, da Terra sem Mal, do Sol, do som de um instrumento, entre outros; todos eles se localizam no cosmos e, em cada um, existe um *amba* (espécie de altar) de onde o Deus ordena que a alma saia para vir à Terra. A alma dos filhos, conforme já registrou Silva (2007), tende a vir do mesmo local de onde emanou a alma de seus pais, embora isso não possa ser tomado como regra.

O lugar de onde se origina a alma determina o nome que será dado ao novo Guarani. Um dos informantes explicou que sua *nheè* veio da Terra Sem Mal, um paraíso onde as coisas tendem a ser de cor amarelada; por isso ele foi nomeado *Avá Negaju*, traduzido como “homem de brilho amarelo”. Outra informante, chamada *Takua Mirin*, disse que sua *nheè* veio do som do *takúá*, instrumento musical

executado pelas mulheres na Casa de Rezas (*Opy*). O local, a partir de onde caminha a alma de um sujeito, é identificado pelo pajé, ou xamã, que, portanto, é capaz de dizer qual deve ser o nome da criança que está diante de si. Refletindo sobre esse poder do xamã, Curt U. Nimuendaju nos apresenta a seguinte passagem:

Eles (os Guarani) acham profundamente ridículo que o sacerdote cristão, que sempre se julga superior ao pajé pagão, pergunte aos pais da criança como esta deveria se chamar. Pretende que é padre e sequer é capaz de determinar o nome certo da criança. (NIMUENDAJU, 1987, p. 32).

Desde a gestação até o momento em que a criança é nomeada, a alma estava se dirigindo à pessoa; é por isso que nessa fase o Guarani necessita de atenção especial, pois ele ainda não tem a sua alma devidamente perto de si. É também por isso que as doenças costumam atingir mais as crianças; uma pessoa sem a sua *nheè* adocece. Doença é uma questão de alma distante.

A maneira para se evitar as doenças infantis é cuidar da criança para que sua alma não desista dela. Qualquer descuido pode levar a *nheè* a retornar para seu lugar de origem, ocasionando o adoecimento e a morte do indivíduo. Todo o esforço dos pais, dos familiares e dos padrinhos precisa ser no sentido de demonstrar à alma que, uma vez na terra, será bemquista e terá parentes sempre próximos dela para alegrá-la e ensiná-la a viver do modo que entendem ser correto (*nhanderekó*).

O *nhanderekó* corresponde a um conjunto de formas de ser e estar no mundo; sempre que perguntados sobre o que o caracteriza, os Guarani afirmam que é o conjunto da reza/fala/comunicação com *Nhanderu* e com os familiares, da vivência próxima dos parentes, da dança, do hábito de fumar o cachimbo, dos regimes alimentares que evitam comidas com gordura, sal e carnes mal cozidas, entre várias outras práticas socioculturais. Uma pessoa adulta que não vive de acordo com o *nhanderekó* desagrade a sua alma, que vai aos poucos se afastando dela; seu distanciamento é uma condição para desencadear inúmeras doenças (*axy*) e a morte.

As doenças entre os Guarani

O termo usado na língua guarani para designar doença é *axy*. Elizabeth Pissolato (2006) observou, no entnato, que o uso da palavra “doença” também é muito comum entre eles, não apenas quando estão dialogando com brancos, mas também em seu dia a dia. Os significados que essa expressão traz aos *Nhandeva* não são os mesmos que os brancos frequentemente conferem a ela. Entendê-la nesse contexto exige um processo de “desconstrução crítica” na perspectiva de Viveiros de Castro (2002).

A doença, assim como a saúde, corresponde a uma variedade de elementos existentes no mundo e a vários estados possíveis que envolvem o corpo e a alma. Um sinônimo capaz de expressá-la em sua amplitude é “mal”. Os males que existem no mundo e impedem a alegria do homem são vistos e denominados pelos Guarani como doenças (SILVA, 2007). Assim, a tristeza que se sente quando não se sabe ao certo o motivo, a saudade em relação a alguém que morreu ou de alguém que se encontra longe, o desânimo para trabalhar, rezar, falar, a raiva e o susto são sintomas de doença. Pissolato (2006) aponta, em sua pesquisa de campo para a produção da tese de doutoramento, que sua filha, ainda muito pequena, que a acompanhava no trabalho de campo, sentia demasiada saudade de seu pai; observando isso, um Guarani ofereceu-lhe remédio para “curar” a saudade.

Esses sentimentos são todas formas de doenças, pois, invariavelmente, tornam a vida na terra mais dolorida, mais difícil, menos alegre e, se não forem curadas, levam à morte, pois, ao mesmo tempo em que ocorrem pelo fato da *nheè* do sujeito estar afastada também impedem que sua alma volte para ele. As doenças atingem, portanto, o corpo, causando nele dores, febre, fraqueza, tontura, entre outras formas de manifestação, o que provoca aborrecimento, confusão e o distanciamento da alma.

As origens das doenças são muito diversas e podem estar ligadas a fontes humanas e não humanas. Há males que provêm da inveja das outras pessoas e são concretizados através da feitiçaria; há outros que provêm das *anguéry* (almas dos

mortos que vagam pela terra), de sacis habitantes da floresta, da mata, do trovão, dos bichos e de outros fenômenos. Alguns desses agentes emissores de doenças se utilizam de pequenos objetos que são inseridos no corpo dos Guarani causando-lhes as enfermidades.

Deve-se observar ainda a existência das doenças, muito temidas entre esses indígenas, têm origem nos animais ou nos mortos. Na concepção dos Guarani, os bichos também têm *nheè*, assim como os mortos e outros seres que estão no mundo (VIVEIROS DE CASTRO, 1996). Quando um *Nhandeva* sai de casa para realizar atividades rotineiras, pode se deparar com algum outro ser em forma de bicho (de grande ou pequeno porte) ou de um morto. Nesses momentos, se a alma do homem não estiver próxima dele, a alma de quem o encontrou perceberá e tentará estabelecer uma relação de troca com ele, de modo geral por meio de mensagens. Esse momento é descrito pelos Guarani como um episódio em que o bicho (ou morto) conversa com o homem. Na medida em que o homem aceita estabelecer esse diálogo, ele está, por conseguinte, aceitando a alma do bicho ou do morto, criando um vínculo de comunicação e reciprocidade com esta alma. Quando se trata de um animal que aborda o homem, este é acometido pela doença chamada *-jepotá*; do encontro entre um morto e uma pessoa resulta a morte.

O *-jepotá* é, no saber nativo, uma força capaz de desumanizar a pessoa e transformá-la física e psicologicamente em bicho (*vixo*), estado em que o indivíduo passa a representar para os indígenas um *Anhã*, isto é, um diabo, sendo por isso comum que se refiram a ele como alguém que encarna o demônio. Por outro lado, a medicina dos brancos, presente na aldeia através de uma unidade de saúde com atendimento médico diário, entende os sujeitos portadores desse mal como sendo sofrendores de transtornos psíquicos, uma categoria que, até o momento, não tem tido expressão no entendimento indígena. (SANTOS, 2012, p. 52).

Qualquer que seja a fonte emissora da doença, esta só se instala no sujeito se o mesmo

não estiver com sua alma devidamente perto de si. O afastamento da alma da pessoa, e daí o início de males, deve ser entendido como o resultado das próprias ações dos homens (da não consideração dos preceitos divinos), caracterizadas, mormente, pelas infrações ao código moral: “*De nuestro imperfecto vivir se apoderan de nosotros nuestras enfermedades*”, diz um informante de Leon Cadogan (1959, p.107).

A mata, assim como alguns animais domésticos, tem um importante papel na proteção dos homens contra os *axy*; para se ter uma ideia, os cachorros que os Guarani mantêm em casa são, em geral, muito magros, repletos de parasitas e de doenças que se apresentam na forma de grandes feridas na pele, nos olhos, ou em algum outro membro do corpo. Os informantes da *Tekohá Añetete* asseguram que quanto mais forte é a doença que acomete aos cães mais agressiva ela é aos homens. A mata, como já observou Adriana C. R. Albernaz (2009), embora também possa enviar doenças, é responsável por reter várias delas; assim como barra os raios solares, impedindo as secas, ela segura algumas enfermidades, especialmente aquelas mandadas por pessoas que vivem em outras aldeias. A diminuição das áreas de floresta, ocasionada pelos “ocidentais”, é uma das explicações para a proliferação de doenças contraídas após o contato com os brancos.

Assim, a proximidade dos Guarani com os não indígenas os levou a contrair “doenças de branco” (aquelas que os indígenas só conheceram após o contato com os colonizadores, tai como: gripe, desnutrição, entre outras). Estas enfermidades afetam, também, segundo os *Nhandeva*, a alma. Para que se possa entender isso, José Catu, informante da aldeia, exemplificou:

Supor: eu e você estamos aqui juntos. Daí a gente passa o dia inteiro caminhando, andando, fazendo uma coisa aqui, trabalhando assim. Tá, tudo bem. De noite eu já sinto uma dor na garganta, incomoda, já percebe que não tá bom. No outro dia vou ver e estou com aquela que é... inflamação, mas só que você não tá. Então isso é porque a minha alma não tá bem, por isso eu fiquei doente e você não. Daí eu tenho que rezar, pedir pro Deus me ajudar,

deixar a minha alma alegre, contente que daí eu não vou mais ficar doente. (JOSÉ CATU, Depoimento em 20 de setembro de 2011).

Rafael Mendes Junior (2009) afirma que entre esses indígenas a doença não é apenas um estado fisiológico, pois ela mantém uma ligação íntima com a alma. É o afastamento da *nheè* do homem que o leva a contrair alguma doença. Se em um determinado momento ou lugar de contato com os não indígenas o índio estiver com a alma alegre e perto de si e fica imune das doenças (ALBERNAZ, 2009).

O que para os não indígenas se configura como uma doença em si, para os Guarani não passa de um sintoma; por exemplo: um branco tenderia a ver a inflamação na garganta ou a catarata que atinge os olhos como doenças; nossos informantes veem isso como sendo um sintoma, uma expressão dessa doença. A doença é muito mais que o sintoma. Ela se expressa através do susto, da tristeza, da raiva, (...); as pessoas normalmente não sabem a doença do outro; quem sabe é o pajé, ocasionalmente um ou outro parente bem próximo e, por vezes, o sujeito portador do mal; os demais costumam apenas saber os sintomas. Um depoente da *Tekohá Añetete* se referiu ao se pai cego dizendo: “Eu não sei bem o que ele tem. Ele tá com aquela que é... catarata, mas a doença mesmo eu não sei. Faz muito tempo já...”. (JOSÉ CATU, Depoimento em 20 de setembro de 2011).

Os remédios (naturais ou industrializados) podem ser eficientes no alívio dos sintomas; a cura da doença só pode ser atingida, porém, com o trabalho do pajé.

“Pra nós estraga muito dar muito remédio”: os remédios entre os Guarani

Dihel e Grassi (2010, p. 1556), ao desenvolverem seus estudos em uma comunidade Guarani de Santa Catarina, colheram depoimento de uma informante que confessou suspender o uso de medicamentos assim que os sintomas a aliviavam: “Eu nunca dou assim até o final porque

pra nós estraga muito dar muito remédio. A gente dá até que melhora, aí já para”. Essa concepção de que o remédio “estraga” a saúde dos indígenas é corrente também na comunidade *Tekohá Añetete*. Mas afinal, o que o remédio estraga?

Ao afirmarem que os remédios industrializados estragam o corpo, os Guarani estão buscando dizer que tais medicamentos deixam o corpo “pesado” e ocultam doenças, as quais, se não forem percebidas cedo, levam a uma morte silenciosa.

Segundo os *Nhandeva* o corpo não é apenas um atributo físico, ou seja, uma estrutura fisiológica dada pela natureza. Para eles o corpo é uma produção; é o resultado de uma série de práticas e hábitos. É comum ouvir nas aldeias que ações como dançar, participar dos rituais na casa de rezas, fumar o cachimbo e praticar o *nhanderekó* fazem o corpo ficar leve. Ao afirmarem isso, os Guarani não estão se referindo ao corpo físico e sua massa, mas ao corpo como uma “roupa” que os indivíduos vão agregando e modificando ao longo da vida por meio de um processo constante de fabricação que se realiza através dos costumes diários (VIVEIROS DE CASTRO, 1996). Fazer com que o corpo seja leve é um ideal de vida para esses sujeitos.

O consumo de remédios industrializados é uma prática que conspira contra esse ideal; ele faz o corpo ficar “pesado”, pois não está inscrito no *nhanderekó*. Um sujeito que consome uma vez um remédio farmacológico terá vontade de fazer isso outras vezes; sempre que tiver alguma dor vai preferir esse medicamento e, com isso, vai abandonar os chás e as ervas naturais colocadas na terra pelo Deus *Nhanderu* para que os homens pudessem viver bem.

A resistência que os Guarani fazem ao remédio industrializado não é, portanto, pelas suas propriedades químicas; não são elas que estragam o corpo; o que o estraga é o abandono dos hábitos considerados bons. A opção pela farmácia do “Juruá” (branco) significa para o *Nhandeva* a renúncia ao ensinamento indígena. Tomar remédio de branco deixa o corpo pesado porque esta não é uma prática do bom jeito de viver.

Além disso, segundo os Guarani, os remédios também estragam a pessoa porque eles

servem apenas para aliviar os sintomas de uma doença: a inflamação, as dores, os desconfortos. A doença em si, sempre produto de um afastamento da alma, só pode ser curada pelo trabalho do pajé que, com a ajuda dos seus auxiliares, tenta tirar o mal do sujeito e trazê-lo para perto da sua alma, reestabelecendo a saúde (ALBERNAZ, 2009, p. 190).

Aquele que não procura o rezador e opta por tomar diretamente o remédio industrializado está correndo sério risco, pois não sabe ao certo qual doença que o acomete. Se estiver se tratando de um mal bastante agressivo, o medicamento apenas ocultará os sintomas, ao passo que a alma adoecida irá cada vez mais se distanciando, até ir embora de vez, ocasionando a morte.

Quando o rezador anuncia a cura da pessoa enferma ela passa a estar dispensada de prosseguir o tratamento com medicamentos. Não tem por que continuar administrando o remédio se a sua alma já voltou para o sujeito. Persistir na medicação só vai contribuir para deixar o corpo pesado e “estragá-lo”.

Os remédios naturais também podem inibir os sintomas das doenças, por isso os Guarani recomendam que o sujeito, ao sentir uma dor, recorra primeiro ao *karaí*; este irá ver o que, de fato, está acometendo a alma da pessoa. Os tratamentos com remédios naturais são, no entanto, bem-vistos pelos Guarani pois fazem parte do *nhanderekó*. Ao se anunciar a cura de um indivíduo, os chás podem continuar sendo tomados ainda por alguns dias. É uma forma de a alma, que acabou de regressar, sentir-se cuidada e motivada a permanecer junto do sujeito.

Apesar dos remédios naturais integrarem as boas práticas do modo de viver Guarani, tal como os informantes de Dihel e Grassi (2010), os *Nhandeva* do Oeste do Paraná afirmam que hoje não é mais possível viver sem a “farmácia dos brancos”. Duas razões são apontadas para isso:

- Primeiro - a destruição das matas levou ao desaparecimento de muitas ervas usadas na terapêutica indígena. Atualmente é comum que o rezador indique para um sujeito enfermo o consumo de chá feito a partir de plantas completamente escassas na região, sendo necessário o envio de

alguém para aldeias situadas no Paraguai, onde o vegetal ainda pode ser encontrado. Vários tratamentos já não podem ser mais receitados pelo rezador, em função da falta de matéria-prima na natureza. A tradição primitiva que, apesar das migrações e das sucessivas gerações, naturalizava certas plantas sagradas “(...) cujo protótipo eterno cresce na morada dos deuses” (CADOGAN, 1967, p, 300).

- Segundo: o consumo, por indígenas, de alimentos industrializados (condição para sobrevivência em tempo de terras tão escassas) provoca e agrava os sintomas das doenças. A utilização dos remédios industrializados, de origem similar a dos produtos alimentícios, estão agravando os desajustes na saúde dos Guarani. Os informantes dizem que produtos comprados em supermercado tais como: óleo de soja, suco em pó, biscoitos, refrigerantes, fermento químico, entre outros, provocam dores no estômago, febre e fraqueza. As substâncias presentes nesses alimentos desencadeiam ou potencializam sofrimentos que as ervas demoram muito para curar, pois estas são de origem natural enquanto a dor provém daquilo que a indústria produz.

Há, portanto, visível necessidade de os indígenas terem acesso a esses medicamentos. Dihel (2001) informa, acerca de uma aldeia *Kaingang* no Estado de Santa Catarina, que os sujeitos, mesmo não tendo nenhum sintoma, consultavam com o médico no intuito apenas de “conseguir remédio”. Essa prática também acontece entre os Guarani da aldeia *Tekohá Añetete*; é necessário, porém, compreender o sentido que o medicamento assume neste contexto. Segundo os *Nhandeva*, quando vão deliberadamente à procura de remédio no posto de saúde, já sabem qual doença têm, pois o rezador a revelou. Sabendo qual é a patologia, sabem também quais sintomas poderão surgir (febre, inflamação, entre outras manifestações); neste caso, assim que se descobrem portadores de uma enfermidade procuram ter um pequeno estoque de remédios, a serem utilizados em casos que os sintomas se manifestem.

Os Guarani se veem, portanto, em uma difícil situação: de um lado o medo de estragar o corpo com uso dos medicamentos, e, de outro, a necessidade do seu uso, em virtude dos recursos naturais cada vez mais escassos, para aliviar dores e desconfortos provocados ou agravados pelo consumo de alimentos industrializados, sem os quais já não podem viver. Essa situação faz com que os Guarani criem formas muito particulares de se relacionar com o fenômeno saúde-doença. Há que se aprofundar os estudos dessas questões.

Considerações finais

Os Guarani *Nhandeva* possuem um modo muito particular de perceber saúde e doença. É preciso compreender a concepção nativa. Olhar para ela e pensá-la a partir dos sentidos das sociedades envolventes é incorrer em grandes equívocos.

Dihel e Grassi (2010) nos mostraram que os Guarani, como os demais povos indígenas do Brasil, são consumidores de remédios provenientes da indústria. Um olhar desatento para essa prática poderá levar o observador a pensar: “o rezador perdeu seu lugar na sociedade tradicional” ou “a medicina dos brancos é suficiente para promover a saúde desses povos”. Nada mais ilusório do que essas presunções. Tal etnocentrismo precisa ser superado.

A Política Nacional de Atenção à Saúde Indígena implantou dentro das aldeias os serviços da medicina dos “brancos”, mas estes foram ressignificados pelos Guarani. Toda vez que esses sujeitos vão ao Posto de Saúde da sua comunidade consultar ou buscar remédios, o fazem movidos pelos sentidos próprios da sua cultura. Nesses momentos, conforme mostramos, o afã de aliviar os sintomas é maior do que o de curar uma doença. Nenhum Guarani iria a um posto de saúde para buscar a cura. Eles sabem que é inútil.

O medicamento, o médico, o enfermeiro, a enfermagem e o assistente social têm grande importância na promoção da saúde dessa sociedade, mas, em última instância é ela que dimensiona o sentido da saúde-doença a partir da sua vivência e da sua cosmovisão.

Roque de Barros Laraia (1997), ao descrever a morte por fantasma entre os Kaapor, já nos ensinou que o modo como cada sociedade enxerga o mundo determina o que os sujeitos sentem em seu corpo e, até, do que eles morrem. Naquele contexto, um único comprimido de vitaminas era suficiente para salvar a pessoa de uma morte terrível; entre os Guarani nem mesmo o mais potente dos medicamentos industrializados pode curar uma “simples” doença.

Esse fato reitera a importância dos profissionais da medicina dos brancos persistirem naquilo que Langdon, já chamou de relativização da biomedicina:

(...) relativizar a biomedicina significa que seus profissionais precisam reconhecer as suas limitações e admitir que existem outros sistemas médicos que podem contribuir para o conhecimento e a implementação de projetos e programas em saúde. Essa é a premissa fundamental para o respeito às especificidades de cada povo indígena (LANGDON, 2000 apud DIEHL, 2001, p.163).

Referências

- ALBERNAZ, Adriana Cristina Repelevicz. **Antropologia, histórias e temporalidades entre os Ava-Guarani de Oco’y (PR)**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC, Florianópolis, 2009, 427 p.
- BERTONI, Moisés Santiago. *La civilización Guaraní*. Parte III: Etnografía: conocimientos. La higiene guaraní y su importancia científica y práctica. La medicina guaraní: Conocimientos científicos. Puerto Bertoni: Ex Sylvis, 1927.
- CADOGAN, León. En torno a dos plantas y un animal sagrado de los Guaranies. **Suplemento Antropológico**, Asunción, v. 2, n. 2, p. 299-314, 1967.
- CADOGAN, León. Nociones de medicina Mbyá-Guaraní, **Revista Guaranía**, n. 6, p. 47-61, sept./oct. 1948.
- DIEHL, Eliana Elisabeth. **Entendimentos, práticas e contextos sociopolíticos do uso de medicamentos entre os kaingáng** (terra indígena Xapecó, Santa Catarina, Brasil). Tese (Doutorado) - Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2001, 230 p.
- DIEHL, Eliana Elisabeth; GRASSI, F. Uso de medicamentos em uma aldeia Guarani do litoral de Santa Catarina, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 26, n. 8, p. 1549-1560, 2010.
- FABREGA, Horacio. *Medical Anthropology. Biennial Review of Anthopology*, Stanford University Press, v. 7, p. 167-229, 1971.
- LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- MELLO, Flávia Cristina. Mbyá e Chiripá: identidades étnicas, etnônimos e autodenominações entre os Guarani do sul do Brasil. **Tellus**, Campo Grande, n. 12, ano 7, p. 49-65, 2007.
- MENDES JUNIOR, Rafael Fernandes. **Os animais são muito mais que algo somente bom para comer**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFF, Niterói, 2009, 130 p.
- MONTENEGRO, Pedro, SJ. **Materia médica misionera**. Posadas: Editorial Universitária/ UNAM, 2007.
- NIMUENDAJU, Curt Unkel. **As Lendas da criação e da destruição do mundo como fundamentos da religião dos Apapocúva-Guarani**. São Paulo: EDUSP. 1987.
- PISSOLATO, Elizabeth de Paula. **A duração da pessoa: mobilidade, parentesco e xamanismo mbya guarani**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2006, 446 p.
- SANTOS, Jovane Gonçalves dos. **Entre homens e diabos: uma etnografia dos Guarani Nhandáva acometidos pelo -jepotá**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – PPCS UNIOESTE, Toledo, 2012, 152 p.

SCHADEN, Egon. **Aspectos fundamentais da cultura Guarani**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1962.

SILVA, Evaldo Mendes. **Folhas ao vento: a micromobilidade de grupos Mbyá e Nhandeva (Guarani) na Tríplice Fronteira**. Rio de Janeiro: Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2007, 217 p.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O nativo relativo. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 113-148, 2002.

_____. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 115-144, 1996.

Higienismo e ações de remodelamento urbano no Recife (1900-1929)

Hygiene and actions of urban remodeling in Recife (1900-1929)

Marcos Alesandro Neves*

Palavras-chave:

Higienismo

Modernidade

Recife

Resumo: Recife no início do século XX, assim como outras capitais do Brasil, enfrentou diversas mudanças em seu aspecto paisagístico, demolição de casarões antigos, remoção de populações carentes de áreas habitadas há vários anos para dar lugar a empreendimentos imobiliários com a proposta de modernização e embelezamento da cidade. Dessa forma, o presente artigo tem como intuito analisar como o discurso modernizante foi utilizado com o intuito de promover obras de viés higienistas, que almejavam a exclusão da população que ocupava esses espaços, atendendo aos anseios de uma elite local que clamava por uma cidade tida como moderna para os seus conceitos.

Keywords:

Hygiene

Modernity

Recife

Abstract: Recife at the beginning of the 20th century, as well as other Brazilian capitals, faced several changes in its landscape aspect, demolition of old mansions, removal of populations deprived of inhabited areas several years ago to give rise to real estate developments with the proposal of modernization and beautification of City. Thus, the present article aims to analyze how the modernizing discourse was used to promote works of hygienist bias, which aimed at the exclusion of the population that occupy these spaces, attending to the wishes of a local elite who calls for a city held as modern for its concepts.

Recebido em 28 de outubro de 2017. Aprovado em 28 de dezembro de 2017.

Um dos temas mais abordados pela historiografia brasileira são as ações de remodelamento urbano com viés higienista que ocorreram de forma intensa no final do século XIX e no início do XX. A ciência histórica, juntamente com a história da arquitetura e do urbanismo, mostra a relação existente entre a arquitetura e a cidade como palco dos acontecimentos históricos em diversos momentos. Com o advento da arquitetura moderna, que abandona os fins primordialmente estéticos do século XIX (COSTA, 1962), as cidades passam por uma nova concepção atrelada às preocupações com as epidemias e a falta de saneamento. A *Belle Époque*, entre os anos de 1870 e 1914, foi responsável pelo crescimento de importantes centros urbanos como Londres e Paris, capitais que serviram de inspiração para diversas cidades brasileiras.

A diferença econômica seria um fator importante que marcou as ações de remodelamento

urbano que ocorreram na Europa e as que aconteceram pelas capitais brasileiras. Enquanto a França de Hausmann¹ modificou de forma intensa sua arquitetura, no Brasil houve encontros com a modernidade² que começavam em uma rua, mas que não resistiam ao bairro mais próximo, por conta da ausência de recursos.

Recife enfrentou no início do século XX, diversas mudanças em seu aspecto paisagístico: demolição de casarões antigos e remoção de populações carentes de áreas habitadas há vários anos para dar lugar a empreendimentos imobiliários com a proposta de modernização e embelezamento da cidade.

Remodelar as cidades embelezá-las, destituí-las de suas feições coloniais, eram, todas essas, palavras de ordem de grande aceitação e repercussão nos jornais, revistas, conversas em cafés etc.

* Mestre em História pela Universidade Federal da Paraíba, graduado em História pela Universidade Estadual de Pernambuco e professor da rede particular de ensino em Recife. Desenvolve pesquisas no campo da história social do trabalho, tendo como objeto as vilas operárias.
E-mail: <marcos.alessandro.neves@hotmail.com>.

Não apenas no Rio de Janeiro. Várias outras cidades brasileiras passaram por processos semelhantes de reformas urbanas, tendo sempre a justificá-las o discurso modernizador característico. (TEIXEIRA, 1994, p. 13).

Tais empreendimentos modificaram de forma intensa a vida da população, em especial das classes mais baixas. O discurso modernizante propunha uma cidade com largas avenidas, parques arborizados e casarões modernos para que a elite recifense pudesse desfrutar, assim como aqueles que estavam apenas visitando a capital a negócios (REZENDE, 1987). A cidade moderna, entendida como salubre e uniforme do ponto de vista estético, “com ruas alinhadas, construções suntuosas e pobres expulsos das áreas centrais, começava a ser gestada” (TEIXEIRA, 1994, p. 33).

Recife, no início do século XX, estava envolvida em projeto de modernização e expansão do centro da cidade, engenheiros e arquitetos de várias vertentes debatiam a arquitetura moderna e o urbanismo que buscavam solucionar os problemas que assolavam todas as grandes cidades brasileiras. Em relação às alterações no bairro do Recife, foi vista uma ampla intervenção arquitetônica financiada pela iniciativa privada, com o amparo do governo estadual, dando respaldo às intervenções que, conseqüentemente, proporcionaram uma valorização financeira da área remodelada, transformando também os hábitos e costumes daqueles que habitavam a região e repelindo aqueles que não se adaptavam aos novos tempos, sendo este o ponto central deste artigo.

As atividades humanas mais animais são progressivamente excluídas do palco da vida comum e investidas de sentimentos de vergonha, que a regulação de toda a vida instintiva e afetiva por um firme autocontrole se torna cada vez mais estável, uniforme e generalizada. (ELIAS, 1993, p. 193- 194).

Por “palco da vida”, sugerido acima por Elias, podemos fazer uma analogia com as cidades que “flertavam” com os ventos de modernidade, os hábitos tidos como animais, atrelados a

classe pobre, tinha o desprezo das elites que não almejavam dividir as mesmas praças, os mesmos bancos, os mesmos espaços. Por conta da ausência de políticas públicas que fossem capazes de produzir uma inserção da população pobre que habitava a capital pernambucana, era comum que vendedores ambulantes, prostitutas, e menores abandonados estivessem em situação de vulnerabilidade, ocasionando problemas que iam de epidemias a problemas com a polícia.³

O centro do Recife, no final do século XIX e início do XX, foi o “abrigo” dessa população que se amontoava em casebres e cortiços, dividindo espaços minúsculos com várias famílias, o que para as elites representava o risco eminente de doenças contagiosas, frutos dos “maus hábitos”⁴. Era do interesse das elites econômicas que essas pessoas estivessem em lugares afastados do centro, pois, possuíam hábitos tidos como animais, que em nada corroboravam com a imagem moderna que se almejava.

Com o respaldo das teorias higienistas, foi possível implantar uma perseguição àqueles que eram tidos como transmissores de mazelas sociais. Mendigos, prostitutas, e todos aqueles que não possuíam trabalho formal e habitavam o centro, que moravam em cortiços ou mocambos, formavam o grupo das “classes perigosas”⁵, que foram forçadas a ocupar lugares longe do centro, considerado civilizado e, agora, lugar moderno da cidade.

Tais teorias tiveram seu início na Europa, no século XIX, devido às doenças e epidemias que grassavam entre as populações das grandes cidades. Com a industrialização das grandes cidades da Europa, os centros urbanos tiveram um aumento populacional muito grande o que causou uma precariedade nas condições de higiene (ARRAIS, 2004). As teorias higienistas, amparadas pela medicina social, tão em voga na Europa, embasaram a construção de uma imagem moderna do Recife. Sendo assim, os médicos passariam a procurar nos hábitos e costumes dos cidadãos mais pobres a razão para as epidemias que assolavam os centros urbanos propondo em seguida o tratamento, que ia da vacinação em massa à desodorização do espaço urbano.

Milhares de pessoas deslocando-se para o desempenho do ato cotidiano na vida das grandes cidades compõem um espetáculo que, na época, incitou ao fascínio e ao terror. Gestos automáticos e reações instintivas em obediência a um poder invisível modelam o fervilhante desfile de homens e mulheres e conferem à paisagem urbana uma imagem frequentemente associada às ideias de caos, de turbilhão, de ondas, metáforas inspiradas nas forças incontroláveis da natureza. (BRESCIANI, 1990, p. 10).

Medidas como essa tinham o intuito de regular os costumes da população pobre que não estava conectada aos anseios da modernidade. Sendo assim, o higienismo promoveu não só mudanças de caráter urbanístico, mas também mudanças de caráter moral na população. A insalubridade era terreno fértil para proliferação de doenças que representavam um medo para as elites locais. Dessa forma, o ar e a água⁶ eram analisados constantemente com o intuito de impedir a transmissão de doenças e pestes como a cólera e a tuberculose que assolavam todo o estado.

Com essa nova concepção de higiene, a rua e a casa (o público e o privado) passaram a ser alvo das investidas governamentais. Ruas largas, aterramento de pântanos, esgotamento sanitário e as casas que outrora eram “fechadas” para a rua, passam a ter janelas que modificam sua estrutura arquitetônica. Com o advento da arquitetura moderna nas grandes capitais brasileiras, exigiam-se ambientes com maior luminosidade. O saber médico e dos engenheiros sanitaristas teve grande importância nas construções das casas e nos novos traçados que a cidade iria receber e a influência desses profissionais se fez presente durante todo o período das intensas modificações urbanas.

Continuando a ser de difícil solução o problema das habitações operárias e não podendo, em bem da salubridade pública, permanecer por mais tempo os mocambos actualmente existentes na Capital e nos subúrbios. Sem que se evite a promiscuidade, a falta de ar, as aglomerações nocivas nas habitações, não poderemos combater a mortalidade infantil e a tuberculose. A h-ygiene

das casas populares, o seu typo, o espaço, o ar respirável são condições imprescindíveis para a solução do grande problema. (CHERMONT, 1909, p. 601).

A citação acima retrata muito bem a preocupação com a moradia operária, sendo objeto de atenção do primeiro congresso médico de Pernambuco que ocorreu em 1906. Os mocambos e as demais habitações operárias, como os antigos sobrados com precárias condições de ventilação e saneamento, eram tidos como a origem dos problemas que afetavam a cidade, portanto, durante toda primeira metade do século XX⁷, a casa operária será alvo das investidas higienistas. Além da abordagem higienista presente no discurso acima, é importante destacar a intenção de ter um maior controle sobre a vida das classes baixas propondo, através da moradia, um modelo de vida que venha a combater não apenas as doenças contagiosas, mas também a promiscuidade, tida como um dos “maus hábitos” atrelados à classe operária.

Disciplinar as classes populares como um todo significava controlar a criminalidade no entender das elites. Desta forma, atividades que estivessem associadas ao “não trabalho” eram alvo da polícia recifense caracterizando assim um combate à figura do vadio. Era acusado de vadiagem todo aquele cidadão, em geral preto e pobre, que não possuísse bens materiais e que tirasse o seu sustento de atividades não regulares, como gasoseiros, engraxates entre outros que não possuíam emprego fixo.

Os vagabundos, mendigos validos e hebríos habituais, vadios e desordeiros (...). Tornar-se-ão úteis a si próprios e a sociedade, que não deve ter em seu seio indivíduos ociosos e prejudiciais, e sim segregá-los em local onde deixem de constituir ameaça a coletividade⁸. (JORNAL DO COMÉRCIO, 16 de agosto de 1923, p. 7).

Ao contrário da apropriação atual do termo, a imagem do vadio não estava remetida apenas à ociosidade, visto que a imoralidade também fazia parte desse imaginário, pois, no entender

das elites, a vadiagem (ócio) representava a porta para que os vícios que degeneram o ser humano pudessem adentrar. A dita vadiagem estava entre as contravenções no código penal da República, datado de 1890, onde “ser” vadio conseqüentemente recaía sobre as classes populares, homens pobres livres, que tinham o azar de não serem senhores de escravos e a sorte de não os ser.

Sendo assim, os ditos vadios seriam facilmente reconhecidos, fosse pela sua cor (negra) fosse por seus costumes e sua linguagem, tida como ofensiva.

Hontem, as 7 e meia horas da noite, pouco mais ou menos, o subdelegado capitão Agnello, da Boa Vista, encontrando um creoulo muito bêbado na rua da Imperatriz, ordenou a duas praças que o levassem para a detenção e retirou-se. Na ausência desta autoridade os dois soldados praticara revoltante barbaridade com o creoulo, que não podia caminhar devido ao seu estado de embriaguez e teve de ser arrastado, em vez de ser conduzido em padiola convenientemente amparado. Os policiaes seguraram-lhe os dois pés e puxaram-nò sobre o calçamento, quebrando a cabeça do infeliz e ferindo-lhe as costas nas pedras. Ao chegar na ponte o pobre homem, bastante ensangüentado, não suportou mais os horrores do transporte, e gritou que já estava quase á morte. O facto attraheu a atenção de muitas pessoas, que se aglomeraram manifestando a sua reprovação áquella selvageria, mas os soldados, aos quais já se haviam reunido outros, affirmaram que a policia não seria desautorada e que o ébrio havia de seguir assim mesmo. E assim mesmo foi conduzido até a detenção, onde deve ter chegado em condições lastimaveis. Alem d’isso um individuo, que se julga auxiliar da policia n’aquella freguesia, dirigiu-se a um grupo que protestava contra o acto de crueldade posto em pratica, e, em termos provocantes, ameaçou com uma faca de ponta a quem desejasse enfrental-o. Apresentaram-se diversos e o valentão teve de guardar a arma e sahir cabisbaixo, acompanhado pelo molecorio, que lhe deu uma solemne vaia. O capitão Agnello deve recomendar um pouco de humanidade

e prudência aos seus subordinados. (A Província, 25 de maio de 1902, p. 31)

A citação acima deixa transparecer a forma que a população pobre do Recife era tratada pelas forças coercitivas. Bêbados, prostitutas e ambulantes eram “inimigos” a ser combatidos por conta de suas posturas “desviantes”, embriaguez e roupas “indecorosas”. Para as elites que comandavam a capital pernambucana, as ditas “classes perigosas” que habitavam o agora “moderno” centro da cidade deveriam estar sob a vigilância da polícia, ou preferencialmente situadas nos subúrbios, longe dos novos parques, das ruas arborizadas (LOPES, 2003).

A forma de abordar e de “resolver” o problema no que tange ao menor de idade e a presença de mendigos nas ruas do centro do Recife são as mesmas, pois parte-se do pressuposto que ambos estão encaixados no grupo dos sujeitos indesejáveis, sujeitos que não combinam com uma cidade que se propunha moderna, com carros em alta velocidade, cafés e parques arborizados, largas avenidas que serviam de passarela para as elites demonstrarem sua elegância e refinamento. A mendicância e os menores abandonados eram os representantes da selvageria, sendo que a única forma possível de retirá-los desse meio e incutir-lhes os preceitos da nova urbe seria através do trabalho.

Um problema que se apresentava para as elites locais, e conseqüentemente para a polícia, era a prostituição, pois, ao contrário da vadiagem, combatê-la não significava excluí-la de vez da capital pernambucana (COUCEIRO, 2007). A prostituição de baixo meretrício⁹ traz ao centro do debate higienista as famosas pensões, uma vez que eram os locais utilizados geralmente para as práticas amorosas e onde as meretrizes alugavam os quartos para poderem receber seus clientes, tornando-se assim ambientes aglutinadores de pessoas e ideias que poderiam soar como ameaça aos novos preceitos da elite recifense.

Combater a prostituição não significava necessariamente retirá-la de vez da paisagem recifense, tanto que o código penal de 1890, em vigência nas primeiras décadas do século XX, não tratava diretamente desta temática. Sendo assim,

o intuito da polícia passava mais pelo caráter de controle desta atividade de forma que não ferisse a moral e os bons costumes cultuados pela elite da capital, sendo essa prática permitida como forma de garantir o “divertimento” dos homens da alta sociedade para que pudessem, saciar seus instintos sexuais sem macular o nome e a reputação de alguma “menina de família”.

Solicito que v.exc. se digne de recomendar ao major inspetor da guarda civil que mande instruir aos guardas destinados ao policiamento neste distrito, a respeito da repressão aos hábitos deponentes de alguns rapazes viciados e os escândalos de certas hetairas recalcitrantes e despidoradas. É ordem terminante desta delegacia proibir a qualquer meretriz a estar sentada a porta de sua residência e manter-se em conversa com indivíduos que as procuram, porque essas decaídas nunca se portam convenientemente aos nossos costumes. (JORNAL DO COMMERCIO, 1921, p. 4).

No entanto, a historiadora Sylvia Costa Couceiro, em seu artigo *A sedução da noite nos cafés do Recife dos anos 1920: entre prazeres e transgressões*, analisa de que forma os homens da elite se “relacionavam” com a prostituição em seus espaços. O Café Chile, localizado na Praça da Independência, área central da capital pernambucana, era tido, no início do século XX, como um espaço que abrigava uma pequena parcela mais abastada da sociedade.

Funcionando até às duas horas da manhã, suas noites eram animadas por uma orquestra que se apresentava diariamente. O estabelecimento era iluminado a luz elétrica, e tinha “copa à vista do freguês”, podendo ser inspecionada pela clientela, demonstrando que essa deveria ser composta de pessoas exigentes quanto aos padrões de higiene e limpeza dos locais que frequentavam. O Café possuía em seu interior uma tabacaria que dispunha para comercialização, segundo os anúncios, de cigarros, charutos e fumos de diversas procedências, o que demonstrava a preocupação em agradar os fumantes

mais exigentes. O cardápio da casa também sugeria que sua freguesia era formada de indivíduos mais abastados. Visando agradar os mais diversos paladares, o menu oferecia uma variada gama de petiscos, que iam desde refeições ligeiras, como “macarronada à italiana, ovos quentes e fritos e comidas frias”, até guloseimas mais sofisticadas, como “sorvetes, refrescos, chocolates, bombons, chá, café, torradas”, passando por um amplo sortimento de bebidas, que incluíam “grogos, cervejas, champagne, whisky e bebidas de todas as qualidades”. A divulgação na imprensa de um cardápio diferenciado, que oferecia aos clientes alimentos e bebidas mais refinados e dispendiosos, nos leva a pensar que o Café Chile buscava atrair um público mais requintado, tentando passar, através da imprensa, a imagem de um estabelecimento moderno, confiável e com ambiente seletivo. (COUCEIRO, 2007, p. 7).

Tais fatos não passavam despercebidos pelos jornais da época, que estampavam os mais variados acontecimentos em suas páginas com as chamadas “filhas de Vênus”, “Camélias” ou “Filhas de Jerusalém”, nomes dados às prostitutas da época. Várias são as queixas feitas pelas autoridades, que encontram na imprensa uma perfeita caixa de ressonância para suas insatisfações. Os jornais abrem suas páginas para registrar o dia a dia das mulheres que ganhavam seu sustento ou aumentavam seus ganhos com o seu corpo. Com os títulos mais diversos, entre eles a “estatística mundana”, os juízos de valor estão presentes, desviando o jornalista da sua função de apurar notícias relevantes à população e tornando-o um mero especulador da vida alheia.

A imprensa da época retratava as situações envolvendo prostitutas com cenários de conflitos, violência e distúrbios sociais causados por ciúmes e crimes envolvendo meretrizes e clientes que não pagavam o que havia sido acordado anteriormente e também cafetões que exploravam mais do que as mulheres poderiam aguentar. Era comum que comportamentos tidos como imorais pela sociedade da época fossem alvo das investidas da polícia recifense. Sua linguagem, por vezes chula

e sua roupa tida como vulgar feriam os brios da sociedade que buscava se equiparar aos preceitos europeus de civilidade e aformoseamento.

Controlar a prostituição fazia parte do plano de controle das classes pobres, em especial os homens que buscavam tal serviço. Associadas à prostituição, estavam características tidas pelas elites como perigosas, como uma vida desregrada, confusões, o vício do álcool e jogos que poderiam soar como ameaça ao operário ordeiro e sadio almejado pelas vilas operárias e assim desviá-lo de sua “sagrada missão”. As vilas pregavam um ambiente de disciplina em sintonia com o que era exigido dentro das fábricas. Sendo assim, a polícia tentava, através de métodos coercitivos, restringir o raio de ação das prostitutas de baixo meretrício, regulando o horário de funcionamento de pensões e demais estabelecimentos que servissem para esse fim.

Dessa forma, o combate não dizia respeito à prostituição de forma ampla e irrestrita. As “camélias” que atendiam as classes populares, os operários e os demais trabalhadores pobres das cidades é que despertavam a atenção das autoridades policiais. O vocabulário tido como indecente e as vestes “vulgares” representavam o problema a ser combatido por alguns setores da elite recifense. Como diz Rago (1991, p. 294) sobre a prostituição ligada às classes populares “adquiria todo um caráter de sordidez maldita, de descontrole desenfreado, de excesso dionisíaco que assustava as classes privilegiadas”.

No entanto, mesmo com tentativas constantes de cerceamento da liberdade desses grupos, a polícia não conseguiu atenuar o medo e o incômodo que as elites sentiam perante os grupos que atentavam diariamente contra a nova perspectiva de cidade moderna, higiênica e ordeira (ROSA, 2003). Além da prostituição, problemas como a mendicância e o consumo de álcool atormentavam as elites e eram motivos de preocupação para esses grupos que temiam os problemas que vinham na esteira trazida pela embriaguez das classes populares. Seguindo essa perspectiva, homens ou mulheres alcoolizados estariam mais propensos a ofender a moral, a praticar atos teoricamente não praticados em estado tido como normal.

Com os ventos da modernidade passando pela cidade do Recife, o aumento do custo de vida também sofreu um impacto importante e isso se refletiu no preço dos alugueis dificultando as já precárias condições de vida das classes populares. A crise chegou a tal ponto que, no início da década de 1920, sob o governo de Eduardo Lima de Castro, algumas medidas contra o aumento no preço da moradia receberam atenção especial, entre elas a criação de um bairro com casas que atendessem às necessidades das classes baixas e que não tivessem um alto custo.

Uma notícia alviçareira para a nossa população, que luta actualmente contra a crise das habitações, não pode ser a que, hoje, registamos, isto é, a construção de um outro bairro novo. À iniciativa do illustre sr. Coronel Lima Castro deve-se o futuro bairro do Derby, cujos estudos estão quase terminados para o início das obras. À iniciativa particular, ou melhor, à iniciativa de um moço inteligente, rico e operoso, vamos dever o bairro da Estancia. (JORNAL PEQUENO, 1921, p. 12).

A moradia tornou-se um alvo do governo e da prefeitura da cidade do Recife, a habitação proletária foi, ao longo da primeira metade do século XX, alvo de constantes investidas no sentido de combate a uma casa insalubre e que, no entender das elites, deteriorava quem a habitasse (MOREIRA, 1995). Em 1907, a moradia foi tema do Congresso Médico em Pernambuco, os mocambos e os casebres em que residiam as classes populares passam a ser tema de várias discussões por parte de médicos sanitaristas e engenheiros, que “elegem” a moradia popular como uma ameaça à saúde pública e irradiadora de todas as pestes e doenças que acometiam os moradores da cidade. Nesse congresso, o renomado médico Octavio de Freitas, responsável pela luta contra a tuberculose no estado de Pernambuco, detalha o seu estudo que visa combater a doença que era responsável pela maior parte dos óbitos na região.

Compreendi que não podia adiar por mais tempo a execução do meu

projecto e fiz publicar em Junho de 1900 um folheto sob o titulo A tuberculose no Recife onde, por meio de dados estatisticos, eu tornava patente a grande mortalidade da tuberculose entre nós, mostrava por meio de mappas graphics como ella occupava o primeiro lugar entre as molestias zymoticas, produzindo por si só, quazi a metade da totalidade dos obitos. Fiz tambem um estudo comparativo entre a sua mortalidade entre nós e em outras cidades quer nacionaes, quer estrangeiras e por fim apresentei as medidas a adoptar para a attenuação dos seus effeitos lethaes, tendo em começo enumerado as causas de sua frequencia excessiva entre nós. (FREITAS, 1909, p. 25 apud PEREIRA, 2013).

A concepção dessas casas foi um plano das elites recifenses, respaldado pelas teorias higienistas que davam aval para as intenções disciplinares que eram o objetivo dessas moradias que, por sua vez, representavam um mecanismo de controle do tempo do operário. O intuito de instaurar as vilas operárias era diminuir não apenas a insalubridade, mas frear os “maus hábitos” que corrompiam sua índole (PEREIRA, 2013). Era objetivo das elites despertar na classe proletária, através de uma casa limpa e salubre, o gosto pela família, o apreço pelo descanso e a vida regrada, ou seja, incutir no trabalhador operário o mesmo modelo de vida burguês. O modelo de vida burguês iria dificultar o acesso aos “vícios e tentações” que as ruas do centro do Recife poderiam oferecer (álcool, prostituição, brigas), pois estando longe destas tentações o operário iria render mais e melhor na escala produtiva, seria o operário idealizado pela classe burguesa, sadio e ordeiro.

Os mucambos são edificados em logares humidos, aterrados quasi sempre com lixo e cercados de pantanos e alagadiços, invadindo as aguas das grandes marés o interior de muitos delles. Seu material de construcção é composto de latas velhas ou pedaços de caixões para as paredes e capim, palha e folha de zinco para a cobertura. O chão não tem revestimento algum e a divisão interna, quando existe, é a seguinte: – uma sala de frente, uma alcova sem ar e sem luz,

onde dormem amontoadas tres e mais pessoas, uma sala de jantar e ao mesmo tempo cosinha e, num pequeno pateo posterior, uma fossa fixa constituída por um barril enterrado no solo. Isto nos mucambos que a possuem, porque em muitos, os despejos são feitos na maré que passa perto ou encostada á habitação. (FREITAS, 1909, p. 54 apud PEREIRA, 2013).

De acordo com os saberes higienistas da época, as vilas operárias seriam as melhores habitações para os trabalhadores operários uma vez que atenderiam suas necessidades no que diz respeito às melhores condições de salubridade. Os padrões de higiene eram o foco desses profissionais em sua “cruzada” contra as doenças e os “maus hábitos” da população pobre que, no entender desse grupo, estaria mais suscetível à contaminação por doenças venéreas, ou mesmo a tuberculose e a malária que faziam vítimas por todo o estado.

A influência imoral da sujeira e do desconforto nunca foi suficientemente levada em consideração. Esta influência é antissocial no mais alto grau, o estado miserável de sua casa é uma das causas essenciais que conduz um homem a gastar seu dinheiro em prazeres egoístas: ele entra em casa esgotado, aspira à tranquilidade, tem necessidade de repousar: a sujeira, a miséria, o desconforto sob todas as formas o cercam, ele só deseja então ir embora, se puder. (TEIXERA, 2001, p. 6).

Os cortiços, mocambos e demais moradias das classes populares, bem como seus moradores, representavam entraves ao progresso e à modernidade desejada, pois estavam localizados nos espaços que as elites queriam embelezar e higienizar, ou seja, tornar moderna a área central da cidade, que seria a “sala de estar” daqueles que viessem visitar a capital recifense.

Há na cidade homens e crianças sem profissão certa e sem residência, e toda a gente sabe que a miséria e o vício geram-se um ao outro [...] É no meio destes que o alcoolismo se espalha vitoriosamente contaminando o lar miserável, sem conforto e sem higiene,

atingindo como um polvo hediondo a mulher e os filhos. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1921, p. 3 apud ROSA, 2003).

Alguns nomes marcaram de forma expressiva esse momento de constantes modificações urbanas na cidade do Recife. Entre eles podemos citar o médico Amaury de Medeiros e o engenheiro Saturnino de Brito. Ambos promoveram em Recife, contando com o respaldo dos governantes e da elite, modificações urbanas que ansiavam uma mudança de hábitos dos cidadãos (MOREIRA, 1995). Amaury de Medeiros trabalhou como médico na gestão do governador Sérgio Loreto (1922-1926) e via a função que iria assumir não apenas na esfera médica, receitando medicamentos aos pacientes enfermos. Seu raio de ação iria extrapolar as fronteiras do consultório e iria incidir sobre uma tentativa de controle sobre as classes populares, identificando quais medidas de cunho sanitário e profiláticas seriam úteis para sanar o que considerava o foco de todas as doenças, os hábitos dos mais pobres.

Amaury era o genro do governador de Pernambuco no período de 1922-1926. Neste período, contando com o respaldo e carta branca do governador para suas ações higienistas, empreende contra as classes populares uma concepção de corpo doente a ser medicado. Dessa forma, desejava “limpar” a cidade de todas as marcas de epidemias, doenças contagiosas e venéreas. Os discursos de Amaury de Medeiros eram veiculados nos jornais de grande circulação da capital pernambucana e continham um apelo de “guerra” contra a insalubridade e, por vezes, uma tentativa de catequizar os “infiéis”.

É verdade que não temos uma massa subterrânea em ebulição, mas, ‘uma massa de doentes e ignorantes, como afirmou uma vez o governador do Estado. Esta massa acabará por ter uma visão deformada de nossos princípios e se poderá movimentar, com todos os inconvenientes de sua ignorância e violência. (JORNAL DO COMÉRCIO, 1923, p. 15).

Amaury de Medeiros se formou no Rio de Janeiro, onde morou até o ano de 1922, quando veio a

Recife a convite de Sérgio Loreto assumir a diretoria de Saúde e Assistência do Recife (MOREIRA, 1995). Na capital pernambucana, gozou de prestígio e confiança por parte das elites urbanas. Com seu poder à frente da diretoria, demonstrava através de discursos e atos a forma enérgica com que tratava a questão da insalubridade que acometia o a cidade. Seu poder era tamanho que, acima da diretoria de higiene a qual era diretor, só devia explicações ao governador, Sérgio Loreto, que também era seu sogro.

Já o engenheiro sanitarista Saturnino de Brito, esteve em Recife de 1910 a 1917, e foi responsável pela grande obra sanitária da capital pernambucana até então, instalando uma extensa rede de esgoto e água encanada. Francisco Saturnino Rodrigues de Brito nasceu em 14 de julho de 1864, no município de Campos, no Rio de Janeiro, vindo a falecer em 10 de março de 1929, no Rio Grande do Sul, enquanto vistoriava obras de saneamento que ele projetara para algumas cidades daquele estado.

Pode-se encontrar em Saturnino de Brito uma visão globalizante do espaço urbano que repudiava operações de redesenho estético urbano em escala pontual que intervinham apenas em partes da cidade. Procurava, sim, planejar o conjunto da cidade adotando o planejamento como meio de garantir o desenvolvimento harmônico desta. Em seus projetos de saneamento sempre ressaltava a necessidade de previsão do crescimento das cidades [...]. Brito colocava como inadiável a obrigação de prever a expansão da rede sanitária e dos arruamentos, tanto no caso das cidades planas como no caso das cidades acidentadas. (MOREIRA, 1992, p. 18).

Diante dos fatos expostos, pode-se concluir que as modificações urbanas que ocorreram em Recife estavam atreladas não apenas a um ideal de beleza arquitetônica ligada à *Belle Époque* e às mudanças que ocorreram na Europa. As elites locais, além do desejo de rompimento com um passado que estava relacionado ao Império e ao escravismo, viam a necessidade de pôr a sua região na rota da modernidade, do belo. Tais discursos

trouxeram em seu bojo questões ligadas à higiene e, conseqüentemente, a uma perseguição àqueles que eram tidos como ameaças ao novo modelo de cidade que se almejava.

Notas

1 Hausmann propunha um embelezamento estratégico, onde as concepções arquitetônicas estariam atreladas às questões de segurança, dessa forma foram demolidas inúmeras pequenas vias estreitas oriundas do período medieval, substituindo-as por imensos jardins e parques. BENJAMIN, Walter. *Paris, a capital do século XIX*. In: Passagens.

2 Compartilho a visão de modernidade de Marshall, que em sua obra analisa a modernidade como um paradoxo entre ser revolucionário e conservador ao mesmo tempo, pois sente a segurança dos avanços técnico/científicos que foram alcançados, porém não possui domínio sob essas questões. Daí sua insegurança diante da imprevisibilidade do que não pode controlar. BERMAN, Marshall. *Tudo que é Sólido Desmancha no Ar*; São Paulo, Cia das Letras, 1988.

3 Sobre os problemas que as classes populares enfrentaram com as autoridades policiais na capital pernambucana, muito devido aos seus hábitos, que eram tidos pelas elites governamentais e os setores de segurança, como “indesejáveis”, ver mais: (LOPES, 2003).

4 Para Margareth Rago, uma das formas de combater os possíveis riscos que são atrelados às classes populares, é o combate à casa dita imunda, que para as elites são os focos de das epidemias, dos vícios e da insubordinação (RAGO, 1987).

5 Na concepção utilizada por Chalhoub, as classes perigosas têm sua grande parcela composta pelas classes populares, seus vícios e seus hábitos somam-se para dar “luz” aos malfeitores (CHALHOUB, 1996).

6 A teoria dos miasmas afirma que uma das formas de ter o ar e as águas em estado saudável, é limpando o espaço urbano preservando o ar e as águas dos odores originários da decomposição de matéria orgânica, das casas mal construídas e das pessoas com doença contagiosa (CORBIN, 1987).

7 As investidas do estado sobre a moradia operária não cessaram nas duas primeiras décadas do século XX, nos anos 30 e durante todo o período ditatorial do Estado Novo a casa operária foi centro das atenções do estado culminando com uma “cruzada” contra os mocambos implantados pelo então interventor Agamenon Magalhães (GOMINHO, 2007).

8 De acordo com RAGO (1991) a representação do que viria ser o baixo meretrício, enfatiza o aspecto de uma animalidade, de uma sexualidade que afronta a moral

burguesa. Seria então um mal a ser extirpado, uma vez que ameaçavam os esforços da elite em higienizar a cidade.

9 Sobre as nomenclaturas dadas às prostitutas, ver mais: SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa de. *Lazeres permitidos, prazeres proibidos: sociedade, cultura e lazer em Campina Grande (1945-1965)*; UFPE, Recife, 2002 – Doutorado em História.

Referências

ARRAIS, Raimundo. **O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX**. São Paulo: HUMANITAS/ FFLCH/USP, 2004.

BRESCIANI, M^a. Stella. **Londres e Paris no Século XIX: o espetáculo da Pobreza**. Coleção Tudo é História. São Paulo, Brasiliense, 1990.

COSTA, Lúcio. **Sobre arquitetura**. Porto Alegre: Centro de Estudantes Universitários de Arquitetura, 1962.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

FREITAS, Octavio. *A luta anti-tuberculosa em Pernambuco*. In: **Annaes do 1º Congresso Médico de Pernambuco**. Recife: Officina Typographica do Diario de Pernambuco, 1909.

LOPES, Gustavo Acioli. **A cruzada modernizante e os infieis no Recife, 1922-1926**. UFPE, 2003

MOREIRA, Fernando Diniz. **A formação do urbanismo moderno no Brasil: as concepções do engenheiro Saturnino de Brito**. Recife: UFPE, 1995.

PEREIRA, Tiago Francisco. **Habitação popular, reforma urbana e periferização no Recife, 1920-1945**. UFPE, 2013.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

REZENDE, Antonio Paulo de Moraes. **Cadernos de história: manifestações operárias e socialistas em Pernambuco**. Recife: UFPE, 1987.

ROSA, Ana Lúcia Gonçalves. **Passos cambaleantes, caminhos tortuosos: beber cachaça, prática social e masculinidade**- Recife/PE 1920-1930. Dissertação (Mestrado em Historia) – UFC/CE, 2003.

TEIXEIRA, Flávio Weinstein. *As cidades enquanto palco da modernidade*. Dissertação (Mestrado) – Recife, PPGH/UFPE, 1994.

_____. *Cenários de modernidade no Recife de princípios do século*. V **Seminário de história da cidade e do urbanismo**. Campinas: PUC, 2001.

Periódicos:

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **De uns e de outros**. Coluna assinada pelo jornalista Aníbal Fernandes. Recife, p. 3, 11 jan. 1921.

JORNAL DO COMMERCIO. Recife, 20 de abril de 1921. **Na polícia e nas ruas: pelos bons costumes**.

Arquivo público Jordão Emerenciano. Recife, Pernambuco, p. 4, 20 abr. 1921.

JORNAL DO COMMERCIO. Recife, Pernambuco, 7 de janeiro de 1923. Arquivo público Jordão Emerenciano.

JORNAL DO COMÉRCIO. Recife, Pernambuco, 16 de agosto de 1923. Arquivo público Jordão Emerenciano.

JORNAL PEQUENO. Recife, 3 de maio de 1921. Arquivo público Jordão Emerenciano. Recife-Pernambuco, p. 12, 3 maio 1921.

A PROVÍNCIA. Recife, Pernambuco, 25 de maio de 1902. Arquivo público Jordão Emerenciano.

Modelos agropecuários no oeste catarinense: dos povos tradicionais aos integrados das agroindústrias

*Agricultural models in western of Santa Catarina-Brazil: from
traditional people to integrated agroindustries*

Daniel Scheren da Cruz*
Sacha Arielle Branco**
Ivo Dickmann***

Palavras-chave:
Produção agropecuária
Caboclos
Descendentes europeus

Resumo: No referido estudo o objetivo central, será discorrer sobre o “desenvolvimento” do modelo de produção agropecuária da região Oeste do Estado de Santa Catarina. Sob efeito disto, torna-se necessário lançar a pesquisa, a qual foi realizada bibliograficamente, em direção ao povoamento ocorrido na região supracitada. Vão ser dados três enfoques ao povoamento e sua relação com os distintos modos de produção agropecuária. O primeiro enfoque será direcionado sobre os nativos desta terra, os quais já a povoavam muito antes da vinda dos europeus, e em seguida os caboclos, que eram de origem luso-brasileira. Por último a vinda dos descendentes de europeus com as suas técnicas de cultivo e formas de organização, assim como, a influência das empresas colonizadoras na divisão das terras. Outros dois pontos importantes são: o “desenvolvimento” do modelo agropecuário em nossa região sob a influência dos interesses do mercado neoliberal representado pela agroindústria, e as alternativas para a construção de um novo modelo agropecuário. Conclui-se que é possível estabelecer um novo modelo de produção na região de estudo, tendo em vista a diversidade de experiências que já fazem parte do histórico da economia solidária e da agroecologia no Oeste Catarinense.

Keywords:
Agricultural production
Caboclos
European descendants

Abstract: In this study, the central objective will be to discuss the “development” of the model of agricultural production in the Western Region of the State of Santa Catarina - Brazil. As a result, it is necessary to launch the research, which was carried out bibliographically, in the direction of the settlement occurring in the above-mentioned region. Three approaches will be given to settlement and its relation to the different modes of agricultural production. The first approach will be directed at the natives of this land, who already inhabited it long before the arrival of the Europeans, and then the caboclos, who were of Portuguese-Brazilian origin. Finally the coming of the descendants of Europeans with their cultivation techniques and forms of organization, as well as the influence of colonizing companies in the division of land. Two other important points are the “development” of the agricultural model in our region under the influence of the interests of the neoliberal market represented by the agroindustry, and the alternatives for the construction of a new agricultural model. It is concluded that it is possible to establish a new production model in the region of study, considering the diversity of experiences that are already part of the history of solidarity economy and agroecology in the West of Santa Catarina - Brazil.

Recebido em 13 de outubro de 2017. Aprovado em 27 de dezembro de 2017.

* Mestrando no PPG Interdisciplinar em Ciências Humanas pela Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. Licenciado em Ciências Sociais – UFFS. E-mail: <danielscherendacruz@yahoo.com.br>.

** Graduanda em Ciências Biológicas na Unochapecó, atua como estagiária no Herbário da Unochapecó. E-mail: <sachabranco@unochapeco.edu.br>.

*** Professor Titular do Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado, Unochapecó. Pós-doutorando em educação (Uninove). Doutor em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR, 2011-2015). Mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR, 2008-2010). Bacharel em Filosofia pelo Instituto Superior de Filosofia Berthier (IFIBE, 2005-2007). Aperfeiçoamento em Direitos Humanos (IFIBE). E-mail: <educador.ivo@unochapeco.edu.br>.

Introdução

A proposta deste artigo é fazer um resgate histórico, através de pesquisa em fontes bibliográficas da região oeste catarinense, com o olhar voltado para as diversas práticas na agropecuária levando em consideração as três fases de ocupação: indígena, cabocla e de colonização (POLI, 1995).

Como o povoamento do oeste catarinense, no primeiro momento não se deu com a colonização dos descendentes de europeus, mas sim com os povos tradicionais. Discorreremos brevemente sobre o modo de produção de alimentos dos Kaingang e dos Guarani usando como principal fonte a obra de Noelli (1999-2000).

Antes de falar sobre os descendentes de europeus, apresentaremos as atividades agropecuárias desenvolvidas pelos caboclos, além de mostrar que assim como os povos tradicionais, as atividades praticadas por eles na agricultura fugiam dos parâmetros de normalidade do modo de produzir do capitalismo.

Posterior a estas duas abordagens sobre os modelos de produção agropecuária, do indígena e do caboclo, é que entraremos na questão referente à colonização branca e sua maneira de fazer agropecuária tentando observar na história, e na divisão dos lotes de terras pelas companhias colonizadoras, as causas da atual organização fundiária na região, assim como o surgimento e o desenvolvimento das agroindústrias, algumas disfarçadas como cooperativas (DICKMANN; DICKMANN, 2015).

Através de uma concepção teórica e ideológica mostraremos dois rumos possíveis de serem seguidos. Um é voltado à concentração da produção e que interessa ao agronegócio, ao capitalismo. O outro rumo é como uma resposta às consequências geradas pelo atual modelo de produção e se orienta na agroecologia e na economia solidária.

Modelo agropecuário dos povos tradicionais

Como faremos uma abordagem histórica sobre os modelos agropecuários da região, nada

mais justo do que iniciar pelos povos que são os verdadeiros pioneiros do oeste catarinense, os indígenas. Ao mesmo tempo esta abordagem também servirá para desmistificar a visão que as pessoas geralmente possuem sobre os índios, rotulando-os como preguiçosos que vivem somente da caça, da pesca e da coleta.

Essa visão de que os índios são preguiçosos, pode facilmente ser desmentida pelo trabalho antropológico feito por Pierre Clusters (1988). Nesta obra ele mostra que os povos chamados de primitivos não desenvolvem o Estado, pois no meio de sua convivência social não existem dispositivos para tal. Ao argumentar sobre isso, ele discorre desde a economia até a figura do chefe das sociedades primitivas, porém, o que nos interessa aqui é a questão da economia referente ao trabalho.

Segundo Clusters (1988), os indígenas trabalhavam muito pouco por dia, o suficiente para terem o que comer. Isso mostra que eles tinham uma economia de subsistência, que leva algumas pessoas a pensarem que esses povos trabalhavam o dia inteiro para apenas sobreviver como animais. Aí elas entram em contradição, ou são preguiçosos ou trabalham o dia inteiro, e se trabalhavam o dia inteiro, então, não são preguiçosos. Na verdade, Clusters mostra que eles não trabalhavam mais, pois não necessitavam, e o pouco que trabalhavam, além de ser suficiente para o sustento de todos na aldeia, produzia um pouco de excedente que não era comercializado, mas sim usado para celebrações, visita de estrangeiros ou em períodos de escassez.

Dentre os grupos tradicionais que habitaram o oeste iremos nos restringir aos Kaingang e aos Guarani, pois foram essas culturas indígenas que além de terem desenvolvido práticas agrícolas, tiveram maior relevância, se assim podemos dizer, no povoamento da região.

Povo Kaingang

Segundo Noelli (1999-2000) os Kaingang, a exemplo dos Xokleng, são descendentes da matriz cultural Macro-Jê e oriundos da atual região centro-oeste do Brasil.

Tinham pelo menos quatro formas de assentamento, eram eles: abrigo, céu aberto, sambaquis e casas subterrâneas.

Os ditos homens brancos se utilizaram de um falso nomadismo tradicional dos Kaingang como justificativa para requererem as terras. Porém, este nomadismo se deu a partir de pressões do povo Guarani e posteriormente dos próprios brancos. Um exemplo disto é a mudança ocorrida na sua cultura material. Com a constante investida dos colonizadores eles largaram o hábito de construir casas subterrâneas, o que pode ser constatado em estudos arqueológicos, pois tinham que migrar constantemente. Ou seja, o nomadismo não era tradicional, mas sim forçado.

Outra evidência sobre o seu falso nomadismo tradicional é a de que, além de eles obterem os seus alimentos através da caça, da pesca e da coleta, também desenvolveram a agricultura “[...] desenvolviam tecnologias típicas de cultivo em clareiras na floresta e em outros lugares [...]” (NOELLI, 1999-2000, p. 247) desenvolvendo, também, o manejo agroflorestal com as araucárias de onde extraíam o pinhão, um dos principais componentes de sua dieta alimentar (BITENCOURT; KRAUSPENHAR, 2006; IRIARTE; BEHLING, 2007).

Na agricultura Kaingang se cultivava principalmente a mandioca, a batata doce, a batata “inglesa”, o cará, o milho, o feijão e o amendoim.

Os Guarani

Os Guarani são descendentes da matriz cultural Tupi-Guarani da região amazônica. Este povo chegou até nossa região através de uma migração que durou centenas de anos, porém, eles não eram nômades, pelo contrário, tinham certa predisposição sedentária, tanto que esta migração acontecia somente quando as aldeias aumentavam o seu contingente populacional se tornando necessária a saída de alguns membros para fundar uma aldeia nova em outro lugar.

A migração relatada no parágrafo acima evidencia pelo menos dois fatos a se refletir: 1) O perfil guerreiro dos Guarani, evidenciado pela migração da região amazônica até a região oeste

catarinense, ocupando vários outros lugares pelo caminho, os quais já eram habitados tendo que conquistá-los para poder povoá-los; 2) O fato de encontrar-se algumas plantas oriundas da Amazônia em outras regiões habitadas pelo povo Guarani, pois eles levavam consigo uma espécie de “kit” com plantas diversas (SCHMITZ; FERRASO, 2011; MILHEIRA, 2010).

Esta última reflexão evidencia que os Guarani faziam certo manejo agroflorestal, o qual Noelli (1999-2000, p. 249) apresenta da seguinte maneira:

Seu sistema de manejo agroflorestal certamente contribuiu para a ampliação da biodiversidade das comunidades vegetais das regiões onde se instalavam, uma vez que em vários pontos do Sul do Brasil há espécies nativas de outras regiões, como a própria Amazônia, Centro-Oeste do Brasil, Chaco, Andes e Pampa. O manejo era feito no interior de cada teko`á, o território de domínio de cada assentamento, entrecortado por trilhas que interligavam as aldeias e estas às roças, áreas de coleta, pesqueiros, áreas de caça etc. Uma vez que as aldeias formavam conjuntos unidos politicamente por meio de alianças regionais, além dos laços de parentesco, havia um sistema de troca de mudas e sementes como ocorre entre vários com o mesmo tipo de sistema agroflorestal, garantindo a disseminação de espécies entre os teko`á..

Esta citação deixa claro que assim como os Kaingang, os Guarani também eram agricultores tendo a caça, a coleta e a pesca apenas como uma atividade complementar. O modo de cultivar e a organização das roças dos Guarani, demonstra que eles cultivavam em diversos locais, considerando as taxas variáveis de clima, umidade, tipos de solo, etc. Além da roça instalada em clareiras nas matas, plantavam: 1) junto às casas, dentro do perímetro da aldeia, formando pomares, hortas medicinais e de plantas para matéria-prima; 2) trilhas que ligam aldeias e roças entre si; 3) pequenas clareiras ao lado das trilhas; 4) locais onde encontravam clareiras naturais ou onde derrubavam árvores para coleta de madeira, mel ou insetos; 5) micronichos

especiais; 6) criavam e ampliavam comunidades de uma espécie predominante, como os ervais de mate (*Ilex*), palmitais (*Euterpe*), pinheirais (*Araucaria*), entre várias outras (NOELLI, 1999-2000, p. 249-254).

As principais culturas cultivadas pelos Guarani eram: mandioca, batata doce, batata “inglesa”, cará, mangarito, araruta, batatinha, milho, feijão, amaranto, quina, amendoim, feijão guandu, fava de rama e lágrima de nossa senhora. É importante ressaltar também que estes povos preferiam habitar terras nas proximidades de grandes rios, no nosso caso os rios Uruguai e Iguauçu e a foz do rio Chapecó.

Modelo agropecuário dos caboclos

Primeiramente é importante situar de quem estamos falando e para isso utilizamos uma passagem de Poli (1995, p. 100) que diz: “Basicamente, pois, o caboclo é conceituado como luso-brasileiro, e sua condição fundamental de reconhecimento é ser pobre e viver toscamente.” Ou seja, além da questão étnica de miscigenação entre portugueses e índios ou africanos, o caboclo também pode ser rotulado pela sua situação econômica, visto que ao conseguirem melhorar de vida já não eram chamados mais de caboclos.

A cultura dos caboclos, embora seja muitas vezes esquecida, é muito rica, e na maneira de manejar os recursos naturais e desenvolver suas práticas agropecuárias não é diferente. Tinham em sua base alimentar produtos provenientes de suas roças, da caça, dentre outros.

Embora, por demasiado, ocultado na história da região, o caboclo desempenhou um papel fundamental para o desenvolvimento do oeste catarinense. O caboclo participou de várias atividades econômicas que antecederam a estrutura atual, sempre com o trabalho mais pesado. Estava presente nas tropas, na extração de erva-mate e no período das balsas.

Alguns hábitos caboclos na lida com a terra

Segundo o Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina – CEOM, os caboclos dividiam as

terras em terras de criar e terras de plantar. As terras de criar geralmente ficavam próximas da residência e tinham uma área com água e sombra das árvores abundantes para usufruto dos animais. Os porcos, por exemplo, eram criados em “[...] mangueirões de duas quartas. A base da alimentação eram frutos silvestres e também abóbora, batata doce, milho e mandioca. No inverno os porcos eram conduzidos para os pinheirais devido à abundância de pinhões.” (CEOM, 2008, p. 29).

Já as terras de plantar ficavam mais longe das de criar, motivo pelo qual os animais criados soltos não danificavam a lavoura. Nessas áreas os caboclos utilizavam o “[...] fogo, para o desmatamento, que também tinha função fertilizante [cinzas] e limitadora do desenvolvimento de ervas daninhas.” (WOLOSZYN, 2005). As terras de plantar eram utilizadas uma ou duas vezes e em seguida se utilizavam de uma nova área enquanto a primeira ficava em repouso. “Essa técnica agrícola de derrubada e queimada, denominada, também, de ‘coivara’, era praticada tradicionalmente pelas populações horticultoras tupi-guarani, de quem os caboclos tomaram de empréstimo.” (WOLOSZYN, 2005).

As culturas mais cultivadas pelos caboclos eram o amendoim, a abóbora, o arroz, a banana, o feijão, a melancia, a mandioca e o milho, além do manejo da erva-mate. Alguns desses produtos eram trocados em estabelecimentos comerciais, bodegas, “[...] por sal, bebidas, querosene, pólvora, instrumentos de trabalho etc.” (WOLOSZYN, 2005).

Para trabalhar a terra eram usados instrumentos como o xaxo, a foice, o machado e a enxada. O xaxo era o mais usado e consistia em um “[...] pedaço de metal preso numa madeira cilíndrica, que servia para fazer as covas, nas quais eram depositadas as sementes.” (CEOM, 2008, p. 21).

Modelo agropecuário dos colonizadores

Ao falar sobre os colonizadores do oeste catarinense, neste caso, estamos falando de descendentes de alemães, italianos, poloneses, dentre outros povos europeus, oriundos das colônias do Rio Grande do Sul.

Esta colonização gerou muitos conflitos e impasses pelo motivo de existir nessas terras outras pessoas que já a cultivavam e nela residiam. Eram os caboclos e alguns grupos indígenas.

O processo de colonização se deu a partir de um interesse do governo do estado de ocupar a área e desenvolvê-la. Isso ocorreu com o próprio governo dando a concessão de terras, chamadas devolutas, para algumas empresas colonizadoras.

Um aspecto importante, e que aparecerá em outro momento neste artigo, é a mentalidade dos descendentes europeus, que divergia da mentalidade dos caboclos e dos povos tradicionais. Esta forma de pensar e se organizar do homem branco foi fundamental para estruturar a economia atual da região.

Woloszyn (2005) retrata da seguinte maneira a relação dos primeiros colonizadores com o novo habitat:

Para fazer as roças, cortavam-se as árvores maiores com o machado, e as menores, assim como o capim, com foice. Queimavam a mata derrubada e o terreno estava pronto para plantar. Cultivava-se arroz, batata, feijão, mandioca, milho, trigo e outros produtos, que serviam como alimento básico para a família. O excedente era comercializado. Destaque-se que, por determinações geoecológicas profundas, os métodos produtivos e os gêneros plantados pelos colonos pioneiros eram muito parecidos aos dos caboclos, dos quais haviam sido em boa parte, adquiridos. Além da atividade agrícola, destacou-se também a pecuária – especialmente bovina e suína, ainda que, em geral, insuficiente para uma rica adubação dos terrenos.

Dentro deste processo de desenvolvimento de um novo modelo agropecuário acreditamos ser importante compreender algumas coisas como a distribuição das terras pelas colonizadoras, o surgimento das agroindústrias, dentre outros fatores os quais serão abordados na sequência deste artigo.

Transição de modelo agropecuário através de uma concepção ideológica

Elencamos um subitem para falar especialmente sobre isso, pois consideramos importante para a compreensão da crítica que faremos no final do trabalho.

O modo de produzir alimentos dos povos tradicionais, como vimos acima sob a luz de Pierre Clusters (1988), é pautado em uma cultura de subsistência onde produzem para sua aldeia e não visam excedentes, até porque não existe essa necessidade, sendo que eles não possuem mercados para comercializá-los tendo em vista o lucro. Ou seja, possuíam uma lógica de organização produtiva distinta do europeu.

O modelo caboclo, assim como o indígena, também era de subsistência não tendo a ideia de lucro e acumulação de riqueza.

Já a mentalidade dos descendentes europeus está embasada em uma cosmovisão liberal. Para Guareschi (2004), uma cosmovisão abrange pelo menos quatro dimensões, são elas: visões de ser humano; filosofia (valores); tipo de sociedade; e comportamentos, relações. O que nos interessa no momento é a dimensão referente ao tipo de sociedade que no caso da cosmovisão liberal é a sociedade capitalista, mesmo sabendo que todas elas estão articuladas dialeticamente.

O capitalismo é o modo de produção no qual nossa sociedade está estruturada. É também o contexto no qual viviam os primeiros colonos europeus antes de chegarem ao Brasil, nas colônias do Rio Grande do Sul. Com isto, mesmo que inconsciente, os descendentes europeus que colonizaram o oeste catarinense também desenvolveram essa mentalidade, pois acreditamos que um sujeito é constituído como tal por causa do meio cultural no qual ele foi criado.

Aí é que se encontra, a nosso ver, o ponto de transição, no campo ideológico, de um modelo agrário de subsistência para um de acumulação. Porém, outros fatores somados a este contribuíram para esta transição, dentre eles: as companhias colonizadoras e a divisão de terras; os clubes 4-S; revolução verde; e as agroindústrias.

Influência das colonizadoras nas divisões de terras: minifúndio e agricultura familiar

A ação das colonizadoras no oeste catarinense foi uma tentativa de expansão do capitalismo, pois a colonização se deu a partir de grupos de empresários interessados em lucrar com a venda das madeiras e das terras. Várias foram as colonizadoras que atuaram na região, algumas pegando extensões de terra diretamente com o governo de Santa Catarina e outras indiretamente através da Brazil Development e Colonization, empresa ligada a Brazil Railway, e que obteve um bom lucro neste processo (WERLANG, 1995, p. 10).

O governo catarinense desejava a implantação de “[...] pequena e média propriedade, dependendo da atividade a que se destinasse [...]”, sendo que a grande maioria das terras foram demarcadas em pequenas propriedades com lotes de 20 a 35 hectares, e a “[...] adoção dessa política deu-se em função do relevo acidentado, coberto de mata, que não interessava ao latifundiário.” (WERLANG, 1995, p. 11).

A Cia. Sul Brasil foi umas das principais a demarcar as terras tendo em vista as pequenas propriedades. Isto ocorreu muito em fato, também, de Carlos Culmey, diretor-gerente da colonizadora, ter certa aversão aos latifundiários. Werlang (1995, p. 15) relata que: “Para ele não interessavam os lucros imediatos, os quais [...] só seriam possíveis com a implantação de latifúndios do qual se dizia inimigo.” O fato provocou divergências entre Culmey e os empresários da Companhia pois estes queriam lucros imediatos a partir da simples venda das terras.

A divisão de terras no oeste de Santa Catarina da forma que ocorreu proporcionando com que aqui tivesse uma estrutura minifundista, ocasionou o desenvolvimento da agricultura familiar que posteriormente foi integrada a agroindústria. (SILVESTRO, 1995; PLEIN, 2005; PERTILE, 2011).

Influência dos Clubes 4-S e a Implantação do Pacote da Revolução Verde

Os clubes 4-S (saber, sentir, saúde e servir) no Brasil tem origem nos clubes 4-H dos Estados Unidos e foi implantado em nosso estado “[...] pela ACARESC (Associação de Crédito e Extensão Rural de Santa Catarina), órgão responsável pela implantação e desenvolvimento da Extensão Rural no estado [...]” e tendo em vista a “[...] preocupação com a constituição de um novo jovem rural em Santa Catarina.” (SILVA, 2011, p. 38). Como os agricultores de certa forma tinham receio em aderir os novos métodos, a solução encontrada foi fazer com que eles experienciassem por si mesmos, através do clube 4-S, os resultados do trabalho desenvolvido na tentativa de mostrar que eles teriam maior rentabilidade.

Para Silva (2011, p. 44), os clubes 4-S na região serviram para contrapor o modelo praticado até então:

Os conhecimentos agrícolas tradicionais, voltados principalmente para práticas de agricultura extensiva (agricultura itinerante, pautada principalmente nas queimadas) e de subsistência, foram deslegitimados sistematicamente, enquanto os insumos considerados modernos, científicos, foram gradualmente inseridos no cotidiano dos produtores rurais.

Desta maneira os clubes 4-S também serviram como válvula de escape para o pacote verde originário da Revolução Verde que consistia na comercialização dos restos químicos provenientes da Segunda Guerra Mundial.

Porém, sabe-se que estes insumos químicos, como os agrotóxicos, podem causar complicações na saúde humana, além de poluírem o solo e a água, e que os adubos químicos em longo prazo podem danificar o solo e incapacitar a sua produtividade (FERNANDES; STUANI, 2015).

Avanço capitalista através das agroindústrias

Devido vários fatores, o oeste catarinense se tornou um lugar propício para o avanço dos interesses neoliberais representados pela agroindústria e/ou agronegócio. Já foi citado acima a concepção ideológica dos colonizadores, o minifúndio com uma agricultura familiar articulada e a influência dos clubes 4-S na forma de produzir introduzindo insumos oriundos da Revolução Verde.

Por exemplo, o seguinte trecho pode ser usado para relacionar a atuação dos clubes 4-S e as agroindústrias:

No início da década de 1970, o êxodo rural atende aos interesses do desenvolvimentismo, da agroindústria, com a industrialização e urbanização. O que fundamenta as práticas governamentais neste período é que alguns jovens permaneçam no campo, o suficiente para realizar atividades como dirigir tratores, pulverizar as plantações de sementes híbridas com agrotóxicos e criar animais selecionados para as agroindústrias. (SILVA, 2011, p. 45).

Segundo Alves e Mattei (2006, p. 14), a relação existente entre os agricultores e as agroindústrias se dá em um sistema de integração no qual a Sadia Concórdia é pioneira. Estes autores apresentam a estrutura de relação entre as partes envolvidas na integração como sendo:

[...] comparada às modernas organizações flexíveis, em que a planta principal transfere para os demais elos da cadeia os principais riscos envolvidos no processo produtivo, bem como uma importante soma de encargos sociais e trabalhistas. Porém, centralizando os elos que envolvem maior agregação de valor, destacando-se o processamento industrial e a comercialização. (ALVES; MATTEI, 2006, p. 14).

O setor agroindustrial no oeste passou por várias etapas até que por volta do início da década de 1980 começou a ser reestruturado. Com isso, o ciclo completo de produção foi descentralizado.

Por exemplo, se antes um produtor tinha em sua propriedade o ciclo completo, com a reestruturação passa a ter somente uma parte do ciclo, enquanto outro produtor abriga outra parte do ciclo. Por exemplo: Lactação e terminação no caso da suinocultura; a produção de matrizes e o processo de engorda no caso do frango na avicultura.

Conjuntura atual

No contexto atual, observam-se alguns acontecimentos que podem acarretar um aprofundamento da tendência neoliberal nos campos oestinos, o que teoricamente seria ruim para os camponeses e as pequenas propriedades rurais. Dentre essas possibilidades que se apresentam no horizonte das transformações do trabalho rural, está a tentativa progressiva de ampliação da produção agrícola em larga escala de concentrar setores como a suinocultura, a avicultura e a bovinocultura de leite, em grandes propriedades rurais – que caso se efetive, vai prejudicar os camponeses.

Esta concentração tem a tendência de ocorrer gradativamente através dos anos e acontece graças a uma política de financiamentos, na qual o agricultor é praticamente forçado a aderir, caso contrário, não acompanhando as exigências não poderá vender o fruto de seu trabalho. Além disso, fica cada vez mais amarrado à empresa na qual está integrado.

Outro fator contributivo e que leva o agricultor a fazer financiamentos, e até mesmo excluí-lo do mercado, pode ser encontrado em uma passagem do trabalho de Alves e Mattei (2006, p. 15), que diz: “A necessidade de aumentar as escalas produtivas para atender as especificações das empresas integradoras também pode ser caracterizada como uma forma de excluir alguns estabelecimentos menos capitalizados do processo produtivo”.

Este afinilamento na produção agrária contribui para os interesses da agroindústria, pois assim esta conseguiria pagar um valor razoável para quem produz e teria um crescimento considerável na quantia de mão de obra barata na cidade, para os seus frigoríficos, resultante do êxodo

rural (SILVESTRO, 2001; SPANEVELLO, 2008; STROPASSOLAS, 2011).

Isto pode ser explicado pela Teoria da Localização da Indústria do economista Alfred Weber. Este propõe a redução dos custos da indústria a partir de sua localização relacionada às questões relativas a transporte, distância das matérias-primas e mercado consumidor, a oferta de mão de obra, e as aglomerações. Segundo Kusbick e Tartas (2015), esta teoria contribui para entendermos a implantação e desenvolvimento da agroindústria na região oeste catarinense, visto que os agricultores familiares e camponeses dessa região são considerados mão de obra qualificada para esse trabalho específico, tanto na propriedade rural como na agroindústria – quando do êxodo para as periferias das cidades da região.

O mesmo exemplo pode ser utilizado na produção da suinocultura no estado de Goiás. Os custos com o transporte dos grãos, dos suínos e do produto final ao mercado consumidor, entre outros fatores, apontam o estado supracitado como um ótimo local para a instalação das abatedoras de suínos. Este mesmo contexto apresenta-se no oeste catarinense evidenciando o debate realizado neste artigo (KUSBICK; TARTAS, 2015; LOPES; CAIXETA FILHO, 2000).

O contexto de produção da avicultura também pode ser observado em nossa região. Os diversos fatores estudados pela Teoria da Localização da Indústria que foram aplicados na produção da suinocultura, no parágrafo anterior, também podem ser aplicados na avicultura. Os fluxos migratórios e o aumento populacional, os investimentos públicos, e as políticas de proteção e incentivo à agroindústria, e o processo de acumulação, permitiram que Chapecó se colocasse como referência de uma região que possui empresas presentes entre as maiores produtoras e exportadoras de carne de ave (KUSBICK; TARTAS, 2015; RECHE; SUGAI, 2008).

Esse cenário favorável de mão de obra e trabalho, logística e transporte, não considera os impactos socioambientais relativos a esse modelo, especialmente no que tange a falta de qualidade de vida dos empregados das agroindústrias (tanto

no campo como na cidade), a partir de baixas remunerações por um trabalho constante, sem folgas, feriados, devido à necessidade diária de alimentação dos animais. Outro aspecto a considerar é a acumulação do capital resultado desse trabalho nas mãos dos acionistas das agroindústrias privadas (gerador de grandes fortunas) e da dificuldade das agroindústrias cooperativas de distribuir as sobras entre os agricultores cooperados (o que destoa dos grandes salários pagos à direção das cooperativas e federações, entre outros benefícios).

Considerações Finais

Até aqui já foram apresentados os três levantes distintos do povoamento da região oeste catarinense e seus respectivos modelos agrários, sendo o modo de produzir dos povos tradicionais e dos caboclos pautados em uma agropecuária de subsistência e o dos descendentes de europeus, o que tinha em vista a produção de um número considerável de excedentes para posterior comercialização e obtenção de lucros.

Analisando ambos os modelos, pode-se perceber que é equivocado dizer que o jeito de produzir dos povos tradicionais e dos caboclos não causavam impactos na natureza, porém, o modo dos colonizadores de lidar com a terra, principalmente com o avanço do agronegócio, resulta em muito mais danos ao meio ambiente e de maneira mais acentuada: os agrotóxicos, a monocultura extensiva, o desmatamento e a desertificação (PESSOA; RIGOTTO, 2012; FIRMINO; FONSECA, 2008).

Podemos citar como alguns exemplos de deterioração dos recursos naturais, a prática usada pelos primeiros colonizadores de arar a terra, a utilização intensiva de insumos químicos para a lavoura, o código florestal vigente, entre alguns outros.

A técnica de arar trazida para o Brasil pelos descendentes europeus foi um fator que contribuiu para o empobrecimento do solo de nossa região. Era bastante usada, pois, tinha-se a ideia de que afofava a terra e a preparava para o plantio, contudo, esta prática era comum no continente europeu no inverno sendo utilizada para remover

o gelo que pairava em cima da terra a ser cultivada (NICOLODI, 2007).

O empobrecimento do solo se dá porque o arado, ao movê-la, traz os micro-organismos anaeróbicos responsáveis pelo desenvolvimento da planta para a superfície e soterra os microrganismos aeróbicos, os quais também contribuem para o crescimento da planta. Assim, ambos os micro-organismos morrem, e como eles é que desempenham o papel de levar até as plantas os nutrientes como o nitrogênio, o solo fica com um baixo nível de produtividade.

Falando um pouco sobre os insumos químicos destacamos o adubo químico e os agrotóxicos. A adubação química, assim como a orgânica e a verde, é utilizada com o intuito de repor nutrientes na terra que em alguns casos estão em falta por decorrência do manejo inadequado do solo como quando na utilização do arado, como citado acima.

Em curto prazo, a utilização da adubação química até pode dar certo, todavia, a consequência decorrente de seu uso em longo prazo vai acarretar uma infertilização do solo, que se não diagnosticada de imediato, se torna irreversível, iniciando um processo de desertificação.

Os agrotóxicos são utilizados com o objetivo de eliminar as pragas e as doenças que assolam as culturas na lavoura. Entretanto, a sua aplicação resulta em vários malefícios para a natureza. Polui o solo que germina a semente que servirá de alimento, polui a água que ingerimos e, conseqüentemente, intoxica o nosso organismo, sendo um dos atuais, e principais, causadores de câncer (GASPARINI; VIEIRA, 2010).

Para mudar todo este quadro é preciso trocar as relações que dão base para ele. Com isso, toda a estrutura mudaria. Outro caminho que consideramos provável, devido a atual conjuntura, é a criação de dispositivos que venham a contribuir para a ruptura com o grande capital, como a agroecologia, os empreendimentos da economia solidária e consumo local na perspectiva do comércio justo.

Uma produção agroecológica que não causa danos ao meio ambiente, saudável e organizada

em uma economia solidária, a qual possibilita o agricultor ser dono da riqueza que ele produz e atendendo as demandas do consumo local é, a nosso ver, uma boa alternativa para que os agricultores da região oeste de Santa Catarina possam romper com o agronegócio e seu modelo de agricultura convencional trazendo dignidade para a vida no campo e contribuindo para a diminuição do êxodo rural.

Neste sentido, na conjuntura atual, poder-se-ia buscar nos saberes tradicionais indígenas, especialmente no que se refere ao modo de produção de subsistência, subsídios para um modelo de práticas agroecológicas e de economia baseada na solidariedade, bem como nas práticas dos caboclos que tinham uma relação sustentável com a terra. Embora não se negue que os colonizadores acoplaram aqui um modelo capitalista de gestão de propriedade, oriundo de seus antecedentes europeus, a divisão em pequenos lotes têm o potencial de criar um dispositivo contra hegemônico de produção na perspectiva da economia solidária.

Portanto, isto demonstra que a economia solidária e a agroecologia apresentam-se como alternativa ao modelo agroindustrial integrador, colocando-se como uma possibilidade concreta de modo de vida e de produção.

Referências

ALVES, P. A.; MATTEI, L. F. **Migrações no oeste catarinense: história e elementos explicativos**. XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu-MG, 18-22 de setembro, 2006. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_598.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2016.

BITENCOURT, A. L. V.; KRAUSPENHAR, P. M. Possible prehistoric anthropogenic effect on *Araucaria angustifolia* (Bert.) O. Kuntze expansion during the late Holocene. **Revista Brasileira de Paleontologia**, v. 9, n. 1, p. 109-116, 2006.

CENTRO DE MEMÓRIA DO OESTE DE SANTA CATARINA. **Inventário da cultura imaterial**

- cabocla no oeste de Santa Catarina.** Chapecó: Argos, 2008.
- CLASTERS, P. **A sociedade contra o Estado.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- DICKMANN, I.; DICKMANN, I. Cooperativa habitacional autogestionária: construindo alternativas coletivas. In: DICKMANN, Ivo; DICKMANN, Ivanio (Orgs.). **A questão da habitação popular.** Curitiba: Base Editorial; IBEP, 2015. p. 175-190.
- FERNANDES, C. S.; STUANI, G. M. Agrotóxicos no ensino de Ciências: uma pesquisa na Educação do Campo. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 40, n. 3, p. 745-762, jul./set. 2015.
- FIRMINO, R. G.; FONSECA, M. B.; **Uma discussão sobre os impactos ambientais causados pela expansão da agricultura:** a produção de biocombustíveis no Brasil. IV ENAMPAS, Brasília, junho de 2008. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT4-795-675-20080510155652.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2016
- GASPARINI, M. F.; VIEIRA, P. F. A (in)visibilidade social da poluição por agrotóxicos nas práticas de rizicultura irrigada: síntese de um estudo de percepção de risco em comunidades sediadas na zona costeira de Santa Catarina. **Revista de Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 21, p. 115-127, jan./jun. 2010.
- GUARESCHI, P. A. **Sociologia Crítica:** alternativas de mudança. 55 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- IRIARTE, J.; BEHLING, H. The expansion of Araucaria Forest in the southern Brazilian highlands during the last 4000 years and its implications of the Taquara/Itararé Tradition. **Environmental Archaeology**, v. 12, n. 2, p. 115-127, 2007.
- KUSBICK, F. A.; TARTAS, R. L. Fatores que influenciaram a implantação e desenvolvimento da agroindústria sob a ótica de Afred Weber: o caso do oeste catarinense. **Cadernos de Economia**, Chapecó, v. 19, n. 35, p. 47-64, jan./jun. 2015.
- LOPES, R. L.; CAIXETA FILHO, J. V. Suinocultura no Estado de Goiás: aplicação de um modelo de localização. **Pesquisa Operacional**, v. 20, n. 2, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pope/v20n2/11235.pdf>>. Acesso em: 24 dez. 2017.
- MILHEIRA, R. G. **Arqueologia Guarani no litoral sul-catarinense:** história e território. 2010. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- NICOLDI, M. **Evolução da noção da fertilidade e sua percepção como uma propriedade emergente do solo.** 2007. Tese (Doutorado em ciências do Solo) – Programa de Pós-Graduação em Ciências do Solo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2007.
- NOELLI, F. S. A ocupação humana na Região Sul do Brasil: arqueologia, debates e perspectivas 1987-2000. **Revista USP**, São Paulo, n. 44, p. 218-269, dez./fev. 1999-2000.
- PERTILE, N. O capital agroindustrial catarinense e o Estado. **GeoTextos**, v. 17, n. 1, p. 13-30, jul. 2011.
- PESSOA, M. V.; RIGOTTO, R. M.; Agronegócio: geração de desigualdades sociais, impactos no modo de vida e novas necessidades de saúde nos trabalhadores rurais. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 37, jun. 2012.
- PLEIN, C. A formação da agricultura familiar no Oeste de Santa Catarina: o caso das colônias Porto Feliz e Porto Novo. **Revista Faz Ciência**, v. 7, n. 1, p. 79-102, 2005.
- POLI, J. Caboclo: pioneirismo e marginalização. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, v. 10, n. 1-8, p. 71-110, 1995.
- RECHE, D.; SUGAI, M. I. A influência do capital agroindustrial na distribuição socioespacial urbana do município de Chapecó no sul do Brasil. In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, Barcelona, 10. **Anais...** Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008. Disponível

em: <<http://www.ub.edu/geocrit/-xcol/257.htm>>. Acesso em: 24 dez. 2017.

SCHMITZ, P. I.; FERRASSO, S. Caça, pesca e coleta de uma aldeia guarani. In: CARBONERA, M.; SCHMITZ, P. I. (Orgs.). **Antes do este catarinense: arqueologia dos povos indígenas**. Chapecó: Argos, 2011, p. 139-166.

SILVA, C. M. “Uma contribuição para sua comunidade e da Pátria”: juventude rural e Clubes 4-S durante a ditadura militar no Oeste de Santa Catarina (1970-1985). **Cadernos do CEOM**, Chapecó, v. 23, n. 33, p. 37-66, 2010.

SILVESTRO, M. L. **As transformações da agricultura família e estratégias de reprodução: o caso do Oeste**. 1995. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais e Desenvolvimento Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.

SILVESTRO, M. L. et al. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: EPAGRI; Brasília: NEAD/MDA, 2001.

SPANVELLO, R. M. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. 2008. Tese (Doutor em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, UFRGS, Rio Grande do Sul. 2008.

STROPASOLAS, V. L. Os desafios da sucessão geracional na agricultura familiar. **Agriculturas**, v. 8, n. 1, 2011.

WOLOSZYN, N. **Em busca da terra: colonização e exploração de madeiras no oeste catarinense**. Mimeo. 2005. Disponível em: <<http://www.portouniaodavitoria.com.br/contestado/em-busca-da-terra-coloniza%C3%A7%C3%A3o-e-explora%C3%A7%C3%A3o-de-madeiras-no-oeste-catarinense/>>. Acesso em: 30 nov. 2016.

WERLANG, A. A. Processo de colonização no oeste de Santa Catarina: atuação da Cia. Territorial Sul Brasil. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, ano 9, n. 9, p. 9-46, jul. 1995.

O venturoso sumo de limão: orientações voltadas ao tratamento do cólera no semanário *O Araripe* em meados do oitocentos

The fortunate lemon juice: guidelines to the cholera treatment published on the weekly O Araripe newspaper in the middle of the 18th century

Jucieldo Ferreira Alexandre*

Palavras-chave:
Cólera
Imprensa
Tratamentos médicos

Resumo: Este artigo analisa as orientações e receitas publicadas no jornal *O Araripe* – órgão impresso no interior do Ceará em meados do século XIX – a respeito do cólera-morbo. A infinidade de textos veiculados pelo jornal aponta para as divisões da medicina do período e para os usos de remédios feitos à base de ervas, frutas e outros produtos populares, demonstrando a circularidade de saberes que permeou a conjuntura epidêmica.

Keywords:
Cholera
The press
Medical treatments

Abstract: This article analyzes guidelines and recipes published on the *O Araripe* newspaper – printed periodical inside Ceará in the middle of the 19th century – about cholera morbus. The infinity of texts propagating by newspaper point to the medicine's divisions of the period and to the uses of remedies made of herbs, fruits and other popular products, demonstrating the circularity of knowledge that permeated the epidemic conjuncture.

Recebido em 7 de outubro de 2017. Aprovado em 21 de dezembro de 2017.

Introdução

Em maio de 1855, o cólera-morbo atingiu o Brasil. O foco inicial de contaminação foi o Pará, mas logo a doença espalhou-se para outros pontos do Império, matando cerca de duzentos mil pessoas entre 1855 e 1856, das quais cerca de cento e trinta mil habitavam as províncias do Norte (DINIZ, 2011). No mesmo ano da chegada do cólera, saiu a público o semanário *O Araripe*. Impresso em Crato, sul do Ceará, o jornal estava intrinsecamente ligado ao contexto histórico vivenciado à época pelo lugar e aos interesses de segmentos das elites locais: profissionais liberais, proprietários de terra e comerciantes ligados ao Partido Liberal em busca de legitimação político-social.

Entre 1855 e 1865, excetuando os textos dedicados às contendas políticas – nos quais conservadores e liberais se atacavam –, nenhum tema obteve tanto espaço n' *O Araripe* como o cólera.

Nele divulgou-se a marcha da “peste”, as localidades atacadas, o número de vítimas, os problemas de abastecimento, indicou-se remédios em voga e orações tidas como profiláticas, entre outros textos relacionados ao assunto.

O espaço ocupado pelo cólera no semanário aponta para a historicidade das doenças. Para Claudine Herzlich, por ser evento ameaçador e modificar a vida das pessoas e o equilíbrio social coletivo, a doença sempre propicia “uma necessidade de discurso, a necessidade de uma interpretação complexa e contínua da sociedade inteira” (HERZLICH, 2005). Ante a força mortal da doença, especialmente de uma epidemia, diferentes grupos sociais podem tecer diversas formas de explicar e combater o fenômeno, produzindo leituras particulares sobre a sociedade na qual estão inseridos.

Em época tão complexa e tensa – como a da aproximação do cólera em relação ao Crato –,

* Professor Assistente I do Curso de História da Universidade Federal do Cariri, Campus Icó-CE. Doutorando em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Mestre em História e Cultura Histórica pela Universidade Federal da Paraíba. Graduado em História pela Universidade Regional do Cariri. E-mail: <jucieldo.alexandre@ufca.edu.br>.

as representações impressas n’*O Araripe* sobre o fenômeno foram múltiplas, resultando em oscilação ou junção entre vários saberes. Ao tratar da enfermidade, o órgão de imprensa combinou de forma criativa discursos políticos, religiosos, científicos e populares, demonstrando, assim, o caleidoscópio de olhares com que a doença foi apreendida então, ou seja, como o cólera foi representado pelos sujeitos históricos, responsáveis pelo jornal, a partir do lugar social ocupado por eles.

Neste artigo, demonstro o quanto a manifestação da epidemia acabou expondo as divisões e debilidades da medicina acadêmica e a incapacidade concreta dos profissionais da saúde em inibir o cólera em meados do oitocentos. Neste sentido, as orientações e receituários impressos n’*O Araripe* apontam para como os “facultativos” – terminologia pela qual os médicos eram também conhecidos em meados do XIX – fizeram experiências assimiladoras de produtos curativos populares, indiciando uma circularidade de saberes terapêuticos.

O venturoso sumo de limão

O cholera que tanto tem afligido a raça humana, esse maldito judéo errante, vai-se aproximando de nossa comarca, pelo lado do Pajau de Flores[...]; esta notícia porém não deve aterrar nossa população, porque a Providencia nos a mostrado o remedio eficaz contra esse mal; pelo que devemos tomar todas cautelas para no caso de aparecer entre nós a epidemia, estarmos preparados para a receber com o vertuoso ‘SUMO DO LIMÃO’ esse agente medecinal, que tantos fructos tem produsido no Pará, também obrará milagrosamente entre nós. DEOS protege a quem crer em sua infinita MIZERICORDIA, e secundados nella não devemos aterrar com a presença do mal, porque como já dissemos a MIZERICORDIA DE DEOS, E O SUMO DO LIMÃO, providencialmente descoberto, nos fará encarar com o sangue frio essa epidemia e della zombarmos. (O ARARIPE, 1856a, p. 4).¹

O documento acima foi divulgado pelo *O Araripe*, em 5 de janeiro de 1856. A publicação sobre as vantagens do limão no tratamento do cólera veio a lume no período de manifestação do flagelo do cólera em Pernambuco, província fronteira ao Cariri cearense, região de circulação principal do semanário. Anunciando a proximidade do “mal”, a nota afixa: a população não deveria ficar aterrada, pois a Providência já tinha mostrado o remédio eficaz para combater a doença, classificada de forma pejorativa como “judeu errante”², a saber: o “venturoso sumo do limão”. O medicamento teria produzido bons efeitos no Pará em 1855. Destarte, argumenta o texto, também obraria milagrosamente se estourasse no Cariri. Utilizando o discurso religioso, afirmava a proteção de Deus sobre os crédulos de “Sua infinita misericórdia”. O ato misericordioso de Deus e o uso do limão permitiriam “encarar com o sangue frio essa epidemia e della zombarmos”. A referência ao manejo do “milagroso” do limão no Pará é revelador vestígio de como a medicina do oitocentos assimilou remédios advindos dos saberes populares para tratar pessoas acometidas pelo cólera. Jane Beltrão argumenta que as ações políticas referentes aos socorros públicos durante a passagem do cólera no Pará “eram, embora a contragosto das autoridades sanitárias, sistematicamente alteradas pela ação dos envolvidos no flagelo” (2000, p. 847). Tendo em vista as adversidades daquela quadra, a pressão social exercida sobre as autoridades sanitárias pelas pessoas ameaçadas pelo cólera, fez artes de curandeiros, raizeiros e outros terapeutas populares no Pará serem abonadas por alguns médicos da província. Ao assimilar tais práticas, os acadêmicos “escudavam-se em procedimentos considerados científicos para evitar maiores alterações nas posições já conquistadas” pela medicina oficial, que buscava centralizar em suas mãos as artes de curar (Idem, p. 852).

Entre os “doutores” a enveredar por este caminho, a autora destaca Francisco da Silva Castro, presidente da Comissão de Higiene Pública do Pará, promotor de experimentos com limão, após saber que grupo de indígenas obtivera sucesso no combate ao cólera por meio do uso do

cítrico. Tais experiências foram veiculadas pelo *O Araripe*. Nele, lê-se cópia de relatório de autoria do médico, originalmente enviada pelo governo do Pará à presidência do Ceará. Esta remeteu o documento aos membros das comissões sanitárias instituídas no interior da província. Ao receber o relato, o presidente da comissão sanitária do Crato, Domingos José Nogueira Jaguaribe, pediu a reprodução à redação do semanário *O Araripe*, “para que no caso de ser esta comarca acometida da epidemia, seus habitantes estejam prevenidos”.

Assim, *O Araripe* publicou na íntegra o experimento do Dr. Castro, incluindo listagem nominal de trinta pessoas tratadas, das quais apenas uma teria falecido, avalizando a suposta eficiência do antídoto. O relato ressalta a “extensa profusão de medicamentos que tem lançado mão os homens da ciência desde remotos tempos por diversas partes do orbe para combater a medonha moléstia” do cólera e para a “fallibilidade de cada um delles”. Para o facultativo, não estava longe o tempo da ciência “rasgar o véu” dessa moléstia, superando, assim, a falibilidade aludida. Inclusive, novo “facho de luz” era lançado sobre tal questão, o qual poderia “guiar a medicina para esses descobrimentos”, pois o limão vinha se mostrando eficaz no tratamento do cólera. Conta a fonte que os testes com o limão começaram após audiência do Dr. Castro com o Bispo do Pará. D. José Afonso Torres retornava de viagem pastoral à Província do Amazonas, na qual ouviu relato sobre como “índios pescadores” utilizavam o sumo de limão na terapêutica dos coléricos. Os “pobres índios”, diz o relatório, dirigiam-se numa canoa ao local da pescaria quando um deles caiu na água, “atacado fulminantemente” pelo cólera. Em lugar inóspito, os indígenas procuraram socorrer o doente com o que estava à volta. Um deles se lembrou de buscar limões presentes na canoa. As frutas foram espremidas e o sumo foi ingerido pelo colérico ao longo do dia. A medida teria implicado na célere reanimação do doente, logo tido como sarado.

A descoberta – conta Castro e Silva – das propriedades clínicas do limão deu-se pela “graça celeste” inspirando os índios – classificados como “semisselvagens” – a usarem a fruta: “Oh! Providencia Divina, quanto sois Misericordiosa!

Como velaes pela sorte das vossas fracas creaturas!”. As benesses da medicação foram se espalhando na medida em que outros doentes ficavam sãos: “Espalhou-se a nova da preciosa descoberta, correo de bocca em bocca a noticia; e todos quantos adoecerão por aquellas bandas usarão do mesmo remedio e todos sararão!!” (*O ARARIPE*, 1856b, p. 3). Em consequência desta história, o clínico começou a usar limão no tratamento de pacientes, obtendo resultados positivos. Nas suas palavras, a “Providência” havia mostrado o remédio e o “cadinho da observação [científica] folgava em reconhecer [o limão] como favorável a mísera humanidade”. Desta forma, a ciência legitimava os relatos chegados aos ouvidos de Castro e Silva pela boca de um “ungido do Senhor” – em referência ao bispo do Pará –, conforme o relatório, “escolhido” por Deus “para ensinar as suas ovelhas o remédio mais capaz de exterminar o mal, que as tem devorado, e que muito poderá ainda continuar a affligir e devastar o resto do nascente Império de S[anta]. Cruz”.

Por outro lado, o relatório frisava: o uso da fruta como remédio não era novidade. Citava, inclusive, estudos parisienses do químico chamado Cavaillon, datados de 1832, ano do cólera na França, nos quais o limão foi apontado como medicamento capaz de debelar os vômitos dos coléricos. O autor afiançava não saber explicar a razão dos colegas haverem estancado as prescrições do suco cítrico contra o cólera, chegando mesmo a cair no “esquecimento”. No entanto, era preciso dar sequência às investigações, pois o médico tinha fé: a fruta era “terapêutico valioso” no combate ao cólera. É apropriado perceber como a suposta descoberta dos indígenas de Vila Franca a propósito da ação medicinal do fruto contra tal moléstia foi representada pelo Dr. Castro e Silva. O emprego do limão por tais indivíduos foi interpretado pelo médico como obra da Providência Divina. Dessa forma, os pescadores que teriam usado inicialmente o medicamento, passam de atores principais para meros coadjuvantes, pois a inspiração não advinha originalmente deles, mas sim da “graça celeste”. Por outro lado, ao invocar as experiências científicas exercidas decênios antes na França, bem como as realizadas em sua clínica particular,

o médico paraense também retirava o brilho da obra daqueles “semisselvagens”, como os adjetivos pejorativamente. Todavia, malgrado negados pela força da providência divina e da ciência, é signficante apreender o modo pelo qual as práticas daqueles indígenas permaneceram sendo utilizadas pelos facultativos no combate àquela epidemia, sendo, ainda, propaladas pela imprensa do momento.

A narrativa a respeito do limão inspirou interessante escrito com censuras contundentes à medicina. O artigo, sem assinatura de autor, saiu na seção “Comunicados”. Segundo o texto, Deus teria dois fins quando resolveu mandar o cólera:

Parece que quando Deos mandou a epidemia actualmente, foi para dois fins: um para castigar ao seo povo contra os dilictos commetidos contra sua divina lei; e o outro para um total desengano do que é a rançosa Magica, que a muitos annos appareceu sobre a face da terra com o titulo de – Medicina –, que toda composta de sofismas, dispoem da especie humana, como bem lhe parece, sem attender, que a custa do suor desta miserável especie tem della adquerido tanta fama; e para tanto tem chegado sua boa fé, e credulidade! (O ARARIPE, 1856c, p. 3).

Apreende-se na citação forma nada amistosa de se aludir à medicina, exposta como “rançosa mágica”, tomada de enganos e exploradora da boa-fé da humanidade. A ideia de Deus usando o cólera para desenganar a ciência médica, possivelmente, estava vinculada a percepção social de que os doutores não ofereciam até então, meios efetivos de estancar os surtos da doença pelo mundo e, notadamente, no Brasil, sempre deixando cifras mortuárias altas por onde zanzava³. Nesta acepção, o apontamento de pessoas tidas como “rústicas”, sem títulos acadêmicos e avessas à ciência clínica, a encontrar antídotos simples com efeitos práticos na terapêutica da moléstia era algo assombroso:

É coisa espantosa ver-se, que, alli uns rusticos, e simples pastores de gados por meios de suas observações chegasse a descobrir a vertude da erva Menthrasto; acolá um pobre balseiro a do summo do limão, como antídotos

contra a epidemia que tantas victimas tem feito; [...] Não menos (é presumível) terão feito os indiginas das Tribus selvagens com outras ervas silvestres! Estes virtuosos cidadãos, dotados de almas generosas, e de corações mais philanthropicos ensinarão ou annunciarão ao mundo (gratuitamente) os trabalhos de suas observações; e sem esperança de recompença alguma. É até aonde se pode diser: almas cândidas: corações generosos; cidadãos prestantes; e verdadeiros amigos do seo proximo. Outro tanto se poderá diser de nossos médicos? Risum... (O ARARIPE, 1856c, p. 3).

A fonte faz menção de louvor ao uso do sumo do limão pelos silvícolas pescadores do Pará, contada há pouco. Há, igualmente, referência a pastores que teriam descoberto as virtudes do mentrasto, também conhecido pelas denominações hortelã-do-mato e hortelã-silvestre. O hipotético descobrimento por pastores espanhóis do emprego da erva nos cuidados dos coléricos tinha sido divulgado na edição anterior (O ARARIPE, 1856d, p. 4). Portanto, “rústicos” e “simples” pastores e índios – apontados como autores da descoberta das propriedades salutaras do limão e da hortelã – tinham se comportado de forma mais “filantrópica” que os discípulos de Hipócrates. Por isso, foram adjetivados: “virtuosos cidadãos”, “almas generosas” e “verdadeiros amigos”.

Em país escravocrata e de disparidades sociais gritantes como o Brasil do século XIX, no qual a cidadania era benefício de poucos, nomear indígenas, marginalizados até hoje, como cidadãos era apenas exercício retórico. Mas, não deixa de atrair atenção o fato de se enaltecer tais personagens em detrimento dos médicos. Estes, expressa o jornal, não exibiriam a mesma abnegação e “corações generosos” daqueles. Para corroborar a asseveração, *O Araripe* exibiu as supostas reações de certos doutores do Ceará, quando convidados para oficiarem nas comissões sanitárias nomeadas em 1856:

Alli hum [médico] por ir faser uma ligeira visita aos acommetidos da epidemia fora da capital exigio do

governo a bagatela de 400 garrafas de vinho do Porto: 10 vitelas 50 carneiros; e 500 galinhas. Não sei como não pediu um galo! acolá, outros se negão a se encarregar do curativo do misero povo; mais para alli um não quer contractar [...] Triste é por certo a condição da infelis humanidade, quando em suas mais afflictas agonias é despresada por seos propios semelhantes! (O ARARIPE, 1856c, p. 3).

Os facultativos cearenses aludidos no impresso eram representados como interesseiros, exigindo fortunas para socorrer moradores das localidades interioranas, temerosas com a probabilidade do advento do cólera. Em ocasião de aflição e agonia, os médicos eram acusados de colocar interesses particulares acima do bem da “infeliz humanidade”. Tendo em conta o teor das denúncias expostas na citação, os leitores do jornal devem ter abarcado em que se baseavam os louvores feitos à “filantropia” dos silvícolas paraenses. Nessas condições, com a manifesta recusa de determinados doutores em officiar no interior da província, o artigo indagava: de que valeria as diligências do governo – visíveis na instituição de comissões sanitárias e no envio de medicamentos – se não haveria médicos para cuidar dos doentes? Ficaria na mão de quem a aplicação dos remédios? Com os “bacharéis e padres” de Crato? Portanto, finalizava a fonte, a solução era esperar a ajuda do Céu: “O povo desta cidade que ponha os olhos em Deos, e rogue a sua Padroeira que não permita sejamos atacados da epidemia, que morreremos a mingoa” (O ARARIPE, 1856c, p. 3).

Se *O Araripe*, ao longo das laudas consagradas ao cólera, deu azo para que médicos divulgassem orientações no trato dos adoentados, os trechos citados nos últimos parágrafos evidenciam como o periódico não deixou de tecer admoestações mordazes à real eficácia dos acadêmicos em medicina no auxílio aos pacientes, repreendendo aqueles, inclusive, moralmente, ao aludir a ambição por salários altos, impelindo ao não socorro das localidades sertanejas. Por outro lado, o conjunto de textos apregoados n’*O Araripe* assinala também as multifacetadas teorias médicas da quadra em

tela – que se altercavam no fito de conquistar a aceitação pública, enquanto milhares de pessoas eram fustigadas pelo cólera –, bem como para uma circularidade de saberes, fazendo medicamentos tradicionais (ervas, aguardente, frutas etc.) entre a população mesclarem-se com produtos químicos e práticas terapêuticas oficiais.

Entre clisteres e chás de folha de laranjeira

Em meados do século XIX, as medidas sanitárias seguidas no trato do cólera, ordinariamente, se relacionavam com duas teorias seculares que procuravam explicar a propagação das doenças: o infeccionismo e contagianismo. Para melhor juízo delas naquele contexto, é interessante recorrer ao “Dicionário de medicina popular”, de autoria do médico polonês, Pedro Luiz Napoleão Chernoviz. Para o dicionarista, a infecção seria “exercida na economia [do organismo] por miasmas morbíficos”, devido à ação que “substancias animaes e vegetaes em putrefação exercem no ar ambiente”. Já o contágio era entendido como “a propriedade que tem certas molestias de se communicar de um a outro individuo pelo contacto, ou por intermédio do ar” (1890, p. 676).

Para Dina Czeresnia, até o século XVI, não havia conflito entre as noções de contágio e miasma. Pelo contrário, ambas estavam embasadas na longa tradição hipocrática dos humores, no entendimento das enfermidades como decorrência de possessões e magias, bem como de fenômenos astrológicos e divinos. Maior controvérsia entre as duas explicações só teria emergido entre os séculos XVII e XIX, com o aumento da urbanização europeia, sendo causada por divergências a respeito das medidas sanitárias e profiláticas no trato das epidemias. Nesse sentido, via de regra, os contagionistas se posicionavam em prol das quarentenas, significando um severo cerceamento e vigilância sobre os doentes. Já os adeptos da teoria dos miasmas, ao relacionarem a origem das epidemias à constituição atmosférica, acentuavam ações direcionadas ao controle e limpeza ambiental (CZERESNIA, 1997, p. 84).

Debate profícuo na historiografia sobre tais paradigmas levanta hipóteses interessantes a respeito dos sentidos políticos adquiridos no século XIX: a teoria do contágio estaria mais próxima ao padrão absolutista, senhorial ou patriarcal, daí o porquê das autoritárias medidas de sequestro e quarentena defendidas pelos adeptos da mesma. Por outro lado, os infeccionistas, tenderiam para o modelo liberal, combatendo qualquer medida limitadora da circulação de pessoas e mercadorias. Para este grupo, era imprescindível higienizar o ambiente, em vez de instituir quarentenas. Deste modo, as teses infeccionistas convinham “às nações e comunidades comerciais, para as quais qualquer atraso no livre trânsito de mercadorias causava muitos prejuízos” (ROSEN, George, 1994, p. 205). Entretanto, Sidney Chalhoub expõe como o paradigma da infecção, ao colocar os miasmas em primeiro plano, abonava maior combate às práticas populares, mediante o discurso higienista. Ou seja, os infeccionistas também obravam de forma autoritária na execução de projetos sanitários. Malgrado a contenda sobre os sentidos políticos da infecção e contágio, Chalhoub mostra as duas teorias se combinando com frequência, de formas imprevista e original (1996, p. 169).

N’O *Araripe* é perceptível a presença de orientações infeccionistas e contagionistas, com preponderância das primeiras sobre as segundas. Em 1856, quando localidades pernambucanas próximas ao Crato foram acometidas pela epidemia, escrito de capa foi veiculado, requerendo das autoridades policiais a disposição de “cordões sanitários” nas fronteiras, típico artifício profilático de inspiração contagionista. Todavia, o mesmo texto apresenta o “clima do Cariri” como o mecanismo de defesa final. O risco da transmissão via “atmosfera” partia da crença nas exalações infecciosas:

Ei-lo pois que se aproxima [o cólera], malogradas nossas bellas esperanças. Enquanto nos restão alguns dias, aproveite a policia em conjurar o mal com os recursos a sua desposição. Bom será empregar já toda a força dos dous destacamentos da comarca em um cordão sanitario, que com toda a severidade prive as relações entre os dous pontos, medida muitas

veses empregada na Europa com felis sucesso, e unica que nos pode presevar da invasão [...]. Algumas pessoas que se tiverem inoculados do mal não transporão a linha, e nosso único perigo ficará na athmosphera, o que, graças a diversidade do clima, não é muito para assustar (O ARARIPE, 1856e, p. 1).

Tendo em vista a inquietação com a pureza do ar, em abril de 1856, *O Araripe* recomendava método preventivo fundamentalmente embasado na teoria da infecção pelos miasmas, propondo fumigação de enxofre nas residências:

Um engenheiro de minas na Europa escreveu a um seu amigo dizendo lhe que para escapar do cholera queimasse de quando em quando pequenas porções de flor de enxofre e de modo que o cheiro desta fomigação se conservasse durante o dia em casa. Segundo diz o mesmo engenheiro foi deste modo que se evitou o desenvolvimento da epidemia na povoação em que elle se achava. Por ultimo affiança que o cheiro do enxofre em combustão, posto que pareça, não é prejudicial, e accrescenta que em nenhuma fabrica, onde se faça uso do enxofre tem apparecido casos do cholera (O ARARIPE, 1856f, p. 3).

A reivindicação de aperfeiçoamentos higienizadores na urbe, representados pelos profissionais liberais, comerciantes e fazendeiros financiadores d’O *Araripe* como símbolos de civilidade, indicia a força da crença do caráter maléfico das exalações mal cheirosas. Na conjuntura de aproximação do cólera em relação ao Cariri, da cadeia pública à matriz de Nossa Senhora da Penha pareciam emanar os miasmas ameaçadores. Em novembro de 1855, em escrito de capa, *O Araripe* defendeu ser menos respeitável criar cordões de isolamento – vedando a circulação de pessoas e produtos – do que as autoridades públicas agirem sobre locais considerados de infecção:

As medidas sanitarias, que na quadra actual mais precisamos, é sem duvida que os funcionarios publicos lancem suas vistas sobre a cadeia publica, esse foco pestifero, que tem consumido as vidas de muitos infelises, e causa

primaria de algumas molestias aparecidas nesta cidade; as sepulturas de nossa Matris que se tornão insupportaveis, quando se abrem para os enterramentos no ceio das ruas; becos, quintaes, que ainda existem com pudridões; as poças e enxurradas de aguas, de que fasemos uso nos misteres da vida (O ARARIPE, 1855b, p. 1).

Se a teoria infeccionista preponderou sobre a contagionista n’*O Araripe*, a contenda entre alopatia e homeopatia, marca dos debates médicos de meados do oitocentos, foi também perceptível. O semanário promulgou terapêuticas embasadas nos dois sistemas. Também achincalhou a disputa entre os mesmos, assinalando a ineficiência de ambos, sem tecer distinção valorativa muito clara, malgrado as fortes diferenças que caracterizavam as práticas e receitas delas advindas. Os alopatas preferiam o uso de drogas, cáusticos, sangrias, eméticos, vesicatórios, purgantes e clisteres – injeções no reto que aspiravam combater desarranjos intestinais – no tratamento das moléstias. Já os homeopatas empregavam recursos menos drásticos, sendo partidários do princípio dos “infinitesimais”, para qual quanto menor fosse a dose do medicamento, geralmente na forma de glóbulos levemente adocicados e dissolvidos em água, maior seria a eficácia (PORTER, 2004). Ao versar a respeito da querela entre os dois sistemas, *O Araripe* zombava da ineficiência de ambos, pois as “drogas” e “glóbulos”, em vez de curar, chacinavam na mesma proporção, como explana curto e sarcástico texto impresso em 1856, intitulado “Conto popular”:

Tom.....tom tom.....
Quem bate ahí?
Sou eu.
Ah! é o sr. Cholera? como está o sr. Cholera? donde vem o sr. Cholera? para onde vae o sr. Cholera?
Vou até alli assim ao A.....
Quantas pessoas pretende lá matar?
Somente tresentas.
Passão se alguns dias, e de novo ouve o pobre homem bater-se-lhe à porta.
Quem bate ahí?....
Criado do sr. Braz....
Ah! é o sr. Cholera!..... como passa o sr. Cholera? quantas pessoas matou o sr. Cholera?

Matei as mesmas 300, mas as drogas e globos matarão outras 300, e o medo matou ainda mais (O ARARIPE, 1856g, p. 2).

Irônica, a pequena história é reveladora. A eleição do título “Conto popular”, de partida, já tinha objetivo claro: passar a ideia de anedota admitida por todos, alvo do deboche público. No texto, o cólera surge personificado em alguém inesperadamente batendo à porta. Outro incógnito personagem, Sr. Braz... (referência ao nome do país, Brasil?) atende o visitante, passando a lhe fazer indagações. O cólera informa ir a um lugar de nome iniciado pela letra A (talvez ao Araripe, entendido como a região onde se encontra a chapada de mesmo nome, ou seja, ao Cariri) onde trucidaria trezentas pessoas. Depois de visitar a localidade em questão, a doença retorna à mesma porta do senhor Braz. Quando inquirido sobre os mortos, afirma ter matado os três centos prometidos. Contudo, outros tantos faleceram pela ação de drogas e dos globos e mais trezentas pessoas finaram de medo⁴. Destarte, das novecentas pessoas mortas durante a inspeção do cólera, tão somente um terço seria decorrência direta da moléstia.

Não obstante, interessa aqui destacar: ao se referir a drogas e glóbulos, o texto satirizava alopatas e homeopatas. Ao tratar da querela entre os dois sistemas, ironizava a ineficiência de ambos, pois em vez de curar, assassinaram em igual proporção. Por conseguinte, a pequena história do cólera batendo à porta e as outras admoestações à medicina, acabam revelando questões e dúvidas inerentes àquele contexto, no qual não se conheciam mecanismos totalmente apropriados para debelar a manifestação da doença a se avizinhar. Logo, *O Araripe* não deixou de refletir as celeumas médicas subjacentes àquela conjuntura, bem como as limitações no trato aos coléricos.

Mesmo não isentando a medicina de censuras, *O Araripe* esteve bastante atento às recomendações advindas dos facultativos. As ideias higienistas, defendidas pela “medicina social” (REIS, 1991), foram apropriadas pelas elites locais no escopo de legitimar as reformas urbanas tidas como condizentes a urbes ditas civilizadas, as

quais pretendiam se identificar, na busca de maior legitimidade social. Por outro lado, na quadra assinalada pela aproximação e pela manifestação do cólera no Cariri, o periódico procurou imprimir sistematicamente os conselhos médicos que lhe chegavam às mãos, seja por meio do contato direto estabelecido entre a redação e alguns doutores ou da reprodução de textos impressos originalmente em outros órgãos de imprensa. Neste sentido, tanto princípios homeopáticos como alopáticos ocuparam espaços no semanário⁵. Na conjuntura tensa – ante as notícias a respeito dos milhares de brasileiros fulminados pelo cólera e a falta de médicos residindo no Cariri –, os textos transcritos e publicizados pelo *O Araripe* buscavam: sintetizar como o fenômeno epidêmico estava sendo ventilado pela ciência do período, para os caririenses, por si só, pudessem “curá-la, quando se desenvolver o mal entre nós” (O ARARIPE, 1855a, p. 2.). Pretendiam assim, captar e divulgar orientações práticas de como proceder no caso do aparecimento da epidemia no Ceará, daí, pois, as razões dos longos artigos publicados com múltiplas orientações profiláticas. No geral, tais artigos eram assinados por médicos, brasileiros ou estrangeiros, e tinham sido publicados originalmente em outros periódicos. Ao reproduzi-los, *O Araripe* nem sempre anunciou o nome dos autores. As orientações contidas nos textos iam da simples indicação de remédios até sugestões aos senhores de escravos, no intuito de evitar a contaminação dos cativos pela epidemia, como no artigo firmado por Dr. Joaquim d’Aquino Fonseca, médico pernambucano. Para ele, o “trabalho excessivo”, quer “intelectual” ou “corpóreo”, concorria para o desenvolvimento do cólera. Por isso, era forçoso evitar a labuta em horas de muito calor ou umidade. Por isso, os proprietários de engenhos e estabelecimentos rurais deviam impedir a escravaria de labutar pela madrugada ou noite, quando a umidade favorecia o resfriamento dos corpos. Durante o dia, era recomendável evitar que os cativos ficassem expostos ao sol nas horas de maior calor, dando, ainda, aos mesmos uma hora de descanso após cada refeição. Pela manhã, não era conveniente deixar os escravos irem para o trabalho em jejum. Seus donos deveriam oferecer

xícaras de café puro ou pequenos cálices de genebra ou aguardente de cana ao alvorecer (O ARARIPE, 1856h, p. 3). A higiene corporal preocupava o Dr. Fonseca: os senhores deviam “obrigar seus escravos a banharem se uma vez por dia, fazendo-o de modo que não haja supressão da transpiração ou resfriamento”. Como a aglomeração dos cativos favorecia a disseminação do cólera, o médico alvitrava uma subdivisão, pois não era bom muitos sujeitos dormindo em “lugares acanhados”, como em certas senzalas. De preferência, deviam ser alocados em casas situadas em pontos altos e arejados, onde pequenas fogueiras podiam ser acesas à noite, para combater os miasmas.

A inquietação do artigo em guiar os senhores sobre os procedimentos com a escravaria não repousava nos princípios humanitários. A própria orientação sobre coisas aparentemente básicas – oferta de refeições diárias, regras de higiene corporal, entre outras recomendações elencadas –, assinala a precariedade das condições de vida a que os cativos estavam subordinados. Contudo, o cólera representava prenúncio grave aos interesses dos senhores, pois muitos escravizados feneceram nos surtos do oitocentos. Pelo visto, *O Araripe*, ao apregoar as considerações do Dr. Aquino ambicionou acordar as elites locais para os riscos do cólera, afinal escravos eram mercadorias caras e raras no Cariri, daí a preocupação em conservá-las vivas para melhor explorá-las.

De modo geral, os artigos médicos procuravam orientar, passo a passo, ao público leitor como proceder por ocasião da chegada da peste. Alguns deles eram ricos em minúcias, trazendo conselhos para diferentes fases da doença. Consequentemente, os leitores eram instados a adotar postura de observação sistemática de toda anamnese do cólera. Diante de enfermidade cujo presságio basilar era a diarreia, aconselhava-se contar o número de evacuações diárias e verificar se havia alteração na consistência das fezes ao longo do tempo. Para cada sintoma ou estágio, havia remédios ou técnicas específicas: o esfriamento do corpo era combatido com fricções de álcool, pimenta etc.; para a ânsia de vômitos, a sugestão era a ipecacuanha ou o azeite morno com uma “rama

de pena”; chá de hortelã com láudano combatia a diarreia, apesar de, a partir de determinado estágio, a última substância passar a ser considerada veneno; e assim deveriam seguir os procedimentos, até convalescença ou morte da pessoa acometida.

No grosso dos textos escritos por facultativos, deparei-me com a indicação de substâncias químicas em voga na medicina da época, comercializadas nas boticas, sobressaindo-se: enxofre, amoníaco, clorofórmio, ópio, éter, láudano, óleo de rícino etc. *Pari passu* houve a enumeração de ervas e outros produtos comuns nas residências e quintais das pessoas: alho, pimenta, hortelã, limão, folhas de laranjeira, macela, entre outros. Diante da crença no caráter revigorante do álcool, o vinho e a cachaça – esta última, bebida das mais populares do Brasil desde os tempos coloniais, e produzida em abundância nos engenhos de cana ao sopé da chapada do Araripe – também receberam menções constantes nos artigos. A junção de produtos populares e fármacos comercializados nas boticas corrobora as considerações de Beltrão sobre como a medicina da época, apesar do processo de institucionalização, não deixou de fazer concessões às artes de curar e saberes populares no tempo do cólera (BELTRÃO, 2000). O estouro da epidemia acabou expondo as debilidades da medicina e a incapacidade de inibir o cólera efetivamente. Neste sentido, na busca por remédios capazes de oferecer alguma resistência ao mal, os facultativos fizeram experiências que acabaram abonando práticas consagradas pelos saberes populares, algumas herdadas do passado colonial. O uso de chás, frutas, temperos e de outros produtos cotidianamente utilizados pela população na lida dos achaques e na confecção de medicamentos que buscavam minorar os efeitos do cólera, apontam para uma circularidade de saberes publicizada no jornal.

A ideia de “circularidade cultural” ganhou proeminência entre os historiadores por superar a tese da existência de suposta dicotomia entre diferentes níveis de cultura (cultura letrada x cultura popular). Em vez de enxergar a produção cultural dividida em polos estanques, o conceito propõe um olhar que valoriza o caráter dinâmico e dialógico da mesma: as trocas de mão dupla.⁶

Aplicado ao objeto de estudo deste artigo, o uso do conceito de circularidade cultural permite maior compreensão de como as orientações científicas se mesclaram com os conhecimentos populares no trato do cólera, vistas por meio das matérias publicadas n’*O Araripe*. Exemplo disto pode ser visualizado no artigo do Dr. Antonio Manoel de Medeiros, médico comissionado pelo governo do Ceará para socorro dos cratenses nas epidemias de 1862 e 1864. O texto mistura fármacos de botica com ervas e temperos presentes nos quintais, bem como outros produtos disponíveis nas cozinhas da maioria das pessoas. Nele, há a preocupação em descrever a evolução da doença passo a passo: nos primeiros sinais do cólera, o doente devia abster-se de comer, agasalhar-se bem, fazer escalda-pés com sal ou mostarda, aplicar sinapismos, beber, de hora em hora, uma infusão de macela, hortelã pimenta e folhas de laranjeira, com algumas gotas do elixir “paregórico americano”. Se o doente estivesse a lançar tudo o que bebesse, recomendava-se a aplicação de clisteres a base de láudano e o uso de sudoríferos. Caso não houvesse melhora no quadro, Dr. Medeiro receitava a ingestão de pílulas compostas de “extrato gomoso de ópio”, “pós de dower” e “goma arábica”. Tais pílulas deviam ser tomadas de “meia em meia hora, de hora em hora, ou de duas em duas horas, conforme a intensidade na resistência do mal”. O médico afiançava que a diarreia e os vômitos desapareceriam com o uso correto das pílulas. Não obstante, se em vez de aliviar tais sintomas, o doente mostrasse sinais do “cólera algido” [resfriamento do corpo], era necessário garantir a retomada imediata do calor corporal. A ação em prol da elevação da temperatura se daria em duas frentes: internamente, por meio da ingestão de uma infusão à base de “café preto bem forte, do vinho do Porto ou de Madeira, aguardente ou álcool, ajuntando-se lhe de 8 a 20 pingos do licor stragnoff”; e externamente, pela fricção de uma baeta, flanela ou escova, embebida em pimenta malagueta, mostarda ou cantárida. Complementando tal tratamento, “o sumo do limão em doses pequenas repetidas e progressivamente maiores, começando por uma colhersinha”, seria apropriado para o doente que não estivesse totalmente algido e demonstrasse muita sede (O ARARIPE, 1864, p. 3).

Considerações finais

Ao longo do artigo, busquei mostrar as orientações e receitas que *O Araripe* publicou sobre o cólera em meados do oitocentos. Tendo em vista que praticamente inexistiam médicos no Cariri cearense do período, o semanário cratense tomou para si o papel de informar a população a respeito das discussões clínicas sobre a doença, no intuito de prepará-la para agir quando da manifestação epidêmica.

Tais considerações realçam a tese basilar da historiografia das doenças, para qual o fenômeno do adoecer não deve ser visto apenas como algo natural, desprovido de outros significados além do biológico. O que os historiadores dedicados ao assunto propõem é o olhar problematizado sobre as representações socioculturais que cercam as enfermidades: a dimensão biológica delas não deixa de ser cercada por questões sociais, culturais, econômicas, políticas, procurando dar significados e respostas a elas.

O caso do cólera n’*O Araripe* é exemplo da historicidade da doença. Em época marcada pelo medo em torno da moléstia, umas das mais letais do século XIX, as representações impressas no periódico foram de diversidade espantosa. Como a medicina-científica estava enredada em disputas internas e não oferecia respostas conclusivas sobre a doença, a abundância de artigos do jornal aponta para a circularidade de saberes e representações múltiplas, que embaralhavam de forma criativa orientações miasmáticas e contagionistas, tratamentos alopatas com homeopatas, fármacos químicos com remédios feitos a base de ervas, frutas e outros produtos populares.

Notas

1 O jornal em questão se encontra na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://bdigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Optei, neste artigo, por manter a transcrição da grafia original das fontes.

2 Peter Burke, tratando da cultura popular da Europa da Idade Moderna, conta uma velha história que ajuda a melhor compreender a metáfora do “judeu errante”. Durante a *via-crúcis*, quando Jesus levava nos ombros a

cruz, um sapateiro judeu teria o impedido de descansar. Devido a essa atitude, tal sapateiro foi condenado por Deus a vagar pelo mundo desde então (BURKE, 1989, p. 191-192). Versões desta história foram sendo recontadas em vários contextos. Não por acaso, quando dos surtos de peste no medievo, houve perseguição generalizada a judeus e viajantes, acusados de envenenar fontes e espalhar a doença em vilas e cidades por onde passavam (DELUMEAU, 1989).

3 Doença infectocontagiosa, o cólera é causado pela ingestão de água ou alimentos contaminados pela bactéria *Vibrio cholerae* – descoberta em 1883, pelo médico alemão Robert Koch (1843-1910). Nos casos mais graves, ao se instalar no intestino humano, o vibrião causa, após um período de incubação de um a quatro dias, uma profusa diarreia aquosa e vômitos, com considerável perda de sais minerais e água, que pode chegar a uma média de 1,5 litros por hora. A reposição imediata dos sais e líquidos perdidos pela diarreia é a forma mais eficiente de tratamento dos doentes, e, quando bem administrada, pode reduzir a letalidade para menos de 1%. Contudo, em meados do século XIX, período pesquisado neste artigo, apenas se especulava as formas de contágio e tratamento adequado para combater sua manifestação, a despeito da terrível marcha que fazia pelo mundo, percorrendo o Oriente e o Ocidente, sendo “responsável por trinta ou quarenta milhões de mortes durante o século XIX, em todas as latitudes” (SOURNIA, RUFFIE, 1986, p. 124).

4 A declaração de que três centenas de pessoas expiraram por medo diz respeito à antiga crença na qual o abatimento moral e o temor em época de epidemia predisõem os indivíduos a auferir o contágio (DELUMEAU, 1989, p. 125), opinião validada pelos discursos de médicos brasileiros do século XIX, que, entre outras coisas, queriam disciplinar o dobre de sinos das igrejas pelos finados, tendo em vista a percepção de tais sons como responsáveis por atingir os nervos da população, debilitando-a ao ponto de favorecer o adoecimento (REIS, 1991, p. 264-265).

5 Em 1856, *O Araripe* reproduziu texto assinado por Ignácio Manoel de Lemos, morador da Cidade da Paraíba, louvando o uso homeopático da “tintura sulfúrica” e do “espírito de cânfora”. O autor citava os resultados maravilhosos obtidos por essas substâncias no trato do cólera em Madri e Porto. O uso fora tão satisfatório, que os médicos alopatas da última cidade teriam se rendido às mesmas, deixando de lado rivalidades ao carregar em suas “algibeiras os vidrinhos deste dous medicamentos, e em qualquer parte levantavam-se bons os fulminados de cholera”. Ao exaltar a atitude destes últimos, o texto de Ignácio Manoel de Lemos terminava provocando os alopatas pernambucanos, indagando se estes repetiriam a ação daqueles “amigos da humanidade” (O ARARIPE, 1856i, p. 3-4).

6 A historiografia deve o desenvolvimento da concepção de circularidade cultural aos estudos produzidos por

Mikhail Bakhtin e Carlo Ginzburg. Ao tratar da cultura popular da Idade Média e do Renascimento, especialmente no que diz respeito à historicidade do riso e das festas populares, Bakhtin se voltou para a obra de Rabelais, proeminente literato da Europa medieval. Nessa fonte de pesquisa, enxergou a possibilidade de “iluminar a cultura cômica popular de vários milênios”, já que percebia o letrado Rabelais como eminente porta voz desta cultura na literatura. A produção erudita rabelaisiana estaria mergulhada no linguajar, imagens e bufonices populares, característicos do recorte historiográfico analisado por Bakhtin: “[...] É na obra de Rabelais que o riso da Idade Média encontrou sua expressão suprema” (1993, p. 84). Inspirado na linha traçada por Bakhtin, Ginzburg forjou a terminologia circularidade cultural, ao tratar do moleiro Menocchio, morto pela inquisição no século XVI, por suas ideias sobre a criação do mundo e sociedade de sua época, incluído aí crítica feroz aos dogmas, sacramentos e atitudes da Igreja Católica. Advindo do meio popular – sendo herdeiro da tradição oral camponesa de difícil datação –, Menocchio sabia ler e escrever, fato raro para os moleiros do período. Contudo, na incursão pelo mundo da cultura letrada e elaboração de sua cosmogonia, o moleiro não reproduzia simplesmente as tese dos autores que lera: produziu reelaboração original das leituras feitas, na qual a cultura oral funcionava como um filtro: “Menocchio triturava e reelaborava suas leituras, indo muito além de qualquer modelo preestabelecido [...]. Não o livro em si, mas o encontro da página escrita com a cultura oral é que formava, na cabeça de Menocchio, uma mistura explosiva” (1987, p. 103).

Referências

- BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora da UnB, 1993.
- BELTRAO, Jane Felipe. A arte de curar dos profissionais de saúde popular em tempo de cólera: Grão-Pará do século XIX. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, v. 6, supl., p. 833-866, 2000.
- BURKE, Peter. **Cultura popular na Idade Moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**. Companhia das Letras, 1996.
- CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. **Dicionário de medicina popular e das ciencias accessorias para uso das famílias**. 6. ed. Paris: A. Roger & F. Chernoviz, 1890.
- CZERESNIA, Dina. Do contágio à transmissão: uma mudança na estrutura perceptiva de apreensão da epidemia. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, v. 4, n. 1, p. 75-94, 1997.
- DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
- DINIZ, Ariosvaldo da Silva. **Medicinas e curandeirismo no Brasil**. João Pessoa-PB: Editora Universitária da UFPB, 2011.
- GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.
- HERZLICH, Claudine. A problemática da representação social e sua utilidade no campo da doença. **Physis**, v. 15, supl. 10, p. 57-70, 2005.
- O ARARIPE, n. 10, p. 2, 8 set. 1855a. Coleção da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 6 de out. 2017.
- _____, n. 20, p. 1, 17 nov. 1855b. Coleção da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 6 de out. 2017.
- _____, n. 26, p. 3, 1º jan. 1856b. Coleção da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 6 de out. 2017.
- _____, n. 27, p. 4, 5 jan. 1856a. Coleção da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 6 de out. 2017.
- _____, n. 33, p. 3, 16 fev. 1856h. Coleção da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 6 de out. 2017.
- _____, n. 36, p. 4, 8 mar. 1856d. Coleção da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 6 de out. 2017.

_____, n. 37, p. 3, 15 mar. 1856c. Coleção da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 6 de out. 2017.

_____, n. 41, p. 3, 19 abr. 1856f. Coleção da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 6 de out. 2017.

_____, n. 42, p. 1, 26 abr. 1856e. Coleção da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 6 de out. 2017.

_____, n. 43, p. 3-4, 3 maio 1856i. Coleção da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 6 de out. 2017.

_____, n. 44, p. 2, 10 maio 1856g. Coleção da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 6 de out. 2017.

_____, n. 307, p. 3, 13 maio 1864. Coleção da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 6 de out. 2017.

PORTER, Roy. **Das tripas coração**. São Paulo: Record, 2004.

REIS, João José. **A morte é uma festa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

ROSEN, George. **Uma história da saúde pública**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SOURNIA, Jean-Charles; RUFFIE, Jacques. **As epidemias na história do homem**. Lisboa: Edições 70, 1986.

Saúde e ambiente como pautas de interesse do Movimento de Mulheres Camponesas

Health and environment as guidelines of interest of the Peasant Women's Movement

Andressa Bertoncello Valandro*

Rosana Maria Badalotti**

Maria Elisabeth Kleba***

Palavras-chave:
Saúde
Ambiente
Mulheres Camponesas

Resumo: O Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) é uma organização de mulheres residentes/trabalhadoras do campo que emerge em diferentes regiões do Brasil durante a década de 1980. Caracteriza-se por ser um movimento autônomo, feminista, classista e popular. Desde sua emergência tem acumulado importantes conquistas no que se refere à garantia de direitos para as mulheres do campo. Protagonista de uma forma peculiar de compreensão e intervenção sobre a realidade cotidiana, o MMC vem, ao longo de sua história, tecendo novas relações em diferentes dimensões da experiência humana. Deste modo, o artigo que ora se apresenta objetivou compreender as articulações entre os temas 'saúde' e 'ambiente', estabelecidas como pautas de interesse no interior do MMC. Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, com análise de documentos produzidos pelo próprio movimento e de pesquisa de campo (observação, entrevista e grupo focal) realizada entre 2015 e 2016 com mulheres integrantes do MMC/SC. Considera-se, a partir do estudo, que o MMC defende um projeto de agricultura camponesa, agroecológica e feminista, que exige repensar as relações entre os seres humanos e destes com o ambiente, compreendendo que suas escolhas e atitudes implicam diretamente na saúde humana.

Keywords:
Health
Environment
Peasant Woman

Abstract: The Peasant Women's Movement (MMC) is a women's organization who live and work in the countryside and emerged in different regions of Brazil during the 1980s. It is characterized by being an autonomous, feminist, classist and popular movement. In the beginning it has accumulated important achievements in guaranteeing the rights of women in the countryside. Protagonist of a peculiar way of comprehension and intervention about daily life reality, the MMC come, throughout its history, weaving new relationships in different dimensions of human experiences. This way, the present article aimed comprehend the joints between 'health' and 'environment' topics as guidelines of interest established within the MMC. It is a qualitative study, with analysis of documents produced by the movement itself and field research (observation, interview and focal group) performed between 2015 and 2016 with women members of the MMC/SC. It is considered, from the study, in which MMC fights for a project for peasant, agro-ecological and feminist agriculture that demands rethinking the relationships between human beings and theirs with the environment, understanding that their choices and attitudes impliclate directly on humans' health.

Recebido em 30 de outubro de 2017. Aprovado em 16 de fevereiro de 2018.

* Psicóloga, especialista em Psicologia Social, especialista em Saúde Coletiva, Mestre em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais. Atualmente cursando disciplina isolada no Programa de Pós-Graduação Mestrado/Doutorado em Psicologia, pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. E-mail: <dessa@unochapeco.edu.br>.

** Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), docente do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais – Unochapecó. E-mail: <rosana@unochapeco.edu.br>.

*** Doutorado em Filosofia pela Universität Bremen, UNI BREMEM, Alemanha. Docente do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais – Unochapecó. E-mail: <lkleba@unochapeco.edu.br>

Introdução

Os anos de 1970 e 1980 são emblemáticos no que diz respeito à organização da sociedade civil brasileira, culminando na emergência de diversos movimentos sociais com demandas que extrapolaram a busca por bens e serviços necessários para a sobrevivência, elevando as reivindicações ao patamar dos direitos sociais de igualdade, liberdade e democratização das relações sociais (GOSS; PRUDÊNCIO, 2004; GOHN, 2006; SCHERER-WARREN, 2006).

Juntamente com a efervescência de organizações populares da época, os movimentos sociais do campo figuram, no cenário nacional, com ações paralelas em diferentes regiões brasileiras, destacando-se os três estados do Sul. Na Região Oeste catarinense, muitos destes movimentos ganham corpo, iniciando suas manifestações em momentos quase simultâneos, num espaço muito curto de tempo. A Igreja Católica – por intermédio da Teologia da Libertação, das Comunidades Eclesiais de Base e das Comissões Pastoral da Terra –, desempenhou papel importante na organização destes atores sociais coletivos. Eclodem as reivindicações nos mais diferentes âmbitos, dando início à trajetória do Movimento de Oposição Sindical, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento das Mulheres Agricultoras (MMA) – atualmente reconhecido como MMC, cuja atuação na área da saúde foi objeto deste estudo (POLI, 2008; BONI, 2012).

Visando uma participação interna mais igualitária e democrática e com base em uma lógica de contestação da realidade excludente gerada pela ideia de modernização da agricultura imposta aos camponeses entre os anos de 1970 e 1980, estes atores sociais passam a romper com os próprios limites no que diz respeito à sua participação política, trabalhando tanto internamente quanto externamente para se fortalecer enquanto coletivo e tornar visíveis suas causas e objetivos (MELUCCI, 2001; GOHN, 2006; SCHERER-WARREN, 2006; POLI, 2008).

Para as mulheres camponesas, o modelo de agricultura apresentado no pacote que orientava

sua modernização, além de agravar a crise econômica entre as famílias do campo, acentuou expressivamente a cultura patriarcal já existente nas relações familiares, impondo uma condição de maior opressão e invisibilidade às mulheres. Este cenário impulsionou a criação de movimentos autônomos de mulheres do campo objetivando transformar esta realidade (BONI, 2012; CINELLI, 2013).

A especificidade dos temas “saúde e ambiente”, mesmo que sempre tenham sido temas defendidos como pautas de interesse dos movimentos sociais, têm ganhado destaque nos últimos anos. Em breve pesquisa online para levantamento de dados sobre os temas, percebe-se que há um aumento nos registros documentais provenientes de estudos, pesquisas ou experiências práticas a partir de 2011. Estes foram impulsionados principalmente pela atuação dos movimentos na construção de uma política pública específica de promoção da equidade em saúde, com foco nas populações do campo, das florestas e das águas. A construção da referida política iniciou em 2004 e foi sancionada no ano de 2011, durante a XIV Conferência Nacional de Saúde.

Deste modo, o artigo que ora se apresenta, objetivou compreender as articulações entre os temas ‘saúde’ e ‘ambiente’ estabelecidas no interior do MMC. Trata-se de um recorte de pesquisa de mestrado realizada entre março de 2015 e dezembro de 2016, com abordagem qualitativa, trazendo para a discussão a análise de documentos produzidos pelo próprio MMC¹, além de inserções analíticas produzidas a partir da pesquisa de campo (observação, entrevista exploratória e grupo focal). Para a técnica de observação utilizou-se o diário de campo como instrumento de registro de dados e informações². Nas técnicas de entrevista e grupo focal, o número total de sujeitos participantes foram sete vinculados a seis regionais do MMC/SC, com destaque para a região Oeste de Santa Catarina³.

O artigo foi estruturado em dois itens, buscando atender ao objetivo proposto: o primeiro subtítulo contextualiza a trajetória do MMC, levando em consideração que no decorrer de seus 34 anos de história, muitos elementos do projeto

de agricultura camponesa e agroecológica foram (e continuam) sendo construídos no cotidiano das mulheres e famílias camponesas, já realizando menções e análises sobre saúde e ambiente no interior do movimento. No segundo subtítulo, a ênfase é no projeto de agricultura camponesa e agroecológica, visando elucidar em que medida este projeto reflete as articulações entre saúde e ambiente para o movimento.

Movimento de mulheres camponesas

Quando a Comissão Pastoral da Terra inicia seu trabalho de educação popular com os agricultores e agricultoras, com base na Teologia da Libertação, a participação das mulheres cresce e começa a ser valorizada na região, o que fez com que esse público visualizasse as contradições existentes nos espaços que contavam com participação de homens e mulheres, nos quais os homens, na maior parte das vezes, assumiam lugares de poder socialmente reconhecidos e valorizados, perpetuando as relações de opressão e submissão da mulher (POLI, 2008). Esta constatação, juntamente com a reflexão sobre a submissão, opressão e sentimento de inferioridade expressa pelas mulheres, evidenciou uma necessidade concreta, que era organizar um movimento autônomo, cujo principal objetivo fosse a libertação de todas as mulheres (seja do campo ou da cidade) de qualquer forma de opressão (CINELLI, 2013).

Neste contexto, a partir da análise dos documentos públicos fornecidos pelo MMC, que resgatam a história de luta das mulheres, alguns aspectos da construção de uma identidade coletiva podem ser observados e analisados à luz da teoria da ação coletiva de Melucci (2001): a percepção da condição de opressão e subordinação por parte das mulheres, bem como a situação de invisibilidade gerada pela cultura patriarcal – a qual serve de referência para embasar a postura contrária do movimento – permite conceber a união das mulheres em torno de um “nós”. Um “nós” que compartilha vivências e experiências comuns de desvalorização na condição de ser mulher e deseja, a partir desta união de forças, produzir mudanças na realidade cotidiana.

A partir da participação em diferentes atividades do MMC foi comum observar que as mulheres apresentam em seus discursos, manifestações que representam esta identificação com o grupo, como por exemplo: “Antes de participar do MMC eu achava que era normal o homem mandar e a mulher obedecer” ou “Foi assim com minha avó e com minha mãe, então eu achava que deveria ser assim comigo também”. As falas, proferidas por diferentes mulheres e em ocasiões diversas (eventos, reuniões, grupo focal e entrevista), possibilitam observar um núcleo de sentido comum, que envolvem a construção de uma identificação coletiva em torno do ser mulher e das diferenças/desigualdades entre o masculino e feminino. Além disso, demarcam a percepção de si mesmas, refletindo sobre como se definiam antes e como se definem após da participação no MMC.

Considerando a necessidade de fortalecimento das causas específicas das mulheres do campo, surgem iniciativas em vários estados brasileiros, porém, mantidas com identidades próprias representadas por ações localizadas em diversas regiões do país. Podem ser citadas como exemplo de organizações locais o Movimento das Mulheres Agricultoras (MMA) em Santa Catarina, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) no Rio Grande do Sul e Paraná e das extrativistas no norte e nordeste do Brasil, que apesar de nomenclaturas diferentes, representavam as mesmas lutas (BONI, 2012; PULGA, 2014; PAULILO, 2016).

Em Santa Catarina, o movimento é protagonista de mais de três décadas de história de lutas e reivindicações, resultando em conquistas importantes no campo dos direitos das mulheres camponesas (BONI, 2012; PAULILO, 2016). Boni (2012) infere que o MMA foi um dos mais atuantes movimentos de mulheres trabalhadoras rurais no Brasil no início da década de 1980. A autora, ao resgatar o histórico inicial e a trajetória do MMC ao longo dos anos, sistematizou seu estudo analisando o que denominou como fases do movimento, que refletem as necessidades e vivências das mulheres em cada período e contexto.

A demarcação de fases, de acordo com Boni (2012), coincide com as décadas de 1980, 1990 e anos 2000. A primeira fase caracteriza-se pela formação inicial do movimento, a partir da identificação coletiva das mulheres em torno de questões comuns que vivenciavam em espaços domésticos (residência, unidade produtiva da família) e em espaços coletivos (comunidade, igreja, sindicato). Protagonizaram, neste período, ações reivindicativas importantes, emplacando várias bandeiras de luta essenciais para as mulheres: direito à sindicalização, aposentadoria integral, documentação que reconhecesse a profissão de agricultora e participação política das mulheres (BONI, 2012; CINELLI, 2013; PAULILO, 2016). Todas estas bandeiras eram relacionadas a questões trabalhistas, entendendo que as necessidades do movimento naquele momento, estiveram pautadas principalmente no reconhecimento da mulher como trabalhadora, vinculada a perspectiva da luta de classes.

Na segunda fase descrita por Boni (2012), questões de gênero ganham espaço e a partir dos anos de 1990, com influência do discurso feminista, as mulheres passam a refletir e focar em questões relacionadas à saúde, sexualidade e reprodução. Ocorre, por conta da opção por uma ideologia feminista, certo afastamento da Igreja Católica, que, apesar de “[...] pregar a igualdade entre homens e mulheres, tentou manter as mulheres afastadas das ideias feministas” (BONI, 2012, p. 14).

O que se observa nesta década, por conta deste redirecionamento de ideais, é a conquista do salário maternidade e da luta pela educação, entendendo que o acesso e direito à educação contribui para a emancipação da mulher. A formação da consciência das mulheres em relação às questões de gênero e da visibilidade da mulher, bem como em relação ao modelo de produção ao qual o movimento é contrário, foi ao longo do tempo acompanhando o grupo, até evidenciar a necessidade de articulação com as mulheres envolvidas em outros movimentos sociais do campo. Esta aproximação com outros movimentos possibilitou a criação, em 1995, da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR) e, por sua vez, contribuiu mais tarde para a formação do MMC (CINELLI, 2013).

Ao refletir sobre a terceira fase apontada por Boni (2012), retrata-se o atual momento do MMC, em que o discurso está voltado à defesa de um projeto de soberania e segurança alimentar, abrangendo todas as demais questões já defendidas pelo MMC (relacionadas a aspectos trabalhistas, gênero e saúde). Entendem que a soberania alimentar dos povos não será alcançada pelo modelo de agricultura extensivo com produção em larga escala, mas sim, por meio da agricultura camponesa e agroecológica com produção diversificada, saudável, livre de agrotóxicos e com respeito ao meio ambiente.

O MMC foi criado oficialmente em 2004, a partir da união dos vários movimentos de mulheres camponesas existentes no Brasil desde a década de 1980, marcando o momento a partir do qual se assume enquanto um movimento feminista. Integrados à Via Campesina⁴, unificam-se bandeiras e assumem-se novas práticas, ressignificando as antigas denominações de agricultoras e trabalhadoras rurais.

Boni (2012) destaca que a identidade camponesa é caracterizada pelo modo de viver, de se relacionar com outros grupos sociais, com o ambiente e do uso que se faz dele. Os hábitos alimentares, as comidas típicas, a música, a dança, a mística e a religiosidade são expressões do ser camponês/camponesa. A terra é considerada o lugar de reproduzir e cuidar da vida. Desta forma, as mulheres refletem sobre a diferença de ser camponesa e ser agricultora, conforme fica evidente na fala da entrevistada:

Por que, para você ser agricultora, você tem que estar na roça e plantar, colher e tal. Agora, para ser camponesa, você tem que pensar no que você faz: para que você vai plantar? Como você vai plantar? Tem que refletir sobre isso. [...] Você precisa ter também o entendimento de como a natureza age, quais são os processos dela, do cuidado com o solo, entender essas questões de como chegar lá na tua horta e olhar as plantas que nasceram espontaneamente, o que elas estão te dizendo em relação ao solo. [...] para ser camponesa, você tem que ter um pouco de noção disso. Saber, bom, se nasceu uma graminha o que a terra está

dizendo, do enfraquecimento dela, e de como você vai recuperar isso e quais as alternativas que você tem dentro da tua unidade de produção, como é que você vai repor isso (N. M. K, dirigente estadual do MMC).

Observa-se nesta fala, uma relação de respeito com a terra, com o ambiente, característica que compõe a identidade coletiva do MMC e que após alguns anos de debates e negociações, foi consensuada e traduzida na alteração do nome do movimento. A opção pela categoria “camponês”, no entendimento do MMC, está relacionada com a unidade produtiva camponesa centrada no núcleo familiar, que se dedica a uma produção agrícola de subsistência da família e comercializa parte da sua produção para garantir recursos necessários à compra de produtos que não foi possível cultivar em sua unidade produtiva (BONI, 2012).

Nesse processo dinâmico de identificação coletiva, o MMC formulou uma missão a partir da qual as ações do movimento são pautadas:

Nossa missão é a libertação das mulheres trabalhadoras de qualquer tipo de opressão e discriminação. Isso se concretiza nas lutas, na organização, na formação e na implementação de experiências de resistência popular, onde as mulheres sejam protagonistas de sua história. Lutamos por uma sociedade baseada em novas relações sociais entre os seres humanos e deles com a natureza⁵.

A importância da missão construída coletivamente pode ser verificada nas publicações do movimento em diferentes áreas de atuação. Cartilhas produzidas para orientar cursos e oficinas, folders explicativos, além de edições do Informativo MMC (jornal de circulação interna), dedicam-se em algum momento a apresentação da missão, de forma a manter visibilizada a direção que o movimento segue.

Vislumbra-se, então, um movimento formado por mulheres camponesas, que vivem na/da terra, que produzem e incentivam a produção de alimentos saudáveis, que buscam politizar temas vivenciados no cotidiano e intentam, acima

de tudo, fortalecer as mulheres para que se livrem das amarras de uma sociedade ainda machista e patriarcal. Desde o princípio, desenvolvem iniciativas de fortalecer processos de emancipação e luta pelos direitos das mulheres e, a partir da segunda, com maior ênfase na terceira fase descrita por Boni (2012), as camponesas se definem enquanto movimento autônomo, feminista, classista e popular, caracterizando as diferentes dimensões da sua identidade.

Entendem que a proposta do feminismo, “[...] além de ser uma atitude política que analisa as relações de gênero, étnico-raciais e de classe, realiza o enfrentamento do patriarcado e busca a construção de uma sociedade igualitária com a socialização do poder, das riquezas e do saber” (AMTR-SUL, 2008, p. 15). Da mesma forma, não vislumbram a proposta do feminismo desarticulada do projeto de agricultura camponesa e agroecológica, inferindo que essas duas bandeiras defendidas no movimento caminham lado a lado. Para corroborar com esta perspectiva, retomam-se dois dos gritos de ordem observados na fase da pesquisa de campo: “Sem feminismo, não há agroecologia” e “Sem agroecologia, não há feminismo”⁶.

Projeto de Agricultura Camponesa e Agroecológica: saúde e ambiente no MMC

O desenvolvimento da agricultura “[...] pode ser compreendido como um dos principais acontecimentos da história da humanidade. O desenvolvimento de diferentes técnicas e manejos permitiu o estabelecimento gradativo da vida em comunidade” (MOHR; MOHR, 2017, p. 150). Diferentes formas e modos de produção foram assumidos ao longo do tempo, acompanhando o modelo político, econômico e social de cada época. Apesar de a literatura apontar para a existência de modelos preponderantes em cada período, Mohr e Mohr (2017) sinalizam o fato de que concomitante aos modelos hegemônicos, sempre existiram formas alternativas de agricultura.

Como baliza para a discussão pretendida, bem como para a compreensão do modelo ao

qual o MMC se contrapõe, olhamos para o desenvolvimento da agricultura na perspectiva capitalista, o qual traz profundas transformações sociais a partir da Revolução Industrial no final do século XVIII. Avritzer (2012) aponta que, na realidade brasileira, um país que outrora fora essencialmente rural para uma rápida urbanização em curto intervalo de tempo, essas transformações são aspectos essenciais para entender a organização da sociedade civil e, nesse caso, a emergência dos movimentos sociais do campo com seus projetos e ações contrários ao modelo capitalista de produção.

Na Região Oeste de Santa Catarina, a realidade vivenciada pelos agricultores e agricultoras impulsionou a saída massiva do campo em direção aos centros urbanos. Renk, Dorigon e Bagnara (2014) abordam as profundas alterações nos processos produtivos e modos de vida baseados no campesinato tradicional, às quais os agricultores foram submetidos a partir do processo de modernização agrícola e instalação das agroindústrias nesta região. A época ficou marcada pela precariedade de vida e trabalho que os agricultores vivenciaram a partir do processo conhecido como Revolução Verde (RENK, 2000).

A Revolução Verde pode ser definida como a introdução em larga escala de variedades modernas de alta produtividade, objetivando intensificar a oferta de alimentos com base em uma lógica de controle da natureza. Trouxe consigo um pacote tecnológico composto por insumos químicos, sementes de laboratório, irrigação, mecanização, grandes extensões de terra e uma perspectiva ideológica de valorização do progresso (PEREIRA, 2012).

A partir deste processo “[...] a condição essencial para permanência no campo estava associada às possibilidades em acessar as políticas de subsídio do Estado para tecnificar a produção a fim de maximizá-la” (LEWER, 2017, p. 182). Porém, Lewer (2017) aponta dois grandes problemas que decorrem desta condição: primeiro, que muitos agricultores não conseguiram acessar as linhas de crédito, ficando excluídos do processo de modernização, e conseqüentemente não acompanhando a lógica de maximização da

produção. E, segundo, aqueles que conseguiram acessar as políticas de crédito se endividaram, não conseguindo subsistir.

Esta realidade fomentou, conforme sinalizado anteriormente, a emergência de diferentes movimentos sociais no campo. Além disso, este cenário de exclusão, opressão e desigualdade contribuiu para marcar a divergência de princípios e valores entre o modelo que se implantava e que continuou evoluindo até os dias atuais, com os projetos e defesas dos movimentos sociais do campo. Evidenciam-se, de acordo com Folgado (2015, p. 188), dois grandes modelos:

O primeiro (agronegócio) traz consigo um conjunto de mazelas que afetam duramente as populações do Campo, da Floresta e das Águas, constituindo-se, portanto, num modelo de morte, enquanto que o segundo (agroecologia) traz consigo a perspectiva de convivência entre a produção de alimentos e as demais formas de vida existentes no espaço produtivo, constituindo-se num modelo de vida.

Para o MMC, defender um projeto de agricultura camponesa e agroecológica é propor uma lógica de desenvolvimento que considera as distintas dimensões da vida em sociedade, sejam elas econômicas, culturais, sociais ou ambientais, compreendendo-as como determinantes nos processos de saúde e doença da população, tanto do campo quanto das cidades. A concepção de saúde no MMC converge com um conceito ampliado garantido na Constituição Federal de 1988, fruto da ação coletiva de diferentes atores sociais, impulsionados inicialmente pelo Movimento pela Reforma Sanitária.

Neste sentido, também o modo de produzir baseado nos princípios da agroecologia refletem a forma como as mulheres camponesas se relacionam com o meio ambiente, com os outros seres humanos e suas imbricações com a saúde, conforme se evidencia na fala de uma participante do grupo focal:

[...] no momento que você está produzindo, que você vai produzir o alimento, você já está com os pés na terra. Estar mexendo com a terra já

é saúde, quando você está colhendo já tem a motivação da colheita e, na hora de estar se alimentando, já é um alimento saudável, sem veneno, sem agrotóxico. Então tem tudo a ver. O alimento saudável que a gente produz agroecológico, ele é saúde. A alimentação com a saúde tem tudo a ver. (D. N. T., integrante do MMC município de Irani, dirigente da regional de Concórdia)

O debate promovido nas campanhas e nos cursos de formação do MMC é evidenciado em falas como esta. Trata-se de uma pauta importante nos movimentos autônomos de mulheres no final da década de 1990 e início de 2000, lembrando as fases do movimento descritas por Boni, (2012). É importante destacar que o MMC sempre faz o debate relacionado à vida, à alimentação e à saúde de forma articulada com a forma de produzir e se relacionar com o ambiente.

A compreensão do MMC acerca da necessidade de um novo projeto de agricultura, que seria uma forma de assegurar uma alimentação saudável pautada na defesa da soberania com base na preservação das próprias sementes crioulas, ‘patrimônio dos povos a serviço da humanidade’ materializa-se com o projeto de agricultura camponesa que, para o MMC está baseado nos princípios da agroecologia, com o cuidado do ambiente e a saúde de todos os seres vivos. (CINELLI; KREFTA, 2015, p. 206).

Estes princípios reafirmam-se nos discursos e práticas das mulheres que integram o movimento, como por exemplo, no caso de I.M, liderança do MMC no município de Palma Sola, Regional de São José do Cedro:

[...] eu mudei muito na minha casa, na minha unidade produtiva. Na minha horta, por exemplo, faz 20 anos que não entra veneno. Mais de 20 anos. Desde que eu entrei para o movimento, comecei a participar, eu nunca mais passei veneno de tipo nenhum e nunca mais coloquei químico nenhum na minha horta. Tudo que eu planto é organicamente e assim seria o jeito

certo de a gente fazer. Comer comida saudável para não ficar doente.

Anteriormente abordou-se a questão da identificação coletiva das mulheres e a transformação particular que as participantes percebem em si mesmas. Da mesma forma, ao analisar suas falas, percebemos que o pertencimento a este grupo social conduz a uma mudança nas práticas cotidianas que, por sua vez, traduzem-se em mudanças nas relações familiares, entre mulheres, homens, filhos e filhas, e desses com o ambiente que os cerca. Conforme Cinelli e Krefta (2015, p. 209) “a construção de novas relações se efetivam a partir de novas práticas que, no Movimento de Mulheres Camponesas, estão ligadas à produção de alimentos saudáveis”.

As camponesas compreendem que construir esse modo de vida é um processo lento e gradual, pois as mudanças desejadas, diante de uma sociedade que ainda cultiva um modelo patriarcal e machista, devem ser constituídas nas relações cotidianas, produzindo transformações nas famílias, depois na comunidade, município, região etc. Ao discutir novas formas de relações, muitos temas foram se estreitando e se constituindo como destaques para o MMC, como a questão da recuperação, produção e melhoramento das sementes crioulas de hortaliças, a soberania e segurança alimentar, a produção de alimentos saudáveis, o cultivo e consumo de plantas medicinais e os cuidados alternativos em saúde (CINELLI, 2013; CINELLI, KREFTA, 2015).

Percebe-se a ênfase na noção de cuidado quanto à abordagem do tema saúde. O cuidar adotado pelo MMC extrapola a ideia de saúde/doença, sendo que suas bandeiras de luta neste campo convergem com a construção do projeto de agricultura camponesa e agroecológica como contraponto ao modelo vigente (AMTR-SUL, 2008). O cuidado é entendido como princípio norteador da vida e das relações nela estabelecidas.

Juntamente com a perspectiva de cuidar da vida, há uma valorização e respeito aos saberes das camponesas. As mulheres têm cuidado de si mesmas e de suas famílias utilizando plantas medicinais, a partir de um conhecimento acumulado ao longo da história da humanidade e na história de sua própria família e/ou comunidade. A partir do

MMC as mulheres têm retomado, reconstruído e ressignificado esses saberes, de forma coletiva. Verifica-se no diálogo a seguir a importância atribuída a este jeito de cuidar proveniente do saber popular:

P4: [...] Temos que valorizar o que a gente sabe. E se a gente se valoriza, os outros também vão valorizar a gente. Que nem dos benzimentos, que a gente ainda se apega muito nos benzimentos que as nossas mães e as nossas avós faziam e que dava muito certo (I. M., liderança do MMC município de Palma Sola, regional de São José do Cedro).

P1: Ah! Isso é verdade. Nós se curava só com o poder dos benzimentos e agora tem que tomar um monte de remédios. (G. M., liderança do MMC município de Planalto Alegre, regional de Chapecó).

P5: É, não podemos perder isso. Nós aqui, das mulheres camponesas, a gente diz que nós somos todas um pouco bruxas. E é verdade, porque a gente encontra na natureza tudo que é remédio. A gente usa as plantas para fazer nossas poções mágicas. (D. N. T., integrante do MMC município de Irani, dirigente da regional de Concórdia).

Há, de certa forma, um pesar na fala das participantes ao referenciar que o conhecimento acumulado ao longo do tempo e da história das famílias possa estar se perdendo ao ponto de desaparecer em pouco tempo. Por este motivo, a relevância em garantir que estes conhecimentos também estejam contemplados no projeto defendido pelo movimento, suscitando formações, oficinas, projetos horto medicinais e troca de experiências entre as mulheres e seus saberes acumulados.

Para dar suporte e fortalecer uma ideia comum sobre o projeto de agricultura camponesa e agroecológica, o MMC realiza formações/estudos, tanto individualmente quanto a partir de parcerias estabelecidas com outras entidades e organizações, como universidades, órgãos governamentais, movimentos do campo e urbanos etc. Os cursos e capacitações subsidiam os conhecimentos necessários para o desenvolvimento de práticas

agroecológicas, incentivando as mulheres a estudar o solo, sua composição, o que as plantas que nascem naquele espaço indicam sobre o tipo de solo, se está faltando ou sobrando algo, dentre outros aspectos. A metodologia das formações é sempre participativa, construída juntamente com as camponesas na perspectiva da educação popular.

A partir da leitura e análise dos documentos produzidos pelo movimento, da participação em ações em que o MMC esteve presente e da interlocução com as camponesas que compuseram a amostra desta pesquisa, é possível inferir que O MMC atribui importância fundamental às formações e estudos ofertados às mulheres. A partir deles, as camponesas se instrumentalizam, constroem coletivamente novos saberes e práticas e disseminam os conhecimentos construídos inculcando mudanças significativas em seu entorno:

[...] Então, uma das conscientizações que a gente faz [nos cursos e formações] é sobre a alimentação saudável, que tem tudo a ver com saúde. [...] A gente aprende que mulher tem direito à saúde, que mulher tem direito à vida, que tem direito a alimentação saudável. E a gente sai de lá com a certeza que mulher é ser humano também, e que tem que ser tratada como gente. E que a mulher, ela começa lá na casa dela a fazer a mudança, a mudança que começa primeiro em si mesma e depois de levar para as outras pessoas (D. N. T., integrante do MMC município de Irani, dirigente da regional de Concórdia).

As definições utilizadas pelas mulheres na produção dos documentos e materiais disponibilizados para estudo correspondem à sistematização de vários anos de trabalho de mulheres vinculadas ao MMC, e refletem as articulações entre os conceitos de saúde e ambiente como temáticas transversais dentro das discussões e ações do movimento. Os materiais são relacionados principalmente às práticas saudáveis que envolvem a preservação da natureza, cuidado e zelo com a terra, cuidado de si, do próprio corpo, a necessidade de transformação das relações entre mulheres e homens e destes com a natureza, a valorização de si e dos conhecimentos acumulados ao longo do

tempo, do cultivo e consumo de plantas e ervas medicinais, dentre outros.

Estes materiais são ferramentas pedagógicas utilizadas nos cursos e capacitações que contribuem para a formação de consensos (MELUCCI, 2001) sobre as bandeiras de luta defendidas pelo movimento. São produções e construções coletivas das mulheres que levam em consideração suas vivências e experiências no desenvolvimento de práticas agroecológicas.

Por intermédio de oficinas e cursos, utilizando os materiais como guia de estudo, as mulheres se apropriam do conhecimento difundido pelo movimento; fortalecem as práticas relacionadas a agricultura camponesa e agroecológica; aprendem e potencializam práticas alternativas de saúde com plantas e ervas medicinais, resgatando saberes e conhecimento popular em saúde que estão de acordo com o modelo de agricultura que defendem; participam e se reconhecem como pertencentes ao movimento e vivenciam relações diferenciadas com o ambiente que habitam.

Considerações

Ao olhar para as descrições e reflexões aqui suscitadas, compreende-se que ao defender um modelo de agricultura agroecológica, camponesa (e de base feminista), o movimento não debate de forma desarticulada os temas propostos para análise neste artigo. Na realidade, compreende-se que não há como dissociar um conceito de outro. Visualiza a saúde como a inter-relação entre ambiente/sociedade/corpo e relações.

Na contramão de uma perspectiva capitalista de agricultura, que visa à maximização da produção para atender as exigências do mercado, o MMC vem, juntamente com outros movimentos sociais do campo, resistindo e combatendo o modelo ao qual se contrapõem desde sua origem. Construiu ao longo dos anos uma história de lutas e conquistas importantes não apenas para as mulheres do campo, como também para as famílias camponesas e urbanas. Protagonistas de uma forma peculiar de compreensão e intervenção sobre a realidade cotidiana, o movimento defende um projeto de

agricultura camponesa de base agroecológica que implica não apenas em mudanças na forma de produzir, mas em transformações significativas no âmbito das relações em diferentes dimensões da experiência humana.

Compreendem este projeto não apenas como um modelo para a agricultura, mas o incorporam como um modo de vida que enseja novas relações entre mulheres, homens e ambiente. Relações baseadas em respeito mútuo, sem opressão ou subordinação, sem uso irresponsável dos recursos ambientais, como a utilização exacerbada de agrotóxicos e sementes geneticamente modificadas que trazem riscos à saúde humana. Relações baseadas no cuidado de si e dos outros, com projetos, campanhas e ações focadas na produção de alimentos saudáveis, agroecológicos, recuperação de sementes crioulas de hortaliças, valorização do saber popular acumulado ao longo da história da humanidade em relação ao plantio e uso de ervas medicinais, bem como reconhecimento da importância das benzedadeiras e rezadeiras para a população do campo.

Notas

1 Consulta em materiais e documentos produzidos no/pelo movimento (publicados entre 2008 e 2015): Revista Camponesa; Cartilha Mulheres camponesas produzindo alimentos saudáveis; Folder Economia feminista a partir da campanha nacional de produção de alimentos saudáveis; Cartilha Produção de plantas medicinais aromáticas; Cartilha Horto medicinal, legislação dos fitoterápicos e comercialização; Folder Mulheres camponesas em defesa da saúde pública; Cartilha Mulheres Camponesas construindo autonomia através da produção de alimentos saudáveis (1 e 2); Cartilha Mulheres Camponesas em defesa da saúde e da vida; Folder Diversificando o conhecimento para a saúde humana e vegetal.

2 Destaque para participação em duas etapas do curso “Organização Produtiva de Mulheres e promoção da autonomia por meio do estímulo à prática agroecológica” (2015 e 2016) e do I Encontro Nacional de Saúde das Populações do Campo, da Floresta e das Águas: cuidar, promover, preservar – saúde se conquista com luta popular, realizado em Brasília, 2015. Outros espaços de observação: oficinas, manifestações, reuniões de planejamento, visita a hortos-medicinais cultivados por militantes do MMC.

3 Em Santa Catarina, no período da pesquisa de campo (entre 2015 e 2016), o MMC/SC se organizava em 16 regionais, a saber: Caçador, Concórdia, Chapecó, Campo Erê, Descanso, Joaçaba, Lages, Mafra, Maravilha, Quilombo, Rio do Campo, São José do Cedro, São Miguel do Oeste, Sul e Xanxerê. A partir da Assembleia Estadual realizada em outubro de 2017, as regionais foram revistas e a partir de 2018, nova configuração poderá ser observada na estrutura organizativa do movimento.

4 “*La Vía Campesina es el movimiento internacional que agrupa a millones de campesinos y campesinas, pequeños y medianos productores, pueblos sin tierra, indígenas, migrantes y trabajadores agrícolas de todo el mundo. Defiende la agricultura sostenible a pequeña escala como un modo de promover la justicia social y la dignidad. Se opone firmemente a los agronegocios y las multinacionales que están destruyendo los pueblos y la naturaleza*” (LA VIA CAMPESINA, 2011, s/p. Disponível em: <<http://viacampesina.org/es/index.php/organizaciainmenu-44/iqisomos-mainmenu-45>>. Acesso em: Abr. 2016.

5 Dados disponíveis em: <<http://www.mmcbrasil.com.br/site/node/45>>.

6 Os gritos de ordem referenciados no texto provêm de anotações em diário de campo.

Referências

ARTICULAÇÃO DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS – AMTR-SUL. **Mulheres camponesas em defesa da saúde e da vida**. Passo Fundo/RS: Passografic, 2008.

AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política. **Opinião Pública**, Campinas. v. 18, n. 2, p. 383-398, nov. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/op/v18n2/a06v18n2.pdf>>. Acesso em: jun. 2016.

BONI, Valdete. **De agricultoras a camponesas: o movimento de mulheres camponesas de Santa Catarina e suas práticas**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, 2012.

CINELLI, Catiane. Movimento de Mulheres Camponesas: 30 Anos. **Grifos**, Chapecó (SC), v. 22, n.34/35, p. 38-49. 2013. ISSN 2175-0157.

_____.; KREFTA, Noemi M. Saúde e ambiente: a experiência no Movimento de Mulheres Camponesas. In: BRASIL, Ministério da Saúde.

Saúde e ambiente para as populações do campo, da floresta e das águas. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

FOLGADO, Cleber. Impactos dos modelos de desenvolvimento para as populações do campo, da floresta e das águas. In: BRASIL, Ministério da Saúde. **Saúde e ambiente para as populações do campo, da floresta e das águas**. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 2006.

GOSS, Karine Pereira; PRUDENCIO, Kelly. O conceito de movimentos sociais revisitado. In: **Em Tese**, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 75-91, jan. 2004. ISSN 1806-5023.

LEWER, Rafael F. Campesinato e seu retorno ao debate político a partir do movimento dos pequenos agricultores. In: BONI, Valdete (Org.). **Mulheres camponesas e agroecologia**. Curitiba/PR: CRV, 2017.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2001.

MOHR, Matheus F.; MOHR, Naira E. R. A insustentabilidade da agricultura no atual modelo de produção. In: BONI, Valdete (Org.). **Mulheres camponesas e agroecologia**. Curitiba/PR: CRV, 2017.

PAULILO, Maria Ignez. **Mulheres rurais: quatro décadas de diálogo**. Florianópolis/SC: Ed. da UFSC, 2016.

PEREIRA, Mônica C. B. Revolução verde. In: CALDART, R. S. et al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

POLI, Odilon. **Leituras em movimentos sociais**. Chapecó: Grifos, 2008.

PULGA, Vanderleia L. **Mulheres camponesas plantando saúde, semeando sonhos, tecendo**

redes de cuidado e de educação em defesa da vida. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

RENK, A; DORIGON, C; BAGNARA, M. Juventude rural e mudança social. In: RENK, Arlene; DORIGON, Clóvis (Orgs.). **Juventude rural, cultura e mudança social.** Chapecó/SC: Argos, 2014.

RENK, Arlene. **Sociodicéia às avessas.** Chapecó/SC: Grifos, 2000.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Rev. Sociedade e Estado**, v. 21, n. 1, p.109-130, 2006. ISSN 0102-6992.